

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO**



NAS TRILHAS DE UMA “DONA”
Joana da Rocha Santos e a cultura política nos sertões maranhenses.

**SÃO LUÍS – MA
2019**

MAYJARA RÊGO COSTA GARCIA OLIVEIRA

NAS TRILHAS DE UMA “DONA”:

Joana da Rocha Santos e a cultura política nos sertões maranhenses.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Curso de Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera

Linha de Pesquisa: Poder e Sociabilidades

SÃO LUÍS – MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Oliveira, Mayjara Rêgo Costa Garcia.

NAS TRILHAS DE UMA DONA : Joana da Rocha Santos e a cultura política nos sertões maranhenses / Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira. - 2019.

167 f.

Orientador(a): Isabel Ibarra Cabrera.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Cultura Política. 2. Histórias de vida. 3. Memória. 4. Representação. 5. Sertões Maranhenses. I. Cabrera, Isabel Ibarra. II. Título.

MAYJARA RÊGO COSTA GARCIA OLIVEIRA

NAS TRILHAS DE UMA “DONA”:

Joana da Rocha Santos e a cultura política nos sertões maranhenses.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (Interno)
Examinador (a)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Jose Carlos Aragão Silva (Externo)
Examinador (a)
Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó/UFMA

A Deus, a fé que me move e a força que me sustenta.

As mulheres, que apesar das barreiras do anonimato e dos silêncios, escrevem protagonismos nas páginas de suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Por longos e árduos caminhos tive que atravessar para que fosse possível registrar, nas páginas que seguem “mais uma daquelas idéias que habitavam em minha mente”. Antes de julgar findo mais um trajeto, desejo agradecer os parceiros que me acompanharam nesse percurso.

Agradeço a Deus, pela fé, pela inspiração e por me fortalecer nas situações onde tudo se mostrava improvável. Meu esposo, Ivan Garcia, pelo amor, pelo companheirismo, pelo apoio, pelos incentivos, por compreender minhas ausências e por me fazer lembrar que “tudo daria certo!”. Aos meus pais, Assis e Leuda, pelo dom da vida e por todas as oportunidades concedidas a mim, por cada degrau que eu consegui alcançar por meio da educação. Minhas queridas irmãs e meu cunhado por todo apoio e companheirismo. Aos meus sobrinhos Isabelly e Eduardo, que eu tanto amo e que me ensinaram a nunca esquecer o lado doce e lúdico da vida. Agradeço em especial a minha tia, Walfrânea Sousa, por sua disponibilidade em atender meus pedidos, por seu carinho e pelo acolhimento durante a realização da pesquisa.

Aos meus queridos amigos, agradeço as manifestações de carinho, conselhos e pelas risadas que me fizeram esquecer os momentos de dificuldades que tive que enfrentar. A turma do Mestrado em História de 2017 (PPGHIS/UFMA), pelo compamheirismo, pelas experiências, pelos auxílios e pelo ambiente tão agradável construído em nossa convivência: Alexandro Almeida, Ana Lívia Aguiar, Ana Priscila Sá, Camila Rabelo, Diele Amanda, Fernando Coêlho, Jefferson Maciel, Karen Cristina Costa, Karolynne Soares, Marcos Paulo, Mariana Antão, Pablo Gatt e Pryscylla Cordeiro.

A minha orientadora, professora Isabel Ibarra Cabrera, por me acompanhar nessas longas andanças, pela orientação, pela paciência, pelo apoio, pelo cuidado e pela atenção nos diversos encontros em que discutíamos os caminhos da pesquisa. Aos professores e a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA), pelos conhecimentos e experiências compartilhados e por todas as colaborações durante esse curso. Em especial, os professores João Batista Bitencourt, Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira, Josenildo de Jesus Pereira, Antonio Evaldo Almeida Barros e Alírio Carvalho Cardoso. Ao professor José Carlos Aragão Silva, por aceitar o convite em participar da banca examinadora e pelas contribuições ao trabalho. A professora Regina Helena Martins de Faria, pelas indicações, pelas leituras, pelos apontamentos e pelas sugestões para o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

A senhora Maria Silvia Lyra da Rocha Santos, o senhor Francisco das Chagas Lima da Silva e a senhora Helena Barros Heluy, por terem franqueado o acesso aos materiais, a generosidade em compartilhar informações, disponibilidade, confiança e apoio, que contribuíram na construção da escrita deste estudo. Dona Luiza Monteiro Alves de Souza, pela sensibilidade e inspiração demonstradas em tom poético, ao discorrer sobre as “coisas desses sertões”.

Ao Gabinete da PROEN/UFMA, professora Dourivan Camara, Esther Menezes, Izabella Jansen e Licia Pereira, pelo incentivo e préstimo em minha liberação para finalização do curso. Gratidão a Claunísio Amorim Carvalho, pelos retoques nos arremates do texto. Obrigada por sua disponibilidade.

Aos demais, mesmo que os nomes não estejam citados, agradeço todo o apoio.

E, novamente, tenho que citar Mayjara Costa. Você ousou aceitar mais um desafio!

A vida tem duas faces: Positiva e negativa. O passado foi duro, mas deixou o seu legado. Saber viver é a grande sabedoria. Que eu possa dignificar minha condição de mulher, aceitar suas limitações e me fazer pedra de segurança dos valores que vão desmoronando. Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições, lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo. Aprendi a viver.

Tudo que criei e defendi nunca deu certo. Nem foi aceito. E eu perguntava a mim mesma. Por quê? Quando menina, ouvia dizer sem entender, quando coisa boa ou ruim acontecia a alguém: Fulano nasceu antes do tempo. Guardei.

Tudo que criei, imaginei e defendi nunca foi feito. E eu dizia como ouvi a moda de consolo: Nasci antes do tempo. Alguém me retrucou. Você nasceria sempre antes do seu tempo. Não entendi e disse Amém.

Cora Coralina

RESUMO

A dissertação propõe compreender a partir da trajetória de Joana da Rocha Santos - conhecida como “Dona Noca” – a cultura política dos sertões maranhenses, especificamente, no município de São João dos Patos entre os anos de 1930 a 1960. Com fins de entender a construção de uma realidade social mediante a trajetória de um indivíduo, propomos discutir as representações construídas sobre Joana da Rocha Santos, que apontam os aspectos de sua experiência histórica quando atuou na administração municipal. O recorte temporal escolhido abarca as décadas de 30 a 60, período este que vincula a trajetória de Joana da Rocha Santos às questões referentes ao contexto social e político do seu tempo. Daí, optamos por investigações que primam por noções como cultura política, práticas de poder, representações, experiências e espaços de convívio social. Para a realização desta pesquisa, tomamos como base um conjunto de documentação que permitiu interpretarmos os dados de cunho biográficos, às representações e as produções referentes às memórias sobre Joana da Rocha Santos enquanto sujeito histórico, na utilização de fontes variadas: escritas e orais.

Palavras-Chave: Histórias de vida. Representação. Memória. Cultura Política. Sertões Maranhenses.

RESUMEN

La disertación propone entender desde la trayectoria de Joana da Rocha Santos, conocida como "Doña Noca", la cultura política de las tierras de Maranhão, específicamente en la ciudad de São João dos Patos, desde 1930 hasta 1960. Para entender el Construyendo una realidad social a través de la trayectoria de un individuo, nos proponemos discutir las representaciones construidas en Joana da Rocha Santos, que señalan los aspectos de su experiencia histórica cuando trabajó en la administración municipal. El marco de tiempo elegido abarca los años 30 a 60, un período que vincula la trayectoria de Joana da Rocha Santos con las cuestiones relacionadas con el contexto social y político de su tiempo. Por lo tanto, optamos por investigaciones que se centran en nociones como cultura política, prácticas de poder, representaciones, experiencias y espacios de la vida social. Para esta investigación, nos basamos en un conjunto de documentación que nos permitió interpretar datos biográficos, representaciones y producciones que se refieren a memorias sobre Joana da Rocha Santos como un tema histórico, utilizando varias fuentes: escrita y oral.

Palabras-Clave: Historias de vida. Representacion. Memoria. Cultura politica. Sertões Maranhenses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Registros fotográficos das ruas de São João dos Patos	27
Figura 2: Representação cartográfica concebida por Francisco de Paula Ribeiro (1819).....	30
Figura 3: Propaganda da “Marcha para o Oeste”.	37
Figura 4: Cartografia das estradas de rodagem construídas no governo de Magalhães de Almeida.	40
Figura 5: Sertão de Pastos Bons	42
Figura 6: São João dos Patos e suas circunscrições (esquerda); Localização geográfica do território de São João dos Patos (direita).....	45
Figura 7: Prédio da Prefeitura de São João dos Patos.	46
Figura 8: Ponto de embarque construído às margens do rio Parnaíba, no município de Barão do Grajaú.	51
Figura 9: Anúncio da empresa Rocha Santos & Filhos (1950), local onde Joana iniciou seus percursos no espaço público; à esquerda, fotografia da fábrica de beneficiamento de algodão e arroz, de propriedade da família Rocha Santos, (s/data).	53
Figura 10: Na juventude, fotografia de Joana da Rocha Santos, por volta nos anos de 1900. .	54
Figura 11: Fotografias dos pais de Joana: João da Rocha Santos Sobrinho e Feliciano Rocha Santos.	56
Figura 12: Retrato de dona Feliciano da Rocha Santos, (s/data).	59
Figura 13: Integrantes da família de Joana que ingressaram na política maranhense.	60
Figura 14: Enfoque de uma matéria jornalística sobre a gestão de Dona Noca	66
Figura 15: Cópia do Termo de posse no cargo de prefeito de Joana da Rocha Santos (1934)	71
Figura 16: O Interventor capitão Martins de Almeida (fardado, ao centro), e à direita, com um chapéu na mão, Vitorino Freire.	73
Figura 17: A potiguar Alzira Soriano toma posse como prefeita (1928).	76
Figura 18: A deputada Zuleide Bogéa (sentada, à direita), eleita para a Constituinte Maranhense de 1934.	78
Figura 19: Joana da Rocha Santos, (s/data).....	81
Figura 20: Imagem da prefeita de São João dos Patos	87
Figura 21: Imagens do “Grupo Escolar Paulo Ramos” (por volta dos anos de 1940), e nos dias atuais, o “Centro de Ensino Paulo Ramos”.	90

Figura 22: Festa cívica sertaneja nas comemorações do dia 7 de setembro, pelos alunos de São João dos Patos, [194-] década provável.....	91
Figura 23: Na foto, trecho da estrada construído entre São João dos Patos e Barão de Grajau (s/data).	94
Figura 24: Num periódico local, foi anunciada a participação de Joana da Rocha Santos no I Congresso Brasileiro dos Municípios (1950).	95
Figura 25: Em sua residência, Joana da Rocha Santos recepcionou a equipe da Secretaria da Fazenda e dos Negócios do Estado. [196-] década aproximada.....	100
Figura 26: Representações de Dona Noca captadas em diversos enfoques.	103
Figura 27: As percepções fotográficas que compuseram a matéria sobre a “Paraíba do Maranhão”.	114
Figura 28: Sob o ponto de vista da reportagem de <i>O Cruzeiro</i> , algumas imagens de Dona Noca.	115
Figura 29: Reportagem <i>A Prefeita Dona Noca</i>	122
Figura 30: Dona Noca (centro) envolta de alguns trabalhadores ao seu serviço (s/data).....	128
Figura 31: Enfoque da matéria jornalística sobre Dona Noca.....	132
Figura 32: A imagem da “madrinha” Dona Noca com seus afilhados, dentre eles, Joca (à esquerda).....	133
Figura 33: Notícia sobre o “Exército do Sertão”, também chamado de “Exército de D. Noca”.	137
Figura 34: No canto, à esquerda, fotografia da Praça Joana da Rocha Santos (s/data). Abaixo, à direita, nos dias atuais, uma imagem da “Praça Getúlio Vargas”.	143
Figura 35: Capela São José e o túmulo de Joana da Rocha Santos.	145
Figura 36: Dona Noca (centro), numa aparição pública e cercada por homens, em São João dos Patos	147
Figura 37: Dona Noca em seu “jipe”, na ocasião de sua viagem ao Rio de Janeiro. Fonte: <i>O Cruzeiro</i> (1952, p.66)	148
Figura 38: Na imagem, duas mulheres que exerceram o cargo de prefeita em municípios dos sertões maranhenses: Em Nova Iorque, Maria de Jesus Neiva de Santana (esquerda), e em Pastos Bons, Alcina Rocha Santos Neiva (centro), acompanhada do esposo, José Neiva.....	150
Figura 39: Recorte de uma matéria jornalística sobre a trajetória da prefeita Dona Noca.	151

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1. O SERTÃO DE NOCA: São João Dos Patos e as tessituras de um lugar.....	26
1.1 Dos traçados de um lugar chamado sertão	28
1.2 A Princípio, Joana.	48
2. QUANDO UMA VIDA É A GRAFIA DE UMA HISTÓRIA: percursos de Joana pelas veredas de uma cultura política	65
2.1 Das trilhas de “Noca”: indícios de uma vida, sinais que a decifram	67
2.2 Uma prefeita no sertão maranhense	70
3. DONA NOCA CASA, PRENDE, SOLTA E, QUANDO É PRECISO, COLOCA O 38 NA CINTURA: representações sobre Joana da Rocha Santos.....	102
3.1 Pelas páginas dos jornais e nos entremeios das memórias: imagens sobre Joana da Rocha Santos.	104
3.2 Escritas de uma vida grafadas em notícias: a “prefeita de Patos” nas páginas dos periódicos.	106
3.3 Memórias sobre uma “Dona”: história e memória em narrativas sobre Joana da Rocha Santos.	123
3.3.1 Uma matriarca nos sertões maranhenses	126
3.3.2 Uma líder sertaneja em meio a um “exército de libertação”: Dona Noca por Neiva Moreira	134
3.3.3 Dos lugares por onde uma “Dona” trilhou: memórias sobre Dona Noca.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	157

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador¹.

Marc Bloch

Ao acessar minhas memórias, vieram algumas lembranças da decisão em eleger os sertões maranhenses como temática das pesquisas que desenvolvi ao longo da vida acadêmica. À época da graduação, realizei as primeiras leituras de obras que contemplavam os sertões maranhenses como temática da História do Maranhão. Uma dessas obras, *Caminhos do Gado*, de autoria da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral², representou a trilha inicial que atravessei rumo a estes sertões, por caminhos que apontaram outros: os sertões das memórias do militar português Francisco de Paula Ribeiro, o saudoso sertão de Carlota Carvalho e o enigmático sertão de Dunshee de Abranches.³

Logo, esta travessia levou-me à compreensão de um sertão não restrito a um espaço fixo, imóvel ou obra de uma paisagem naturalizada. Sertão ou sertões, espaços múltiplos e sem contornos, que não se resumia às convenções cartográficas, lugar “onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”, segundo as palavras de Guimarães Rosa (2001, p. 24), que foram registradas na epígrafe de meu trabalho de conclusão de curso⁴.

¹BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: ____ **Apologia da história**. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51.

²CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SECMA, 1992.

³Faço referências às seguintes bibliografias: ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993; CARVALHO, C. **O Sertão**: Subsídios para a História e Geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000; RIBEIRO, F. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002.

⁴COSTA, Mayjara Rêgo. **Abandonado pedaço do Maranhão**: o sertão maranhense em jornais sertanejos da República Velha (1900-1920). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009 Luís - MA.

Todavia, considero que nesta exposição se entrelaçam influências acadêmicas e motivações pessoais. Conduzida pelos relatos dessas narrativas, lembrei os sertões onde nasci e vivi até os 12 anos de idade, na cidade de Pastos Bons, topônimo que designou por muito tempo a imensa região sertaneja maranhense.

Ao residir em São Luís, deparei-me com percepções de “estranhamento” que indagavam sobre minha “origem maranhense”, pois meus hábitos, meus costumes e meu sotaque soavam diferentemente dos referenciais identitários tidos como “maranhenses” observados na capital, o que me instigou a concluir que as “origens” desse Maranhão onde fui criada eram outras. Na tentativa de entendê-las, menciono as palavras da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral (1992, p. 22):

[...] a identidade histórica maranhense foi construída a partir de um referencial que contemplou apenas as áreas com origem no litoral, constituindo-se numa visão homogeneizadora da história maranhense. O discurso historiográfico, ao generalizar para todo o Maranhão, uma história que restringe apenas a determinadas regiões tendeu a uniformizar dos diferentes espaços historicamente constituídos que compõem o Maranhão [...]. Nosso objetivo é justamente questionar essa visão. Pretendemos investigar sobre o Maranhão que não é precisamente o das fortificações, invasões, açúcar, algodão, mas que se identifica, particularmente, com as pastagens naturais, rebanhos e fazendas de gado. Suas origens não estão no litoral, mas nas caatingas nordestinas, de onde vieram seus primeiros povoadores e sua riqueza principal: o gado.

Esses sertões eram parte de outra história, uma narrativa pouco explorada pela historiografia local, ainda centrada numa “história construída a partir do litoral”. Metaforicamente, comparo minha tarefa, por entre leituras e escritas desses sertões, ao árduo trabalho daquele que tenta suportar as intempéries de um meio áspero.

Aos poucos, a cada novo “achado de pesquisa”, esses roteiros rumo aos sertões tornaram-se inumeráveis. Além dos livros, memórias, relatórios, mapas, apareceram os jornais que circularam por esses sertões, com fotos, ilustrações, notícias e os relatos de um cotidiano. Ao folheá-los, suas páginas trouxeram também os indivíduos, suas palavras, seus comportamentos, suas ações, seus discursos e os acontecimentos que julgaram merecer alguma evidência.

Em meio à poeira e às páginas que se deterioravam, devido aos efeitos da passagem de um tempo, uma notícia atraiu minha atenção. Num dos periódicos lia-se uma notícia sobre a nomeação de uma senhora para o cargo de prefeita no sertão maranhense⁵. O ano era 1934. O município, São João dos Patos. A senhora chamava-se Joana da Rocha Santos.

⁵A nomeação da primeira senhora para o cargo de prefeita num município do sertão maranhense. **Tribuna**. São Luís, 14 abr. 1934, p.2.

A cada notícia encontrada nesses periódicos, a figura de Joana da Rocha Santos provocou indagações sobre os fatos ali descritos que faziam referências ao seu nome, a forma como direcionou a administração municipal, seus atos, seus comportamentos, as relações sociais que teceu com os personagens da política e poucos aspectos de sua vida íntima. A sua nomeação ao cargo de prefeita municipal ocorreu num contexto onde se observaram os primeiros sinais de corrosão dos entraves à participação das mulheres no campo da política, do reconhecimento de direitos políticos que possibilitaram às mulheres de sua época ingressar na vida pública.

Os percursos de Joana da Rocha Santos se deram num contexto de intensas transformações políticas e que, no Maranhão, foram marcadas por tensões advindas dos desdobramentos do movimento conhecido na historiografia brasileira como “Revolução de 1930”, sucedida pela implantação do Estado Novo, da redemocratização dos anos de 1940 e dos episódios do jogo político maranhense, dos quais citamos a denominada “Greve de 51”. O sertão onde Joana construiu sua trajetória foi um dos palcos desses debates e embates políticos, num momento em que as ações dos governos visavam alcançar essa região, por tempos foi interpretada como distante, esquecida e abandonada, conforme discursavam as elites políticas sertanejas.

Dito isso, a pesquisa aqui proposta visa compreender a partir da trajetória de vida de Joana da Rocha Santos – conhecida como “Dona Noca”⁶ – a cultura política vivenciada nos sertões maranhenses, especificamente no município de São João dos Patos, entre os anos de 1930 a 1960. Ao contemplar o entendimento de uma realidade social por intermédio da trajetória de um indivíduo, propomos discussões sobre as representações construídas a respeito da Joana da Rocha Santos que apontam para aspectos de sua experiência histórica, atuando na administração municipal e da influência política que exerceu à época.

O recorte temporal escolhido abarca as décadas de 30 a 60, período este que vincula a trajetória política de Joana da Rocha Santos às questões referentes ao seu contexto social. Daí, optarmos por investigações que primam por noções como cultura política, relações e práticas de poder, imaginários, experiências e espaços de convívio social.

Pretendemos construir uma escrita histórica que contemple as ações dos atores sociais nas diferentes épocas, pelas maneiras como esses construíram ideias e representações em seus espaços sociais. Em consonância com Castro (2007, p. 44), a História deve atentar para

⁶“Dona Noca”, “Noca Rocha Santos” ou “Noca Santos”, foram os codinomes referentes a Joana da Rocha Santos, observados nas fontes pesquisadas: jornais, crônicas, entre outros.

a constituição de atores sociais enquanto sujeitos históricos, compreendidos antes como produções (criações) de práticas discursivas (ou simbólicas).

Quem foi Joana da Rocha Santos? Em qual cultura política esteve inserida? Quais os elementos que foram constituintes de suas representações? Com a finalidade de prover respostas às referidas indagações, necessários são os esclarecimentos sobre os pressupostos que orientaram esta pesquisa.

O interesse pela trajetória de Joana da Rocha Santos propôs alguns desafios no que diz respeito à construção de uma escrita que possibilitasse o entendimento de uma vida não como um enredo linear, único e coerente. O reconhecimento dessas “ilusões” corrobora os questionamentos sobre o princípio coerente e linear ao referir-se à utilização da biografia, mais uma das “noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico”, vista como um relato que prioriza a totalidade e coerência de um sujeito histórico (BOURDIEU, 2006, p.183).

Daí, consideramos os escritos biográficos como vias de compreensão das ações individuais, estas tomadas como objeto de investigação histórica, bem como das formas de se construir representações por meio dos relatos sobre a trajetória de uma vida. Por intermédio da relação entre história e escritas de vida, objetiva-se discutir questões como a liberdade do indivíduo frente às normas e valores impostos pela sociedade, por uma escrita que prioriza a pluralidade das experiências e a fragmentação do real, contrariando a perspectiva unitária e cronológica de uma vida.

Outro desafio com que nos deparamos foi a invisibilidade histórica da figura de Joana da Rocha Santos, constatada pela ausência e/ou carência de pesquisas no campo da historiografia maranhense e outros que a evidenciam, bem como de outras personagens, protagonistas de muitas histórias inscritas nesses sertões maranhenses. As raras menções direcionam-se ao seu famoso codinome “Dona Noca”, acompanhado brevemente de uma sinopse existencial: “a primeira prefeita do Maranhão”.

A respeito da invisibilidade de sujeitos históricos, dos quais citamos as mulheres, Perrot (2007, p. 16) constatou um tipo de postura historiográfica que por tempos relegou ao silêncio essas personagens. Esses relatos não as contemplavam enquanto objeto de estudo, atrizes e agentes sociais de sua própria história, do silêncio das fontes devido aos poucos vestígios, das falas não registradas, discursos que construíram estereótipos e idealizações. Construir um relato que possibilite a Joana a condição de sujeito histórico alinha-se às transformações observadas no labor historiográfico a partir dos anos de 1980, por intermédio

das novas abordagens, dos objetos, das fontes e das reflexões acerca do ofício que permitiram a inclusão de sujeitos “anônimos”, dentre esses, as mulheres, nas investigações historiográficas.

No que tange às considerações acerca da narrativa, esta comporta amplitudes teóricas sobre a representação do passado, de sinuosidades pelo viés do descontínuo e da fragmentação de uma trajetória. Segundo Stone (1991, p. 13), essa modalidade de escrita prima pela descrição como arcabouço construtivo da argumentação com enfoque no homem, de um conto não linear das tensões entre as incertezas vivenciadas pelo indivíduo e as idealizações e imposições da sociedade de sua época.

Esse modo de escrever história compreende as mudanças nas práticas dos historiadores ao empreender por novas temáticas vistas sob o prisma do cultural. Conceito por vezes rejeitado anteriormente por barreiras teórico-metodológicas impostas por uma escrita histórica com base em análises deterministas, quantitativistas e estruturalistas, com a primazia das ações coletivas.

A posse no cargo de prefeita fez com que o nome Joana da Rocha Santos fosse divulgado por outros periódicos com repercussões nacional e local. Olhares atentos ao fato de uma mulher ter alcançado um posto político expressivo para o tempo nos distantes sertões do sul maranhense. Todavia, esses muitos olhares e falas a despeito de Joana contrastam com o silêncio de uma personagem que foi apresentada pelas vozes, pelos discursos e por memórias que falaram por ela e sobre ela.

Os poucos dados conhecidos – nome, ano, data, local – foram os vestígios para historicizar uma vida, com fins de compreender o vivido, captar as singularidades de suas experiências e de seu tempo. Assim, pelas marcas deixadas por onde Joana trilhou, em notícias, fotografias, depoimentos e os poucos documentos oficiais, foi possível compreender como essa trajetória foi construída, por escolhas e seleções operadas na relação entre história e memória, em representações que produziram interpretações de suas vivências.

Por meio dessas representações, constatamos que a trajetória de Joana da Rocha Santos foi construída com marcas do seu envolvimento na política. Utilizamos o conceito de cultura política com vistas a compreender as maneiras como a política e poder entrecruzam-se nas trilhas de Joana, ao nortear seus passos, ao influenciar sua atuação, as ações e decisões.

Em história, as pesquisas que primam pelos estudos sobre cultura política integram o movimento de renovação historiográfica através da *Nova História Política*. Esse campo de estudos abrange conceitos, métodos e procedimentos rediscutidos em prol de uma história afeita às questões referentes ao poder, noção que envolve uma diversidade de modalidades que

atravessam a vida cotidiana, os sistemas de representações, os discursos, os comportamentos, o imaginário, dentre outras. Com relação ao campo político, esse é contemplado não por um caráter de unicidade, mas pelo papel de mediação entre as demais instâncias, conforme observa Remond (1997, p. 35),

[...] mas a História política aprendeu que, se o político tem características próprias [...] ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.

Ao comportar uma infinidade de temas, a *Nova História Política* traz em seu bojo o estudo do indivíduo com um enfoque diferenciado daquele abordado pela historiografia política do século XIX e sua atenção às “ilustres personalidades e seus grandes feitos”. O renovado fazer historiográfico acerca do político focaliza a “história vista de baixo”, do indivíduo comum, das massas anônimas, do sujeito anônimo.

Quanto à noção de poder, diferentemente daqueles que escreveram sobre história política no século XIX, o poder

[...] não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes, [...] nas ‘relações interindividuais’ – da família, das vizinhanças, da vida cotidiana – e também para o estudo dos ‘discursos’ e ‘representações’. [...] Poder não está necessariamente onde se anuncia, de que esse mesmo poder pode se esconder nas palavras, nas tecnologias de poder relacionadas com a construção de ‘discursos’, na elaboração de diversificados ‘sistemas de representações’, na ‘simbologia política’, no ‘teatro do poder’, no uso de ‘imagens’ de diversos tipos por governantes e governados, pelos homens nas suas relações de força (BARROS, 2008, p.4).

O conceito de “cultura política” define os subsídios culturais de uma sociedade, especificamente, àqueles fenômenos políticos, ao permitir uma leitura do passado histórico, de suas significações, normas e valores compartilhados pelos indivíduos e o conjunto das representações que estes constroem sobre a sociedade. Em conformidade com Berstein (1998, p. 362), consideramos que o estudo de uma cultura política permite identificar

[...] o lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restitui-las à coerência dos seus comportamentos graças às descobertas das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir da reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda [...] passando à dimensão individual, à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece a chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura.

A escrita biográfica e os estudos relativos ao político como modalidade da prática social possibilitam distintas maneiras de trabalho com vistas a uma narrativa que recupera a feição humana dos processos históricos (AVELAR, 2012, p. 67), viabilizando aos indivíduos, como Joana da Rocha Santos, a inscrição de suas impressões digitais num tempo e espaço

históricos. Na apreensão dessas experiências históricas de Joana, mediadas por esses enredos que entrelaçam história e memória, visamos evidenciar o protagonismo de atores sociais como Joana da Rocha Santos, antes no anonimato e esquecimento, indivíduos que construíram o rico universo político, social, econômico e cultural dos sertões maranhenses.

Como afirmamos anteriormente, os primeiros indícios dessa trajetória foram encontrados nas pesquisas realizadas em matérias veiculadas em jornais e revistas que se debruçaram sobre o protagonismo da então prefeita de um município nos sertões maranhenses. Além dessas fontes, obtivemos outros relatos acerca de Joana, em memórias colhidas em alguns depoimentos que relembrou os acontecimentos, os modos de vida e aspectos diversos relacionados à trajetória da personagem contemplada por esta pesquisa.

Para a pesquisa aqui proposta, a memória é vista como fonte histórica capaz de representar um passado que é evocado num tempo presente, pelo prisma da multiplicidade de significados, quanto às experiências de indivíduos, entremeadas pelo caráter subjetivo desses relatos. As lembranças de um indivíduo relacionam-se à sociedade na qual este se encontra inserido, ao determinar o que é memorável e o que deve ser esquecido, sendo o ato de lembrar encarado como uma reconstrução advinda das imagens de memórias ancoradas no que é compartilhado por uma sociedade (HALBWACHS, 2006, p.39).

Ouvir esses enredos, registrados nas lembranças sobre a vida de Joana e as tramas políticas de sua época, quando incomum era a participação das mulheres no campo da política, é significativo para apreender a escritura das ações dos indivíduos na história. Uma realidade social arquitetada a partir da vida de um indivíduo, numa narrativa histórica permeada pelas múltiplas maneiras de se construir ideias e representações num determinado lugar e tempo.

Com o intuito de captar esses depoimentos, utilizamos a história oral para elucidar os relatos dessas memórias construídos pelos indivíduos sobre representações de vidas e de visões de mundo, pela realização de entrevistas para compor esta investigação. A história oral constitui-se como uma prática que, além de recuperar histórias não reconhecidas, capacita os indivíduos a contar suas próprias histórias, ao valorizar experiências antes silenciadas e lembranças que contemplam os significados subjetivos do vivido e o caráter plural das versões sobre o passado (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 66).

As fontes orais também permitem vislumbrar a relação entre história e memória, nos processos de reconstrução daquilo que já passou e não se pode apreender em sua completude, em paradoxos observados nos processos de lembrar e esquecer. Os lugares dessa memória apontam para uma caracterização da memória enquanto vestígio, material que,

apropriado pela operação historiográfica, transforma essas lembranças em narrativas permeadas de imagens simbólicas de um passado construído num tempo presente (NORA, 1990, p.4).

Ao narrar uma vida, tal escrita não se apoia em concepções heroicas, de um indivíduo alheio ao seu contexto social ou além de seu tempo, como atesta Queiroz (1988, p. 6),

A História oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas recolhe destes tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de história, poetas e cantadores inventam num momento dado. Na verdade, tudo o que se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja história de um grupo, seja história real, seja ela mítica.

Busca-se compreender a dimensão simbólica dos atos, das representações construídas em torno das experiências, das tensões entre o vivenciado e as imposições da sociedade de sua época, tanto indícios escritos, como vestígios orais. A abordagem simbólica proporcionada pela prática metodológica da história oral é também evidenciada por Passerini na compreensão das abordagens biográficas em História, seja pela via das autobiografias, biografias ou histórias de vidas, ao se utilizar do conceito de Mitobiografia,

A história está interessada precisamente em tais diferenças [...] as pessoas podiam ter seguido outras direções, podiam ter decidido nutrir-se outros mitos ou alterá-los, podiam ter optado por determinado mito de outra maneira. As histórias de vida podem ser vistas como construções de Mitobiografias singulares, usando opções de recursos diversos, que incluem mitos, combinando o novo e o antigo em expressões únicas. Creio que nós, adeptos da história oral, temos novamente a chance especial, a de reverter velhos procedimentos e de não mais usar mitos do passado para ler o presente, e sim o usar o presente para reinterpretá-los (PASSERINI, 1993, p. 32).

Concordamos com a autora, no sentido de que, para o estudo aqui proposto, o conceito de Mitobiografia elucida as representações a respeito de Dona Noca em construções que unem as dimensões simbólicas e analíticas, de uma vida que se propõe espelhar um mito, ao se historicizar a trajetória de um indivíduo.

Quanto às fontes, reunimos um conjunto de documentação com a finalidade de interpretar os dados biográficos e as produções referentes às representações de Joana da Rocha Santos enquanto sujeito histórico, na utilização de fontes variadas: escritas e orais. Na construção de um relato que relaciona a vida do sujeito à inscrição de suas ações em seu tempo, ressaltamos o crescimento no campo da historiografia de estudos que primam pela escrita biográfica e utilização de fontes orais.

A hemeroteca da Biblioteca Pública Benedito Leite⁷ possibilitou os contatos com jornais locais da época, num acervo contendo notícias sobre a posse de Dona Noca, suas ações como prefeita e alguns fatos pessoais. Além disso, foi possível a realização de consultas aos relatórios dos governos estaduais, as obras históricas desse período. Outro local importante para ampliar o acesso às fontes periódicas é a Hemeroteca Digital Brasileira mantida pela Fundação da Biblioteca Nacional⁸, pois esse espaço de pesquisa nos permitiu o contato com jornais e revistas de circulação nacional que também noticiaram sobre a atuação da prefeita Noca Santos.

Nas leituras dos textos contidos nesses jornais, atentamos para uma representação construída pelo diagnóstico da realidade que se pretende examinar, das intervenções no espaço público, dos projetos políticos e questões artístico-literárias que dialogavam com os dilemas do tempo (LUCA, 2008, p.119). Enquanto fontes para a pesquisa histórica, o exame desses discursos jornalísticos visa à identificação de uma “política de produção da verdade”, do lugar social, das condições históricas e das relações sociais envolvidas nas construções dos fatos contidos nesses discursos.

Pelo contato com a representação simbólica de uma sociedade, estes são importantes documentos de época que proporcionam uma pluralidade de representações através das diferentes leituras sobre o real praticadas pelos atores sociais. Daí, essas apropriações constituírem enredos fragmentários, seletivos e subjetivos, versões diversas criadas no tempo curto dos acontecimentos, ao explicitar os dramas e os desafios daquilo que é vivido, na elaboração de um fato que se transforma em representação de uma realidade.

A perspectiva a ser adotada pelo historiador diante desses impressos é a que ressalta as formas como esses sujeitos se apropriam das vivências, das interpretações que sugerem uma diversidade de efeitos e sentidos diversos a partir de um tempo por eles denominado de presente. Na concepção de Márcia Mansour D’Alessio (2008, p.137) o cotidiano da vida social, assim como é descrito pelos jornais, é captado pelo historiador de forma fragmentada, sendo necessário que esse pesquisador disponha dos sentidos que articulam o momento da ocorrência do “fato” às outras temporalidades da História.

Analisamos também as fontes orais, por meio da coleta de depoimentos obtidos em pesquisas que empreendemos em São João dos Patos e São Luís. Foi possível realizarmos a obtenção de três depoimentos – dois desses foram obtidos em São João dos Patos, e o outro em

⁷A Biblioteca Pública Benedito Leite disponibiliza um acervo digital de jornais e obras diversas por meio do endereço eletrônico: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/>.

⁸ O acesso aos materiais foi realizado mediante o seguinte endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

São Luís - com indivíduos que conviviam com Joana da Rocha Santos, testemunharam direta ou indiretamente acontecimentos que estiveram relacionados à trajetória da personagem. Sobre os entrevistados, dois mantiveram estreita convivência com a personagem devido aos laços familiares; já o outro entrevistado apresentou um interesse em pesquisar temáticas de cunho histórico e geográfico sobre o município de São João dos Patos, por meio levantamento e preservação de documentação, objetos e outros materiais⁹.

Entendemos que a utilização da oralidade para esse estudo propicia o registro das diversas formas de interpretar uma realidade social, bem como apreender o processo de reconstrução da trajetória dos sujeitos, com base em descrições advindas da memória individual e/ou coletiva. A história oral, enquanto uma metodologia de pesquisa (AMADO & FERREIRA, 1996) comporta o uso dos registros de depoimentos compreendidos como espaço de subjetividades presente no ato de narrar.

Além disso, as narrativas apresentadas nesses registros de memória são representações de vida e de mundo praticáveis dentro dos quadros sociais em que esse sujeito está inserido. Narrativas definidas como testemunhos que não devem ser tomados como uma verdade inquestionável, mas como um ponto de vista sobre o real (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 200).

Empregamos a micro-história como método de pesquisa que prima pela busca de fragmentos e indícios sobre o passado para interpretação do vivido, conforme os postulados de Ginzburg (1989) e Levi (1992). Como prática que visa observar a inserção social dos indivíduos e seus comportamentos por meio da redução da escala de observação, a micro-história proporciona uma leitura do social atenta às relações dinâmicas entre o sujeito e o tecido social em que ele se insere.

Com o intuito de discutir as diversas imagens construídas sobre Joana da Rocha Santos, elegemos a proposta de Chartier (1991, p. 178) por meio do estudo das representações,

⁹ Esses depoimentos foram gentilmente concedidos por **L.S. F. C**, **R. S.L.M.S** e **B.H.H**.

L.S.F.C nasceu em São João dos Patos, tem formação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão e nutre um interesse em pesquisar sobre história do seu município. Possui laços de amizade com a família de Joana da Rocha Santos.

R.S.L.M.S tem formação em História pela Universidade Federal do Piauí. Demonstra uma preocupação em conservar a memória de sua família e da história de São João dos Patos, ao preservar materiais que remetem as lembranças sobre São João dos Patos, da empresa de sua família e no cuidado com a Capela São José. Conviveu com Dona Noca na época em que a ex-prefeita já se havia decidido em se retirar da cena política local, alguns anos antes do falecimento. **R.S.L.M.S** adentrou a família “Rocha Santos ao se casar com um dos sobrinhos de Dona Noca, já falecido.

B.H.H nasceu na região sertaneja, na cidade de Barão do Grajaú. Atuou na área jurídica, exerceu o magistério superior e o jornalismo. Sobrinha e afilhada de Joana da Rocha Santos, **B.H.H** construiu também uma trajetória na política maranhense.

que reporta ao “processo historicamente determinando cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, lugares e comunidades”. Em consonância com esse autor, os estudo das representações possibilita compreender as diferentes formas de decifrar os atos dos indivíduos e as percepções acerca do mundo, em conformidade com determinado lugar e tempo históricos, em contato com a realidade que os grupos sociais representam ao descrevê-la tal como pensam ou como gostariam que fosse.

O primeiro capítulo *O Sertão de Noca* intenciona examinar o município de São João dos Patos no contexto da gestão municipal de Joana da Rocha Santos. Concebemos a inserção do referido município numa realidade representada como “sertões maranhenses”, interpretado como um espaço construído historicamente, em termos simbólicos, identitários e envoltos em relações de poder.

Quando uma vida é a grafia de uma história é o título do segundo capítulo, cujo objetivo é a compreensão da cultura política dos sertões maranhenses por meio dos percursos trilhados por Joana da Rocha Santos. Norteia esse capítulo os questionamentos a respeito da relação entre história, trajetória de vidas e escrita biográfica, entrecruzadas pela conceituação de “cultura política”, no que tange aos valores, comportamentos, representações, tradições e identidades políticas, práticas de poder, valores, identidades, tradições como referências da sociedade da época.

As representações a respeito de Joana da Rocha Santos constituem as temáticas abordadas no terceiro capítulo, intitulado *Dona Noca casa, prende, solta e, quando é preciso, coloca o 38 na cintura*. Assim, discutimos algumas das imagens construídas sobre Joana, fundamentadas em representações, ou seja, as diversas formas de concepção e de interpretação dessa personagem em sua atuação no espaço público, principalmente, por ter exercido o cargo de prefeita do município de São João dos Patos.

Por fim, ao folhearmos as páginas que seguem, não pretendemos oferecer uma versão inquestionável sobre a trajetória dessa personagem. Corroboramos com a afirmação de Schmidt (2012, p. 187) sobre o estudo das narrativas que tem por objeto a história de uma vida, ao distanciarmos de posturas que tomam tais narrativas como uma “busca de modelos (ou contramodelos) de conduta, seja a procura de ‘verdades’ íntimas dos personagens retratados, sobretudo dos mais famosos, que permitissem saciar sua curiosidade *voyeurista* ¹⁰ ,

¹⁰ Excesso de curiosidade pelo que é particular ou íntimo. Ver: <https://www.dicio.com.br/voyeurismo/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

desnundando-os no seu lado demasiadamente humano, trazendo-os para mais perto do comum dos mortais”.

Os capítulos propostos tiveram como artefatos os vestígios dessa trajetória, das trilhas percorridas por Joana da Rocha Santos que tracejaram esses enredos de sua vida. Relatos construídos em meio aos fragmentos de um tempo passado, que teceram representações e forjaram diferentes imagens, apreendidas em perspectivas diversas e olhares que direcionados a Dona Noca pela sociedade do seu tempo, assim como nas memórias daqueles que ainda conservam essas lembranças no tempo presente.

CAPÍTULO 1
O SERTÃO DE NOCA:
São João dos Patos e as tessituras de um lugar.

Figura 1: Registros fotográficos das ruas de São João dos Patos [19--] data provável.



Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)



Fonte: IBGE¹¹

Nas imagens acima, alguns dos caminhos de São João dos Patos. Atenta-se para os espaços retratados ainda sem pavimentação e com alguns pontos de iluminação pública.

¹¹Imagem extraída do site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=435536>.

1.1 Dos traçados de um lugar chamado sertão

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, [...] Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade [...] O sertão está em toda a parte. Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...

Guimarães Rosa

No trecho citado de sua obra *Grande Sertão: veredas*¹², Guimarães Rosa referia-se a um espaço construído por limites imprecisos em termos cartográficos. A trilha oferecida por Rosa leva-nos à compreensão das veredas simbólicas desses sertões enquanto espaços múltiplos em significações, por trilhas escritas que se dispuseram em tracejar um “lugar sertão”.

Compreender a espacialidade “sertões maranhenses” é atentar para as possibilidades de interpretá-la como uma realidade social ao explicitar o caráter inventivo de sua construção histórica. Em consonância com o historiador Roger Chartier (1990, p.17), deciframos esse espaço pelas representações que permitiram interpretações construídas ao longo do tempo, por meio das imagens que traduzem uma realidade “que os grupos sociais representam ao descrevê-la tal como pensam ou como gostariam que fosse”.

Na condição de representação de um espaço, as imagens em torno desses sertões maranhenses são perpassadas por historicidade, sendo necessária a identificação das condições históricas responsáveis pela emergência desse conceito, pelos discursos produzidos que envolvem relações de poder entre os grupos que disputam o domínio de um lugar. Em termos

¹² ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

simbólicos, identifica-se uma luta dessas representações com o desígnio de impor uma delimitação espacial, conseqüentemente, uma visão de mundo social, ao monopolizar o conhecimento e o reconhecimento da definição de uma realidade (BOURDIEU, 2007, p.108).

No mesmo sentido, citamos as reflexões de Certeau (1994. p.202), para que possamos conceber a construção desses espaços por meio das interações autorizadas pela descrição, que o fundam e criam ao demarcar suas fronteiras. Ao instituir essas práticas delimitadoras, os relatos a respeito desses sertões maranhenses insinuam gestos de fixar num espaço, por operações que envolvem fabricação através de ações organizadoras, atos culturalmente criadores.

Diversos significados foram atribuídos à palavra *sertão/sertões*, considerado um dos conceitos mais importantes no pensamento social brasileiro, presente na escrita dos cronistas e viajantes do período colonial, ao representar o espaço ainda não ocupado como “desconhecido, onde habitava o selvagem e onde se esperava encontrar inomináveis riquezas” (AMADO, 1995, p. 150). Tais significações permaneceram nos séculos XVII e XVIII, para nomear as áreas do interior da possessão portuguesa, aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana, construídas a partir da oposição com as regiões colonizadas do litoral, numa dicotomia entre o espaço considerado “civilizado”¹³, definido pela presença da colonização portuguesa, e aquele considerado “selvagem”, por ser um lugar apartado do litoral, “uma região inóspita e sem lei”.

Esses sentidos foram atribuídos pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro em suas memórias sobre os sertões da capitania do Maranhão¹⁴, quando lá esteve no início do século XIX. Na condição de comissário demarcador dos limites entre as capitanias de Goiás e Maranhão, as impressões de Paula Ribeiro foram importantes por causa das informações colhidas em sua viagem à região sertaneja, nas descrições dos seus aspectos físico, econômico e social, apresentando as diferenças entre essa região e o litoral.

Em seus registros, o militar nomeou os sertões dos Pastos Bons ou altos sertões da Capitania como todo o espaço que do último território de Caxias se descreve até as cabeceiras

¹³A respeito do conceito de “civilização”, utilizamos a análise de Elias (1994, p. 23-25), que a conceitua como uma forma de apreciação expressa na consciência ocidental, ao julgar-se superior em atitudes, comportamentos e atividades humanas às sociedades que consideram antigas ou “primitivas”, ao designar uma qualidade específica de um comportamento visto como “padrão” em comparação com as maneiras sociais de indivíduos tidos como “simples e socialmente inferiores”

¹⁴As memórias do militar Francisco de Paula Ribeiro foram publicadas em 1840 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Posteriormente, foram reeditadas pela Editora Siciliana (Memórias dos sertões Maranhenses) em 2002, e pela Editora Ética (**Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões maranhenses**), no ano de 2005.

dos rios Parnaíba, Balsas e Manuel Alves Grande. Designação advinda das condições naturais que possibilitaram a inserção da atividade de criação de gado, dita como estratégica para o desenvolvimento da Província do Maranhão (RIBEIRO, 2002, p. 108).

Figura 2: Representação cartográfica concebida por Francisco de Paula Ribeiro (1819)



Fonte: PACHÊCO FILHO (2011, p.54)

Na representação cartográfica construída por Paula Ribeiro percebemos os contornos ainda não definidos dos sertões maranhenses. Essa percepção é corroborada nos escritos desse militar por meio das imagens desses sertões como um espaço desconhecido pelo governo da capitania do Maranhão e de outras autoridades. A ênfase de suas memórias apontou também a carência de uma administração judicial como impeditivo das ações de “fazer-se com violência, justiça a si mesmo, pelo estado de abandono em que vivem e os despotismos que podem sofrer”.

Em fins do século XIX, essas imagens do desconhecimento e da ausência de medidas dos governos nesses sertões ofereceram as significações para que Dunshee de Abranches (1940, p.154)¹⁵ compusesse suas percepções desse espaço, quando lá esteve no final do século XIX:

[...] fazia ver ainda nas minhas confidencias ao Presidente da Província a triste ignorância em que viviam os políticos dirigentes acerca da índole, dos costumes e da situação física e espiritual das gentes dos altos sertões. Desgraçadamente, os homens públicos maranhenses, parlamentares, administradores, funcionários superiores, até mesmo os apóstolos de Cristo, raramente tinham posto os pés ou permanecido algum tempo naquele solo longínquo e fecundo, beirando o Tocantins e pelo Alto Parnaíba.

Dunshee de Abranches relata as memórias do tempo de sua estadia em Barra do Corda, ao denunciar à “visão discriminatória que os políticos da capital tinham do sertão e de sua gente”. Em contraposição, Abranches qualificou o sertão maranhense como uma terra de patriotas, imagem construída em torno dos elementos colhidos nas histórias contadas pelos próprios sertanejos, sobre suas origens e tradições, da visão que o próprio sertanejo fazia de si mesmo, como rebeldes natos, ativos, trabalhadores, apegados visceralmente a sua terra.

Os escritos que compuseram *A Esfinge do Grajaú* constituem numa obra memorialista construídas pelas lembranças das experiências vivenciadas no alto sertão maranhense, quando lá esteve na condição de promotor público (SANTOS E ABRANTES, 2014, p. 108). Enviado pelo governo da província, o então promotor Abranches foi designado numa missão investigativa com o objetivo de apurar os desdobramentos dos conflitos políticos locais que ameaçavam a estabilidade política daquela região percebida pelo então Presidente da Província José Moreira Alves da Silva como uma “esfinge”. Ao relembrar essas experiências, Abranches arremata seus enredos num esforço das rememorações de uma região concebida como espaço enigmático “verdadeiramente a grande esfinge brasileira”.

Ao analisar a referida obra memorialística, Santos e Abrantes destacam pelo menos três dimensões que podem ser observadas nessas impressões de acerca dos sertões maranhenses: a geográfica e populacional, a político-ideológica, e a sociocultural (Idem, p. 116). Por meio

¹⁵ **João Dunshee de Abranches Moura** nasceu em São Luís, então capital da Província do Maranhão, em 02 de setembro de 1867. Descendente de uma das famílias renomadas da sociedade maranhense da época, seus pais foram Antônio da Silva Moura, um importante negociante português, e dona Emília Abranches Moura, professora do “Colégio dos Abranches”. Foi neto de Garcia Abranches, conhecido pela alcunha de *O Censor* e de dona Martinha Abranches, uma educadora cujo nome está relacionado à criação da primeira escola particular voltada para o ensino das moças da província maranhense. Desenvolveu atividades como jornalista, cronista, memorialista, historiador, romancista, advogado e promotor público dentre outras. Foi autor de diversas obras, dentre elas, *O Cativoiro*, *A Setembrada* e *a Esfinge do Grajaú*, que foi a última obra que escreveu no ano de 1940, poucos meses antes do falecimento, no Rio de Janeiro aos 74 anos de idade. A referida obra foi publicada no ano de 1959 pela Editora do *Jornal do Brasil* e, posteriormente, reedita em 1993 na coleção *Documentos Maranhenses* de iniciativa de do escritor e jornalista Jomar Moraes. (SANTOS & ABRANTES, 2014, pp.103-106)

dessas dimensões foi possível constatar que a escrita de Abranches organiza uma cartografia que supera uma ideia geográfica, ao interpretá-la enquanto um espaço sociocultural. A dimensão geográfica e populacional atenta para os diálogos de Dunshee de Abranches com as questões do seu tempo, ao adotar uma percepção determinista relativas ao clima e a geografia como designação da região e dos indivíduos, conforme os preceitos do pensamento intelectual do final do século XIX e início do século XX.

Com relação à dimensão político-ideológica, refere-se às leituras feitas acerca de um passado percebido como um tempo marcado pelos conflitos políticos entre os grupos locais, pela rivalidade entre conservadores e liberais e a organização de um movimento em defesa dos ideias republicanos. Já a dimensão sociocultural abarca suas percepções acerca de uma identidade sertaneja, nas tentativas de questionar a imagem negativa sobre os sertões maranhenses, ao enaltecer uma identidade sertaneja pautada nos valores e costumes observados na região.

Impressões sobre os sertões maranhenses que apontam um elemento representativo de um mundo e das relações sociais tecidas nesse espaço pelas percepções da violência. Daí a construção de uma cartografia cujos traçados resultam uma interpretação desses sertões como um lugar de conflitos, de lutas, de um espaço forjado a revelia dos poderes instituídos, de uma sociedade imersa em códigos, leis, comportamentos e valores de um lugar, cujos atos de violência são concebidos como “naturalmente aceitos” (MELO, 2010, p. 133). Num artigo publicado pelo jornal *Correio do Sertão*, observamos essas percepções de um lugar visto pelo viés da violência, identificadas em algumas queixas relativas à ação governamental na região sertaneja, como propulsora das cenas de conflitos presenciadas pelos sertões:

A suprema garantia da ordem pública, o mais sólido e firme esteio dos direitos e liberdades do cidadão repousam sobre a boa administração da justiça. Onde quer que falte essa condição primordial, não pode existir garantia de espécie alguma: a vida, a liberdade, a propriedade, a honra e o domicílio do cidadão, tudo em fim que há de mais sagrado, não encontra a necessária proteção, precioso bálsamo que aplacando as dores agudas, neutraliza a ação material das vinditas pessoais, o exercício de Talião dos tempos idos. Sob tão aflitiva e intolerável situação é que se acha o nosso sertão, que se ainda não está anaquizado, é devida somente a índole pacífica de seus habitantes, pois, que motivos para que cada um apele para si mesmo para se desagrar de temerosas injustiças, os há de sobra [...] pela má aplicação de seus princípios, caprichosa e intencionalmente deturpados, para se agitarem aos interesses de uma politicagem nefanda e corrupta, que nada respeita e a nada comove¹⁶.

Os conflitos e o “estado de anarquia” do sertão maranhense, segundo o ponto de vista desse periódico, decorreriam de questões políticas e da má administração judiciária. Como vimos na citação acima, justifica-se o “estado de anarquia” com argumentos relacionados às

¹⁶A Justiça no Sertão. *Correio do Sertão*. Caxias, 10 jun. 1903.

deficiências e a submissão de uma administração judiciária aos interesses de “uma politicagem nefanda e corrupta”. A representação de um sertão “anarquizado” figurou também em outros jornais como foi o caso dos registros da *Gazeta de Picos*¹⁷, ao construir uma imagem dessa região como um lugar onde a “existência se sente constantemente ameaçada”.

[...] De há muito o crime campeia de colo erguido e impávido nesta infeliz comarca e a justiça jaz imobilizada num profundo letargo donde quando é apenas para falsear a lei e violar os sãos princípios de direito. O cidadão não conta com a menor garantia e, atendendo ao estado anárquico ou semi-barbaro em que, infelizmente nos encontramos até sua existência se sente constantemente ameaçada¹⁸.

Tais periódicos responsabilizaram a deficiência da ação da Justiça pelos atos de violência praticados no sertão, esses que decorreriam do “estado deplorável” em que a região era deixada, o que justificou os motivos suficientes para que “cada um apele para si mesmo para se desagrar de temerosas injustiças”¹⁹. Outrossim, as denúncias desses jornais sertanejos auxiliam na compreensão das tensões e disputas pelo domínio da região do sul do Maranhão no início da República Velha e oferecem alguns sinais de como se davam as relações entre o poder regional e o local na consolidação do regime republicano.

No início do século XX, é possível observar representações a respeito desses sertões que oscilam entre as imagens de um espaço “bárbaro” e “atrasado”, ao mesmo tempo “autêntico” e “rico”. Aos significados identificados anteriormente, construíram-se outras percepções relativas aos sertões com fins de proporcionar o entendimento da nação brasileira, especificamente, de uma porção do Brasil que permanecia abandonada, esquecida e isolada do restante do país.

Nesse contexto de “redescobrimto de um país”, destacou-se as interpretações de Euclides da Cunha²⁰ em *Os Sertões*, um testemunho sobre a Guerra de Canudos ocorrida no

¹⁷ Atualmente, o município de Colinas.

¹⁸ Secção Livre. **Gazeta de Picos**. Picos, 1 set. 1912.

¹⁹ **Correio do Sertão**. Caxias, 10 jun. 1903.

²⁰ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em Cantagalo (RJ), no dia 20 de janeiro de 1866. Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha e foi aluno de Benjamin Constant, uma das figuras de destaque da propaganda republicana e positivista, e com quem aprendeu lições sobre o pensamento político e filosófico do final do século XIX brasileiro. Em 1896, Euclides escreveu seus primeiros artigos no *Estado de São Paulo*, sobre os conflitos que ocorriam no arraial de Canudos, no interior da Bahia, nos quais, exaltava as forças legalistas, e se referia aos “jagunços” de Canudos como aqueles que lutavam pela restauração da monarquia. Euclides da Cunha viajou como correspondente ao arraial para acompanhar o conflito, permanecendo ali de agosto a outubro de 1897. Dessa estadia, enviou uma série de escritos sobre os modos de vida dos sertanejos e o desenrolar da guerra, que culminou no massacre de Antônio Conselheiro (líder do movimento) e dos seus seguidores, pelas forças federais. Esses escritos foram reunidos e publicados em 1902 com o título *Os sertões*, obra marcada pela formação positivista do autor, ao reunir seus conhecimentos nas áreas de sociologia, história, antropologia, jornalismo e literatura. O êxito alcançado pela obra possibilitou sua eleição a Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1909, assassinado na estação da Piedade, subúrbio carioca, pelo jovem oficial que passara a viver com sua ex-esposa depois que esta o abandonara. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Euclides%20d%20a.pdf>. Acesso em 15 mar.2019.

sertão da Bahia em fins do século XIX. Publicada em 1902, a obra descreve a paisagem de Canudos, caracterizada como um deserto, um espaço esquecido e isolado, uma “terra de martírio”, que modelou um meio adverso, bem como o homem sertanejo e as lutas travadas com os soldados da República. Cunha (2007, p.121) construiu uma imagem do sertão enquanto espacialidade nacional, onde se encontrava o “autêntico brasileiro”, uma raça forte que possui uma fisionomia original, distante da “cultura de empréstimo” do litoral.

Numa abordagem pautada na oposição entre litoral e sertão, Cunha expôs os contrastes da sociedade brasileira, cujo antagonismo viabilizou a descoberta de um Brasil sertanejo que vivia isolado, abandonado e esquecido pelas elites políticas. Sobre essa obra, Ortiz (1986, p.16) analisa como uma proposta de interpretação que relaciona questões como raça e do meio, leituras que permitiriam esclarecer a especificidade da cultura brasileira e da formação da identidade nacional, como pilares de um projeto de construção da identidade nacional criado nos anos finais do século XIX.

Essa similaridade interpretativa perpassou os escritos da sertaneja maranhense Carlota Carvalho, reunidos sob o título peculiar de *O Sertão*. A publicação dessa obra ocorreu no ano de 1924, fruto do apoio que obteve juntos aos amigos do Rio de Janeiro, uma rede constituída de intelectuais e políticos da época, cujo amparo permitiu que “o maço de papel escrito e abandonado”, como assim denominou Carlota os seus escritos, fosse exposto ao público por reunir “fatos importantes da história do Brasil ainda não conhecidos e suficientemente esclarecidos e informações geográficas necessárias para a organização de um mapa que seja a verdade”.

Franklin (2011) informa que poucos são os registros sobre a vida de Carlota Carvalho, com dados restritos as indicações sobre o suposto ano e local de nascimento, provavelmente, entre as vilas de Riachão e Grajaú no ano de 1866. Ainda jovem, a escritora de *O Sertão* foi para Belém onde concluiu o curso Normal em 1867, sendo nomeada para exercer o cargo de professora na ilha de Bailique²¹. Carlota Carvalho ofereceu alguns registros sobre sua família: o pai, Miguel Olímpio Carvalho, membro do círculo literário do Grajaú chamado de Roda de Amigos, criado por Militão Bandeira Barros, juiz de paz e líder político sertanejo nos primeiros anos do século XIX; e o irmão João Parsondas de Carvalho, apontado como um dos grandes intelectuais maranhenses do final do século XIX e início do século XX, autor das matérias jornalísticas sobre os conflitos políticos que ocorreram no alto sertão maranhense no

²¹Atualmente, pertencente ao território do Amapá.

final do século XIX intitulado *O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX*²².

Carlota Carvalho registrou informações que obteve no seio familiar sobre o cotidiano, a formação social, os fatos políticos e os aspectos físicos. Além dos aspectos geográficos e econômicos da parte “sul do Estado, o território dos Pastos Bons”, Carlota visou evidenciar o patriotismo cultivado pelo sertanejo maranhense contra qualquer forma de despotismo e em defesa de sua terra, ao construir uma imagem da região como um campo propício ao nativismo:

Pouco tempo depois da adesão de Maranhão, liberais do Ceará, Paraíba e Pernambuco – independentes de 1823, fragmentos da Confederação do Equador em 1824 –, fugindo á morte paternal fraternalmente dada pelas comissões militares, passaram o Parnaíba e internavam-se no sertão do Maranhão – naqueles ‘pastos bons’, delícias de nossos ancestrais (...). Sabiam o caminho e conheciam o país em que vinham homiziar-se (CARVALHO, 2002, p.111).

Ao enfatizar a riqueza da região, em referências as características geográficas observadas no solo, na vegetação e na fauna, Carvalho denuncia o abandono em que vive esse sertão, que o torna uma região isolada do resto do estado. A ausência de autoridades judiciais e policiais, a falta de escolas, de saneamento, das estradas e dos telégrafos foram algumas das nuances ressaltadas em seus discursos, ao descrever o estado de algumas vilas dos sertões do sul do Maranhão nos anos iniciais do regime republicano. Algumas das facetas desses sertões foram visualizadas nas páginas de alguns jornais que discorreram sobre a situação dos sertões maranhenses na época, como foi o caso do *Jornal do Commercio*:

[...] veio falar de coisas nossas, como si, porventura, se estivesse se ocupando de longínquos países estrangeiros, pouco conhecidos, tão desconhecidos são mesmos os sertões de nossa terra! [...] das riquezas, das formosuras e das convidativas qualidades de vida e de prosperidade dos nossos sertões, tudo isso inteiramente abandonado, desconhecido, inaproveitado. A conferência de Annibal Mascarenhas sobre o sertão maranhense constitue, a nosso ver, formidável *libello accusatori*, o mais formidável, talvez, contra a inércia, a incompetência e o impatriotismo da politicagem dominante, a mais culpada por esse abandono criminoso em que vive imerso o admirável, rico e formosíssimo sertão do nosso Estado [...]. Esses chocantes contrastes entre riqueza e a opulência próprias dessas privilegiadas regiões e a pobreza até o extremo da miséria em que vivem os possuidores desses tesouros; a inteligência e os apreciáveis dotes morais dos seus habitantes do sertão e a ignorância forçada em que vivem eles imersos, sem escolas, sem professores, sem cultivo algum [...] fazendo-nos ver de modo claro como somos estrangeiros em nossa pátria, desconhecendo-a, abandonando-a ao acaso.²³

²² Publicadas nos jornais *Pacotilha* (MA) e no *Jornal do Brasil* (RJ), João Parsondas de Carvalho construiu essas reportagens por meio da compilação de depoimentos de alguns participantes e de outros indivíduos que testemunharam esses conflitos políticos nos sertões maranhenses.

²³ O sertão maranhense. **Jornal do Commercio**, Caxias, 18 out.1908.

Do abandono em que se encontra o sertão devido à falta de meios de comunicação, escolas, professores, constrói-se uma impressão desse espaço pelos atributos de riqueza, vastidão e beleza da terra, e por habitantes descritos como leais, trabalhadores, inteligentes. Contudo, uma representação com traços ambíguos, por compartilhar “chocantes contrastes”, o sertão “rico e opulento” e, ao mesmo tempo, “pobre e miserável”.

Destarte, é possível depreender por meio desses discursos, como esses sertanejos reconheciam uma identidade que foi forjada na importância que concederam às suas origens históricas, as tradições e os costumes, ao conceber o sertão e o sertanejo como tipos específicos: a terra é vasta, rica, fecunda e habitada por gente forte, trabalhadora, leal, que ama sua terra, desconhecida e abandonada pelo governo.

Ao analisar esses escritos sobre os sertões maranhenses, percebemos, portanto, uma representação dessa região como uma porção específica do território maranhense, “os sertões de Pastos Bons”, um espaço remoto e abandonado pelos poderes públicos, onde vive uma sociedade enigmática, para quem não a conhece. Além disso, um lugar marcado pela violência, elemento presente nos diversas disputas pelo comando político da região e nas relações sociais ali constituídas, cujo princípio é “fazer-se justiça a si mesmo”.

Um mundo percebido como sertões constituiu uma interpretação preponderante nos primeiros anos da República sobre o entendimento da nação brasileira. Como um grito de alerta para a sociedade da época que deslocou suas atenções para um Brasil sertanejo que vivia isolado, abandonado, esquecido, e guardava a “rocha viva da nacionalidade”, mas permanecia “estrangeiro em sua terra”, distante da “cultura de empréstimo” do litoral (LIMA, 1999, p.58).

A constatação da existência de “dois Brasis”, uma terra marcada por contrastes, todavia, guardando uma porção do país vista como “autêntica”, direcionou as ações dos governos para a construção da nação brasileira, por meio da integração do interior do país, guardião da “rocha viva da nacionalidade” que permanecia “estrangeira em sua terra”. Uma definição do que seriam esses sertões não se restringiu a um território delimitado em termos geográficos, mas um espaço que deveria ser ocupado e povoado por um projeto nacional orientado em termos de progresso e desenvolvimento, em ações intervencionistas e modernizadoras operadas por um Estado que reconhecia sua missão “civilizadora dos sertões do país”.

Figura 3: Propaganda da “Marcha para o Oeste”.



Fonte: Memorial da Democracia²⁴

Na década de 30, além de prover as regiões sertanejas com investimentos, ainda que precários, em transportes, saúde e educação, para “modernizar” o Brasil era preciso também reunir todos os territórios, controlá-los ao ponto de unir a população e garantir a segurança nacional. A partir dessa perspectiva, pressupunha-se que o Brasil superaria suas “amarras” coloniais, no que tange a ocupação territorial que consolidasse a integração desses “sertões” ao processo de desenvolvimento guiado pelo Estado.

Durante a Era Vargas, esse projeto de nação ganhou a denominação de *Marcha para o Oeste*, com o desígnio de integração nacional, proteção do território por meio da ocupação e povoamento do interior do Brasil. Os sertões do país foram visitados por “missões” instituídas para analisar as potencialidades dessas regiões e direcionar o processo de migração, como formas de controle territorial e populacional.

²⁴ Imagem extraída do site: <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Com seus olhares de chefe da nação, Getúlio Vargas observou as ações empreendidas nessa marcha rumo à criação do mito da unidade territorial, por meio da divulgação de um imaginário “estabelecido por um líder carismático, que estivesse ligado às massas, a Marcha acabou servindo para mascarar os conflitos sociais e criar um clima de euforia e cuidado na população” (ARRAIS, 2016, p. 5). Por meio do controle de um Estado centralizador e autoritário, a marcha seguiu um curso construído pela divulgação de propagandas que exaltavam os sertões e suas qualidades, representados como uma terra rica, livre e genuinamente brasileira, imbuídas por sentimentos patrióticos e de um nacionalismo com vistas ao progresso e o desenvolvimento do país.

Entretanto, conforme Santos (1985, p.17), no período varguista as imagens desses sertões receberam outros contornos, não restritos aos espaços do interior do país, ao abranger a concepção de regiões de fronteira. Apesar disso, persistem os anseios pela construção de uma ideia de nacionalidade brasileira embasada pelo ideário do desenvolvimento, com outros aditivos simbólicos expressos nas concepções de “ocupação”, “expansão”, “fronteira”, com vistas a unificar e defender o território nacional.

Dos governos instituídos no Maranhão republicano, observaram-se ações moldadas por ideais cujos propósitos eram promover o conhecimento e a integração dos sertões maranhenses. Medidas como saneamento, nomeação de servidores – professores, delegados, promotores, coletores, juízes – construção de escolas, aberturas de estradas, vias de navegação e ferrovias, instalação de telégrafos, dentre outras, foram consideradas estratégias - mesmo que de forma precária - das administrações públicas com fins de intensificar nesses sertões a presença do Estado, que concentrou por tempos seus poderes na porção norte do Maranhão.

Nas mensagens dos governadores dessa época, observam-se intenções em incrementar as vias de comunicação com os sertões maranhenses através de sua integração com a capital. Mencionamos o governo de Benedito Leite (1906-1908), por exemplo, ao propagar a importância de “ligar o sertão ao litoral” pela melhoria dos meios de transportes existentes no estado, pela instalação de linhas telegráficas, limpeza dos rios ou construção da estrada de ferro São Luís-Caxias²⁵. O referido governador citou também a obtenção de um crédito, junto ao governo federal, para a instalação de redes de telégrafo no sertão, uma quantia que considerou “insuficientes para as necessidades do Estado, cujo território muito vasto exige para esse serviço

²⁵ MARANHÃO. Governo do Estado. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 21 de fevereiro de 1908 pelo excelentíssimo senhor doutor Benedito Leite**. São Luís: Imprensa Oficial, 1908.

despesas subidas”. Afirmou, ainda que, das estações telegráficas mais distantes da Capital, no caso as de Bacabal e Caxias, “passavam toda a correspondência oficial para o Alto-Sertão”.

Quanto à navegação, as dificuldades apontadas pelos governantes eram as condições de navegabilidade dos rios Mearim e Itapecuru, ocasião que o governo estadual chegou a apresentar projetos nesse sentido, como o que autorizava a limpeza do rio Mearim, no trecho entre Barra do Corda e Pedreiras, além de oferecer incentivos para a navegação do rio Balsas, “que corta parte da zona sertaneja, iniciando-se qualquer serviço de que ele careça para navegação”. Na mensagem do governador Herculano Parga (1914-1918), a melhoria da navegação figura novamente como proposta do governo para viabilizar os contatos com a zona sertaneja, que comunicava: “no mesmo propósito mandei observar a navegabilidade do Itapecuru, de Caxias a Picos e ao Mirador, sendo necessária a desobstrução deste rio que tem estado em abandono”²⁶.

Como o assoreamento dos rios era progressivo e a navegação fluvial não resolvia o problema de comunicação, voltou a tomar corpo o debate sobre a construção de uma estrada de ferro para ligar a *Chanaan maranhense*²⁷, em referência ao sertão maranhense. A despeito disso, o governador Raul da Cunha Machado (1918-1919; 1922-1923) afirmou ser essa região a “fonte principal de nossa riqueza”, alertando que deveria ser “facilmente alcançada pelo Estado evitando que as nossas riquezas sertanejas e as dos nossos vizinhos se escôem pela Bahia e pelo Pará²⁸”.

Indícios desses propósitos cuja finalidade era integrar os sertões maranhenses às demais regiões do Estado, foi a excursão organizada pelo governador Magalhães de Almeida em 1928, para inaugurar as estradas de rodagem de algumas vilas sertanejas. Em discurso ao congresso do Estado do mesmo ano²⁹, o governador fez alusão aos esforços da administração em solucionar os problemas das estradas de rodagem, tendo o apoio das lideranças locais às medidas do poder público em sanar os problemas relativos à integração territorial e o intercâmbio comercial entre as regiões do Estado do Maranhão.

²⁶ *Id.* Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fevereiro de 1915 pelo excelentíssimo senhor doutor Herculano Parga. São Luís: Imprensa Oficial, 1915, p. 11.

²⁷ Estrada de ferro. *Jornal do Commercio*, Caxias, 7 mar.1909.

²⁸ *Id.* Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fevereiro de 1919 pelo excelentíssimo senhor doutor Raul da Cunha Machado. São Luís: Imprensa Oficial, 1919.

²⁹ *Id.* Mensagem ao Congresso do Estado, lida na abertura da sua 1ª reunião ordinária da 13ª legislatura pelo excelentíssimo senhor Presidente do Estado José Magalhães de Almeida. São Luís: Imprensa Oficial, 1928.

Figura 4: Cartografia das estradas de rodagem construídas no governo de Magalhães de Almeida.



Fonte: SANTIAGO (1929)

Acrescenta a importância da colonização da “hinterland maranhense”, bem como a função das estradas em promover o desenvolvimento econômico, social e cultural dos “altos sertões maranhenses”, descritos pelos “terrenos para excelentes centros de lavoura e campos magníficos”

Tive entendimentos pessoais com muitos chefes políticos e com todos aqueles que por qualquer sorte tivessem uma parcela de influência nos seus municípios. Conversei com muitos prefeitos mostrando-lhes que a prosperidade do Maranhão dependia quase que da solução do problema de transporte, pois temos um enorme território de 459.884 quilômetros quadrados, com 65 municípios, alguns dos quais mais acessíveis por outros Estados, resultando daí num desvio do comércio de uns e o isolamento de outros sem que nossa Capital, situada em uma ilha, os pudesse auxiliar. [...] Acentuei que a falta de transportes nas longínquas distâncias que separam um município do outro e da Capital, constituía uma barreira intransponível, contra qual se quebravam todas as iniciativas, causando desânimo dos habitantes dessas regiões que só plantavam para comer e transitavam por péssimos caminhos cheios de toda sorte de obstáculos, Mostrei-lhes, ainda, que de tudo isso resultava a estagnação em que viviam e que a falta de transporte era a morte do sertão. [...] Essa viagem despertou no interior do

Estado grandes alegrias e muitas esperanças, por estarem todos convencidos dos bons propósitos que animam o governo e por ser a primeira vez que o automóvel sulcava as estradas do alto sertão, acrescido a essa circunstância a de ser também a primeira vez que eram aquelas paragens visitadas pelo Presidente do Estado.

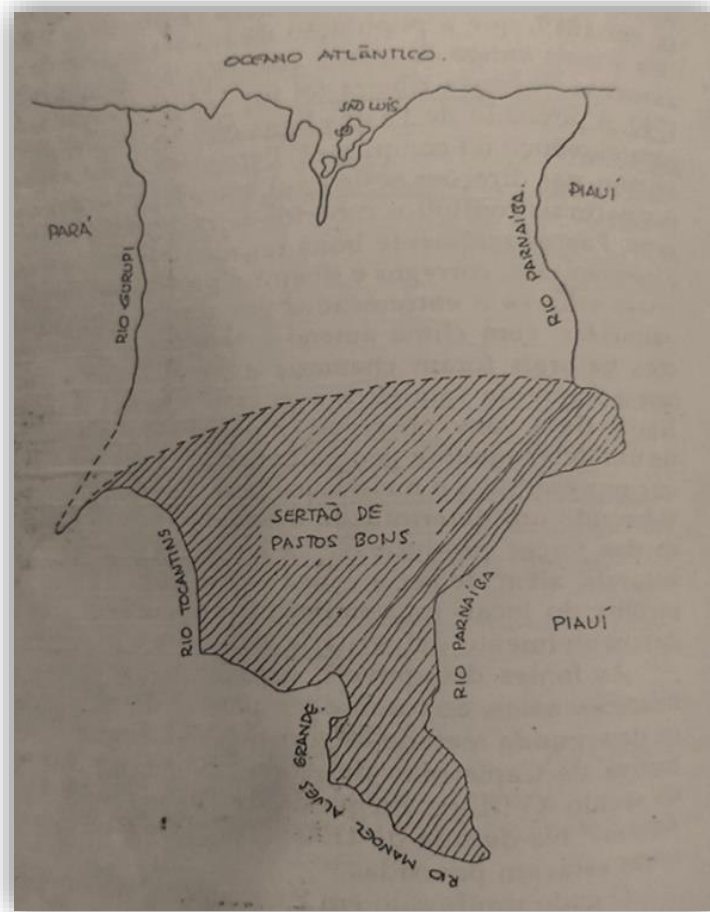
No ano de 1929, Clarindo Santiago publicou as experiências das excursões aos sertões maranhenses na obra *Estradas Maranhenses*, onde relatou a inauguração das rodovias construídas na região sertaneja. A percepção de Santiago³⁰ (1929, p. 9) que acompanhou o governador Magalhães de Almeida nessas viagens, corroborou a imagem de um chefe de governo precursor em visitar uma região pouco conhecida por outras autoridades que residiam na capital:

A nossa impressão é que esta fase de trabalho de uma administração criteriosa é das que melhor já se assinalaram na história política do Maranhão. É o caso dessa luta ingente que ainda se trava, de grande significação econômica, entre um dirigente forte, que soube dinamizar um grupo de homens fortes, e ação promovida contra nós, em vistas das nossas condições geográficas, por dois formidáveis elementos, os rios Tocantins e Parnaíba que, na sua qualidade de caminhos que marcham nos enfraquecem diariamente, desviando para outros Estados vizinhos o comércio sertanejo. É somente a ação conjunta de um governante e demais interessados poderá reencaminhar para S. Luís os produtos do sertão.

De um Maranhão percebido pelos contrastes entre “litoral” e “sertão”, discursos foram construídos como justificativas às necessidades de integração entre essas porções do território maranhense, considerada como uma “estratégica” para a unidade territorial e progresso do Estado. Com o intuito de promover o controle político e administrativo sobre os sertões maranhenses, essas ações traduziram os esforços de interligar essas localidades, intensificados nos anos iniciais do período republicano (CABRAL, 1992, p. 183).

A respeito desses sertões maranhenses, como um mundo construído pelos “caminhos do gado”, o trabalho da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral apresenta essa região como resultado da colonização empreendida pela pecuária iniciada no século XVIII, num movimento de expansão dessa atividade, cujo núcleo irradiador partiu das capitânicas da Bahia e de Pernambuco. A denominação “Pastos Bons” reafirma a compreensão dos outros autores que a antecederam: deve-se à existência dos campos naturais de exuberantes pastagens, dos numerosos rios perenes e do clima ameno e agradável, como pode ser observado no mapa criado pela historiadora como representações geográfica e identitária dos “sertões dos Pastos Bons”:

³⁰ **Clarindo Santiago** (1892-1941). Médico, político, professor, diretor do Liceu Maranhense e da Instrução Pública do Estado, membro da Academia Maranhense de Letras, da Maranhense de Intelectuais e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Poeta, jornalista e orador.

Figura 5: Sertão de Pastos Bons

Fonte: CABRAL (1992)

Ao longo desse processo de conquista da região “dos Pastos Bons”, presenciou-se a fundação de vilas, expansão da atividade ganadeira³¹, os conflitos entre colonos e tribos indígenas, a exploração das condições de navegabilidade dos rios e as disputas pela jurisdição de algumas partes desse território, como foi o caso, do território da Carolina, povoação próxima ao rio Tocantins, entre as capitanias de Goiás e Maranhão no início do século XIX.

Outra interpretação acerca desses sertões maranhenses é a que foi proposta pelo historiador Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (2011), ao tratar sobre a navegação dos rios no processo de integração da região sertaneja às demais localidades do Maranhão. Pachêco Filho criticou as concepções de um sertão representado como um espaço isolado composto por um “conjunto de adversidades naturais, associado às profundas diferenças sociais”. A leitura desse historiador adota a perspectiva da construção de um “sertão-mesopotâmico”, em alusão a um espaço representado como um rico manancial, sendo os rios tidos como “estradas de águas,

³¹ Referência as atividades de criação do gado.

atraindo a penetração e a exploração de um vasto território”. Dessa forma, os rios que permeavam esses sertões possibilitaram à integração dessa espacialidade com as demais regiões do Estado, ao promover o desenvolvimento socioeconômico da região.

Inserido numa realidade que se reconhece como “sertões maranhenses”, encontrava-se o município de São João dos Patos, o cenário onde se desenrolou a trajetória da personagem desta pesquisa. A ocupação do território nomeado “São João dos Patos” iniciou-se no final do século XVIII, com a instalação de fazendas de gado em terras dos sertões Pastos Bons, denominadas de sesmaria dos Jenipapeiros³², situada entre as lagoas “São João” e a “dos Patos”.

No período imperial, a povoação de São João dos Patos esteve sob a jurisdição da Freguesia de São Sebastião da Passagem Franca, criada em 8 de maio de 1835 e elevada à condição de vila pouco tempo depois, em 1838. A partir de meados do século XIX, a povoação de São João dos Patos experimentou um crescimento expressivo das atividades de criação de gado realizadas nas diversas fazendas situadas em seu território, ao figurar como principal povoado da vila de Passagem Franca. Alcançada a emancipação do território passagensense³³, a então vila de São João dos Patos foi criada nos anos iniciais da República por decreto n.130 de 19 de março de 1892³⁴, fruto das reivindicações dos fazendeiros ali instalados, que integravam as elites locais que disputavam o domínio da região.

A instalação do Conselho de Intendência Municipal ocorreu em 20 de abril do mesmo ano, composto por Francisco Pereira de Sá Sobrinho, Torquato José De Carvalho, Antonio Barbosa de Sousa, Francisco Fernandes de Sousa Primo e José Felisbino de Sousa³⁵, cuja presidência do conselho coube a Francisco Pereira de Sá Sobrinho, primeiro intendente da vila, apontado como um dos defensores da criação da vila patoense, pertencente a uma família de sesmeiros que participaram da fundação da vila da Passagem Franca(SANTOS NETOS, 2006, p. 133). Consolidada a autonomia político-administrativa, uma posição de destaque coube a São João dos Patos, devido à produção e comercialização do arroz, do algodão, criação de

³²A sesmaria dos Jenipapeiros era de posse dos Fernandes Lima, família de sesmeiros que receberam a doação por volta de 1750, sendo a posse confirmada aos herdeiros em 1817, pelo então governador da Província do Maranhão Paulo José da Silva Gama (SANTOS NETO, 2006, p.130).

³³ Gentílico de Passagem Franca.

³⁴ BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Coleção de Decretos, Leis e Resoluções do Governo do Maranhão, de 22 de Novembro de 1889 a 31 de Dezembro de 1892**. Typo. A vapor dos Frias. Maranhão, 1893, pp. 222-223. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/módulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141106113423.pdf. Acesso em 25 mai.2018.

³⁵ **Sertão News**. São João dos Patos. Ano 1. Jun.1998, p. 2.

gado, navegação do rio Parnaíba, principal meio de escoamento e intercâmbio com outros Estados, nos anos iniciais do século XX.

Alterações de cunho político e administrativas foram vivenciadas no município de São João dos Patos. Em 1931, foi determinada a extinção da vila, cujo território foi integrado ao município de Barão de Grajaú pelo Decreto n.º 75, de 22 de Abril de 1931. Segundo o decreto, essa medida visou atender a necessidade de mudança da distribuição dos municípios do Estado, “muitos dos quais não têm elementos de vida própria e cujo desmembramento não trouxe benefícios aqueles de que eram partes componentes” (MARANHÃO, 1931, p. 102).

Ainda no mesmo ano, a autonomia de São João dos Patos foi restabelecida conforme o decreto estadual n.º 121, de 12 de junho de 1931, desmembrando-se de Barão do Grajaú. (MARANHÃO, 1931, p. 140). Como justificativas a revogação do ato, o governo considerou “o apelo que lhe dirigiram os habitantes” e um requerimento onde constou, dentre outras alegações “além de amplos territórios e vida relativamente intensa, rendas elevadas, as têm até superiores as dos municípios a que foram anexados”. A categoria de cidade foi instituída por força do Decreto-Lei do Governo Federal n.º 331 de 02 de março de 1938, ratificada pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março de 1938 (LIMA, 2004, p.139). Contudo, na Coleção de Monografias Municipais organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1984, p.2), consta como da criação do município a data de 12 de junho de 1938, parâmetro para as comemorações do aniversário da cidade.

Essas sucessivas mudanças configuram um quadro histórico experimentado na região sertaneja maranhense nas três primeiras décadas do século XX, que sinalizou uma transição de uma fase caracterizada pela posse e conquista de terras para outra, descrita pelo desmembramento e criação de novos municípios. Os traçados das fronteiras dos novos municípios foram forjados num ambiente das disputas entre os principais grupos políticos, compostos em consonância com os vínculos familiares (COELHO NETO, 1979, p. 223). Dessa forma, São João dos Patos compôs juntamente como os municípios de Pastos Bons e Nova Iorque, um “bloco tradicional” de disputa pelo poder regional, cuja liderança coube a Pastos Bons, palco das disputas políticas travadas entre os grupos partidários liderados por José Neiva de Sousa e Theoplastes Teixeira³⁶.

³⁶ **José Neiva de Sousa** nasceu na antiga Vila de Nova Iorque em 26 de maio de 1885, filho de Justino Neiva de Sousa e de Amélia Augusta de Neiva, abastados fazendeiros do alto sertão maranhense, onde a família era poderosa do ponto de vista econômico e político. Graduou-se em Bacharel em Direito pela faculdade de Recife. Foi promotor e juiz de direito. Foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo Maranhão na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em 1946, senador pelo Partido Proletário do Brasil (PPB) (1947-1948) e deputado federal legenda das Oposições Coligadas, constituídas pelo PSD, o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador

Figura 6: São João dos Patos e suas circunscrições (esquerda); Localização geográfica do território de São João dos Patos (direita).



Fonte: IBGE (1984)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_dos_Patos#/media/Ficheiro:Maranhao_Municip_SaoJoaodosPatos.svg

De acordo com Buzar (2001, p. 275) a cidade de Pastos Bons foi considerada o epicentro dos conflitos políticos entre as famílias Neiva e Teixeira que abalaram o sertão maranhense da época. Ainda completa que esses conflitos se arrastavam ao longo do tempo devido a uma “animosidade entre as duas famílias era tanta que, se um membro de uma das famílias integrasse uma agremiação ou entidade, qualquer que fosse o seu caráter ou objetivo, certamente dela não participaria nenhum representante da família adversária”.

Posteriormente, o território de São João dos Patos foi enquadrado à condição de Área de Interesse da Segurança Nacional, cujo traçado obedecia aos efeitos do Decreto-lei nº. 1.272 de 29 de maio de 1973³⁷, que considerou à proximidade desse município ao local

(PL), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) (1946-1947; 1951-1955). **Theoplístes Teixeira de Carvalho e Cunha**. Nascido em Pastos Bons (data não informada). Filho do coronel João Teixeira, conhecido líder político de Pastos Bons. Foi magistrado, comerciante e deputado estadual de 1947 a 1959. Foi filiado ao Partido Republicano (PR) e Partido Social Democrático (PSD). In: BUZAR, B. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001, pp. 275- 421; Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-neiva-de-sousa>. Acesso em: 10 abr. 2017.

³⁷ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1272.htm. Acesso em: 14 fev. 2019.

escolhido para a instalação da Usina Hidrelétrica de Castelo Branco (Boa Esperança), construída numa região limítrofe aos estados do Maranhão e Piauí. Idealizada nos anos de 1960, a Usina Hidrelétrica de Castelo Branco, conhecida também como “Usina Boa Esperança”, representou um dos pilares dos governos militares em ações permeadas pelos imaginários do progresso e do desenvolvimento, por meio de um projeto que entrelaçou princípios de nacionalismo e integração nacional, “para iluminar as entranhas do sertão e fazer refletir as sombras da redenção econômica do Estado” (SOUSA, 2009, p. 87).

Figura 7: Prédio da Prefeitura de São João dos Patos.

Na fachada, os sinais do tempo em que o município foi inserido na Área de Segurança Nacional, que perdurou por volta dos anos 1970 a 1980.



Fonte: IBGE³⁸

Assim como os demais municípios que foram declarados de interesse da segurança nacional, a escolha do prefeito de São João dos Patos não se daria pela eleição direta, porém mediante nomeação pelo Governador do Estado com prévia aprovação do Presidente da República. Sobre essa questão, tramitou na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº. 1. 856,

³⁸Imagem extraída do site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435563>. Acesso em: 14 fev. 2019.

de 1983³⁹ de autoria do deputado Wagner Lago⁴⁰, que solicitou a exclusão de São João dos Patos da área representada como de interesse da segurança nacional. Como justificativas a referida petição, foram assinaladas que:

Por força desse diploma legal, os eleitores daquela cidade ficaram privados do exercício de seu mais legítimo direito: o de elegerem o seu chefe executivo, cabendo ao Governador do Estado nomeá-lo. Esta situação tem gerado grande descontentamento na população local que, desde então, não tiveram mais as suas reivindicações atendidas, pois os prefeitos nomeados, sempre estão comprometidos com os respectivos governadores que traçam as metas e planos governamentais para serem executados, e que na maioria das vezes, não atendem as necessidades locais. A nossa iniciativa de restaurar a autonomia municipal plena de São João dos Patos tem o apoio unânime de todos os seus habitantes. Cremos que somente a eles compete encontrar nas autoridades locais legitimamente escolhidas pelo voto popular e nos serviços a seu cargo, os meios necessários para satisfazer esses interesses. Tratando-se de uma medida plenamente justa, e que trará benefícios inestimáveis à ordeira e trabalhadora população de São João dos Patos, esperamos contar com o apoio de nossos pares, a fim de que nos permita transformar o projeto em lei (BRASIL, 1983, pp. 2-3).

O município ficou conhecido pelo prestígio de suas lideranças envolvidas no jogo político republicano; dentre esses, destacou-se o nome “Rocha Santos”, uma tradicional família de comerciantes e industriais da região, fruto da união entre um professor de origem portuguesa e advindo de São Luís, coronel Santos Sobrinho, com uma senhorita, filha de fazendeiros da região sertaneja maranhense, de nome Feliciano.

Ainda mais notabilidade foi direcionada aos “Rocha Santos”, quando este acompanhou um nome: Joana. Além de consolidar uma liderança política já exercida por seus familiares, Joana da Rocha Santos, a então primeira maranhense prefeita de um município, constituiu-se como “notável”, por representar uma trajetória de vida entrelaçada com uma maneira de governar atenta aos ditames da cultura política da época.

Das práticas de governar de Joana da Rocha Santos, foi possível identificar os ideais de progresso e desenvolvimento em sua atuação como prefeita do município de São João dos Patos, cargo que ocupou durante a Era Vargas e quando foi eleita novamente para cumprir

³⁹ BRASIL. **Projeto de Lei 1. 856, de 1983 (da Câmara dos Deputados) PL N. 1856/83**. Exclui de entre os considerados de interesse da segurança nacional o município de São João dos Patos, no Estado do Maranhão. Câmara dos Deputados, Brasília, Ago. 1983. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=354FD5DB26A91404516376B08D7BFD50.proposicoesWeb1?codteor=1164898&filenome=Dossie+-PL+1856/1983. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁴⁰ **Ricardo Wagner de Carvalho Lago** nasceu em Pedreiras (MA) no dia 15 de fevereiro de 1944. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Luís, foi advogado e promotor de Justiça na capital maranhense até 1982, quando concorreu para o cargo de deputado federal. Ingressou na política com a filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), onde foi eleito deputado federal no pleito desse ano. Atuou como deputado nas legislaturas de 1987-1988 e 2003-2007. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lago-wagner>. Acesso em: 14 fev. 2019.

mandato entre os anos 1956 a 1961 (LIMA, 2004, p. 52). Como veremos adiante, nas memórias sobre o período de sua atuação política como prefeita, aferem-se ações como a abertura de estradas, construção de escolas, dentre outras medidas de uma prefeita que reconhecia uma missão de proporcionar o progresso e o desenvolvimento da região sob sua influência política. Tais ações em relação ao espaço sob a gestão da “prefeita de São João dos Patos” são vistos como formas de orientar projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57)

Das representações sobre esses sertões maranhenses, constatamos que as imagens e os discursos aqui descritos apontam algumas das percepções acerca dessa região, interpretada por meio de uma cartografia de intensas disputas – geográficas, econômicas, culturais, políticas - que envolvem diferentes concepções desse mundo. Da mesma maneira, as tessituras desse lugar denominado de São João dos Patos resultam de fios que, ao serem entrelaçados, construíram esse espaço onde se desenrolou tramas de poder e de dominação, num emaranhado de caminhos, em torno de uma definição de um território, da sinuosidade de seus limites imprecisos, que envolveram a trajetória de vida da personagem desse estudo.

1.2 A Príncipe, Joana

Nas últimas décadas do século XIX, a Secretaria da Instrução Pública do Maranhão publicou nas páginas de muitos periódicos, os concursos para provimento das cadeiras públicas de ensino primário do sexo masculino em diversas vilas da província⁴¹. Tal ato indicou algumas das medidas do governo provincial acerca da instrução no Maranhão, com a finalidade de nomear professores para assumir as vagas das cadeiras de ensino criadas nessas diversas localidades (BOTTENTUIT, 2016, p. 92). Um dos inscritos que concorreu a uma dessas vagas de professor foi João da Rocha Santos Sobrinho, nascido em São Luís em 27 de novembro de 1862, numa família de origem portuguesa. O êxito que alcançou no exame mereceu o registro nas páginas do jornal *Carapuça*:⁴²

⁴¹ Editaes – Instrução Pública. **Pacotilha**, 16 ago. 1884, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=S.%20Jo%C3%A3o%20dos%20Patos. Acesso em: 12 mar.2018

⁴² **Carapuça**. São Luís, 17 jul.1884, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=710598&pesq=professor%20p%C3%BAblico>. Acesso em: 10 mar.2018

No dia 15 do corrente o sr. João da Rocha Santos Sobrinho foi cumprimentado por alguns amigos pela boa aprovação no exame que fez para o cargo de professor público. Por essa ocasião tocou a banda de música dos educandos artífices diversas peças do seu repertório.

A admissão de João da Rocha Santos Sobrinho ao cargo de professor destinou-se ao provimento da cadeira do ensino primário do sexo masculino na região dos sertões maranhenses. Numa das documentações consultadas, obtivemos indicativos de que, possivelmente, o professor João da Rocha Santos Sobrinho exerceria suas funções na vila de Picos, antes de se estabelecer na vila de Passagem Franca, especificamente na povoação de São João dos Patos, conforme consta num expediente oficial:

Em vista do que requereu o professor público do ensino primário da vila de Picos, João da Rocha Santos Sobrinho, resolveu a presidência da província, por ato de ontem, transferi-lo para a cadeira de igual sexo e grau, da povoação São João dos Patos, ficando-lhe marcado o prazo de 60 dias para entrar no respectivo exercício⁴³

Santos Neto (2006, p. 101) oferece informações que esclarecem o contexto histórico da organização das primeiras escolas nas vilas sertanejas no século XIX, especialmente na vila de Passagem Franca, local de destino do então professor João da Rocha Santos Sobrinho. Pertencente à comarca de Pastos Bons, a criação da vila de Passagem Franca foi permitida pela Lei Provincial n.º 67, de 28 de julho de 1838, em atendimento os anseios do governo provincial em montar um aparato jurídico-político que garantisse a ordem naquele território denominado “perdidos sertões do Sul”.

Os primeiros sinais das experiências educacionais foram observados na vila passagensense por volta do ano de 1849, com a instalação das escolas com o ensino direcionado às “primeiras letras”, com a nomeação de um professor público, este considerado titular de uma das cátedras ou cadeira, que ministraria aulas para meninos ou meninas. Ressalta-se que as criações de escolas, das cadeiras de primeiras letras e das nomeações dos professores para as vilas sertanejas, apontam algumas ações por parte do governo provincial em vincular esses sertões ao litoral (CABRAL, 1992, p.169).

No momento em que fixou residência na região dos sertões maranhenses, o professor João da Rocha Santos Sobrinho conviveu numa sociedade concebida como distinta daquela em que vivera durante anos. Essa distinção residia na organização da vida material, nos padrões de comportamentos, hábitos, nas práticas políticas, nos valores, nas maneiras como a sociedade sertaneja do sul maranhense traduzia as significações desse mundo representado

⁴³Instrução publica. **Diário do Maranhão**. 25 ago. 1886, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=Jo%C3%A3o%20da%20Rocha%20Santos%20Sobrinho&pasta=ano%201888>. Acesso em: 10 mar. 2018.

como sertão. De um espaço representado como distante, isolado e marcado por conflitos políticos, conforme o ponto de vista da elite política da capital. Entretanto, a elite política sertaneja descreveu esse lugar como esquecido pelas autoridades, forjado na lide das atividades pastoris, num modelo social moldado no ambiente das fazendas, na autoridade dos grandes fazendeiros, pela estima da palavra, da valentia e da honra, das tradições e do civismo.

No ano de 1887, quando residia na povoação de São João dos Patos, o então professor registrou seu casamento com Feliciano Gonçalves de Sousa, que pertencia a uma das famílias tradicionais da região sertaneja⁴⁴. Numa pequena nota publicada na edição de fevereiro, o jornal *Pacotilha* registrou o enlace, ao parabenizá-los: “Em S. João dos Patos, casou-se o sr. João da Rocha Santos Sobrinho com a exma.sra. d. Feliciano Gonçalves de Sousa. Nossos Parabéns”. Dessa união matrimonial vieram os 6 filhos: Antônio, Alcina, Joana, Judith, Eurico e Celso.

Pelos anúncios dos jornais utilizados para compreender a construção de uma narrativa sobre essa trajetória, foi possível intuir que João da Rocha Santos Sobrinho não ficou restrito as atividades que exerceu como professor público. Seu nome foi indicado como um dos sócios da Firma Pedro Santos & Irmãos⁴⁵, localizada em Caxias, cujas atividades eram voltadas ao cultivo e ao comércio do arroz e algodão, assim como o incentivo à navegação dos rios Parnaíba e Balsas, em trechos próximos a Passagem Franca e Santo Antônio de Balsas⁴⁶:

É com prazer que reproduzimos o despacho telegráfico, que nos foi dirigido anteontem de Caxias dando a animadora notícia de haver partido da Parnaíba a primeira embarcação da Empresa, cuja fundação já há tempo torna conhecida pelos conterrâneos os irmãos João da Rocha Santos Sobrinho, Antonio e Pedro da Rocha Santos. Só nos resta fazer votos pela prosperidade da Empresa e que ela seja seguida de outras, tendo todas, o melhor resultado.

Eis o telegrama: Caxias, 25. Rebocador Rio Balsas, rebocando barcas Forquilha e Loreto, carregadas de mercadorias, tudo propriedade nossa Empresa, partiu da Parnaíba com destino a Santo Antonio de Balsas⁴⁷.

As explorações da navegação dos rios que percorriam os sertões maranhenses constituíram algumas das iniciativas desses comerciantes sertanejos que visaram integrar o comércio das vilas sertanejas a outras regiões em fins do século XIX. Por muitos anos, o rio Parnaíba foi uma das vias de comunicação entre os sertões maranhenses com as demais

⁴⁴ **Pacotilha**, São Luís, 16 fev. 1887, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=S.%20Jo%C3%A3o%20dos%20Patos. Acesso em: 12 mar.2018.

⁴⁵ **Diário do Maranhão**. 3 set. 1896, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=Jo%C3%A3o%20da%20Rocha%20Santos%20Sobrinho&pasta=ano%20189>. Acesso em: 12 mar. 2018.

⁴⁶ Navegação do Rio Balsas. **Diário do Maranhão**, São Luís, 27 nov. 1905, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20190&pesq=Rio%20Balsas>. Acesso em: 12 mar. 2018.

⁴⁷ Atualmente, o município de Balsas.

localidades e marco da divisa entre os estados do Maranhão e Piauí. Nos trechos do rio Parnaíba, nas imediações de São João dos Patos até as proximidades da vila de Santo Antônio de Balsas, a navegação a vapor foi somente inaugurada em 1911, além de uma via de comunicação e transporte, atendeu aos interesses comerciais e proporcionou um intercâmbio social e cultural das vilas sertanejas (CABRAL, 1992, p.161).

Integrar esses sertões às outras localidades foi uma das deliberações dos governos observadas ainda no Maranhão dos tempos do Império, em estender os aparatos políticos e administrativos por meio da abertura de estradas, de rotas fluviais, das escolas e da criação de vilas com limites estabelecidos nas disputas pelo poder local, travadas entre os grupos políticos. Esse projeto integrador entre sertão e litoral maranhenses divergia com os anseios das lideranças políticas sertanejas por autonomia política e econômica, sentimentos intensificados na recepção dos ideais republicanos no sertão maranhense.

Figura 8: Ponto de embarque construído às margens do rio Parnaíba, no município de Barão do Grajaú. [19--] data provável.



Fonte: IBGE ⁴⁸

Entretanto, segundo as memórias de Dunshee de Abranches (1993, p.244), a aceitação dessas ideias pelos chefes políticos nos sertões do Maranhão, desejosos por autonomia política e econômica, cedeu lugar à decepção com o novo regime político instalado, registrada nas palavras do líder Isaac Reis: “Foram-se as instituições corruptoras, mas ficaram os mesmos homens corruptos e corrompidos!”

⁴⁸ Imagem extraída do site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429875>. Acesso em: 10 abr. 2018.

As experiências de Santos Sobrinho como professor, chefe de família e comerciante desenrolaram-se nesse cenário de mudanças políticas, disputas pelo poder e tentativas de integração territorial, vivenciadas na antiga povoação passagensense, depois vila São João dos Patos, elevada a esta condição no ano de 1892, resultado dos ajustes de poder entre as elites local e regional que marcaram o jogo político maranhense no advento do período republicano. A escolha de primeiro intendente, recaindo sobre Francisco Pereira de Sá Sobrinho, atendia às necessidades de um jogo político, já que o intendente escolhido era oriundo de uma das famílias tradicionais da região e apontado como um dos adeptos do grupo político local que defendeu emancipação da vila patoense (SANTOS NETO, 2006, p. 132).

Um ambiente político representado pela intensa fragmentação oligárquica, como se pode constatar nas disputas entre os grupos políticos com vistas a legitimar o papel de mediadores políticos entre as esferas estadual e a federal. Conforme Resende (2003, p. 91), a República e seus caracteres oligárquicos fazem menção aos primeiros 40 anos da República, cujo sistema político teve como sustentáculo a dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política.

Para o período aqui analisado, empregamos o termo “oligarquia política” para designar os grupos políticos que se ajustaram às funções de mediação e foram responsáveis por organizar as disputas políticas em seus domínios, bem como as relações em que estavam envolvidos, ao criarem teias complexas de dominação pautadas na troca de favores entre o Estado e a sociedade (REIS, 2007, p. 22). Nas órbitas municipais, a luta pela dominação política com tons oligárquicos resultou em ações administrativas de intensa fiscalização, que modificou a relação entre Estado e Municípios, no que diz respeito à autonomia política e financeira das câmaras municipais,

[...] na partilha dos tributos, o Estado foi progressivamente apropriando-se de impostos inicialmente pertencentes à receita das Câmaras (como os de consumo e saída de produtos do município), vinculando outros a serviços extraídos da órbita municipal (décima urbana e criação de gado, recolhidos para o pagamento da Força Pública), ou repartindo alguns que pertenciam totalmente aos municípios (indústrias e profissões). O resultado foi a permanência da situação, já vivida no Império, de penúria das Câmaras municipais e dependência financeira total frente ao tesouro estadual e às barganhas políticas geralmente impostas para a liberação de recursos. (REIS, 2007, p. 81-82)

Assim, a vila de São João dos Patos esteve sob os efeitos dessas relações conflituosas entre Estado e municipalidades, em meio às acaloradas disputas entre os grupos políticos locais ansiosos por consolidar as chefias de vilas e municípios, cujos limites foram delineados por essas querelas. À época dessas transformações, aos dezoito dias de dezembro de 1892, nascia Joana da Rocha Santos, a terceira filha da família Rocha Santos. Num texto de

caráter biográfico, intitulado *A fabulosa prefeita do Médio Sertão Maranhense*, organizado em 2003 por um grupo de alunos da cidade de São João dos Patos, encontramos uma narrativa que nos ofereceu os indícios da construção dessa trajetória,

No final do século XIX, mais precisamente aos 18 de dezembro de 1892, nasceu, na vila de São João dos Patos-MA, Joanna da Rocha Santos, filha de João da Rocha Santos e Feliciano Rocha Santos. Seu pai, nascido e criado em São Luís, deixou a capital quando foi nomeado professor para a então vila de São João. Sua mãe filha de um grande fazendeiro, nasceu e criou-se na região. Joanna foi criada num grupo familiar sólido, permeado de modos europeus e voltado para o comércio, à produção e, mais tarde, para a indústria. [...] Dentre os irmãos, destacou-se quando aos sessenta e seis anos, assumiu os negócios da família, substituindo o pai com altivez e equilíbrio.⁴⁹

Em outros trechos dessas memórias, a jovem Joana – *Noca*, *Mainha* ou *Dadá*, codinomes recebidos de seus familiares – é representada pela “personalidade forte”, porém “acolhedora, [que] sabia receber bem as pessoas”. Devido a essas características, coube a ela a tarefa da gestão dos negócios da família, o “comércio que funcionava em sua residência e a indústria de beneficiamento de arroz e algodão localizados em frente à sua casa”, na ausência do pai e dos irmãos, em ocasiões em que Joana não pôde acompanhá-los nas viagens realizadas nas primeiras décadas do século XX com fins turísticos e comerciais.

Figura 9: Anúncio da empresa Rocha Santos & Filhos (1950), local onde Joana iniciou seus percursos no espaço público; à esquerda, fotografia da fábrica de beneficiamento de algodão e arroz, de propriedade da família Rocha Santos, (s/data).

Fonte: Álbum do Maranhão (1923)⁵⁰



Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)

⁴⁹ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL PAULO VI & COLÉGIO PATOENSE JOANA DA ROCHA SANTOS. *A fabulosa prefeita do Médio Sertão Maranhense*. São João dos Patos [s/n], 2003, p.9.

⁵⁰ Imagem extraída do site: http://www.cultura.ma.gov.br/porta1/sgc/modulos/sgcbpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272214321409188472_95931409188472_9593.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

Tais experiências ofereceram os elementos para construção de algumas imagens sobre Joana que justificavam uma pretensa inclinação da jovem sertaneja para a administração dos negócios e na condição de substituta do pai no posto de liderança política local. Na crônica assinada pela escritora Rachel de Queiroz, fruto de uma conversa com Joana - “Dona Noca” - no ano de 1950, essas imagens figuram novamente para compor um trajeto de vida, acrescida pelo interesse por questões políticas, principalmente as que envolviam os sertões maranhenses, em especial, a vila patoense⁵¹:

[...] Contou-nos parte de sua vida; desde menina, vem aprendendo a mandar, a tomar decisões e fazer escolhas. O pai, negociante forte do Maranhão, era daqueles provincianos de ideias largas que não se intimidam com o meio estreito que vive; este acreditava em liberdade feminina, em igualdade entre os sexos e criou a filha de acôrdo com o que pensava. Menina de dezesseis anos trazia-a aqui, para o Rio, apresentava-a aos seus fornecedores atacadistas e entregava à filha as encomendas e as transações com bancos e armazéns. Ensinou-a tratar com gente importante, a defender os direitos dos pobres, a se interessar pela coisa pública. Morreu o velho, agora já chefe político no sertão e dona Noca, naturalmente, ficou no lugar dêle⁵².

Deparamo-nos com uma narrativa de vida permeada de significações advindas de memórias pretéritas. Nessas representações da trajetória de vida, constatamos que Joana enfatizou a figura do pai apontado como um dos chefes políticos da vila, e dos ensinamentos que nortearam os passos da filha nas trilhas dos negócios e da política, o lugar onde Joana se destacou por meio da imagem de “sucessora”, “herdeira”, em seu interesse pelas “decisões políticas de sua região, as práticas dos políticos da capital, interpelando-os e denunciando o abandono da região em que vivia”⁵³.



Figura 10: Na juventude, fotografia de Joana da Rocha Santos, por volta nos anos de 1900.

Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)

⁵¹ Gentílico de São João dos Patos.

⁵² DONA NOCA. **O Combate**. São Luis, 15 jul.1950, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763705&pasta=ano%20195&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 06 fev. 2018.

⁵³ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL PAULO VI, *op cit*, p.9.

A maneira como Joana percebeu as marcas de sua trajetória, ao destacar uma certa margem de liberdade, por desde cedo transitar em espaços onde raramente uma jovem de sua idade poderia ser vista – comércio e política – atividades desempenhadas somente pelos homens, segundo as normas desse tempo, nos faz lançar um olhar às considerações sobre a condição das mulheres dessa época. As mudanças políticas e sociais das primeiras décadas do século XX constituíram um momento em que foi permitido às mulheres ocupar ambientes públicos considerados espaços historicamente masculinos (PACHECO, 2007, p. 14).

No entanto, essas experiências que ampliaram o contato dessas mulheres com os espaços públicos conflitavam com os discursos que defendiam a manutenção dos papéis tradicionais de mãe e esposa reservados a elas. A atuação feminina, além do âmbito do lar, provocou julgamentos por vezes divergentes na sociedade maranhense dos anos iniciais do século XX, principalmente, àqueles relacionados às consequências da emancipação das mulheres: se destinada a um melhor cumprimento dos papéis de esposa e mãe, ou se conduziria a mulher à condição de uma concorrente do homem (SALES, 2007, p. 86). Quiçá, essas foram algumas das intervenções oriundas dos discursos proferidos de diversos lugares – político, religioso, jurídico, educacional – entoados também pela sociedade patoense da época, que visualizou a presença de Joana, não mais em casa, mas no ambiente onde também transitou seu pai e seus irmãos:

Ainda adolescente Joana foi para o balcão ajudar o pai nos negócios, arrancando, na Vila de São João dos Patos, indagações e censura dos mais conservadores. ‘Por que tendo três filhos homens, o Seu João expõe assim a sua menina num balcão? Mulher é pra ficar em casa, quieta, bordando, costurando ou ajudando na cozinha, enquanto não arranja um marido’ (CARVALHO, 1990, p.1).

Das indagações e censuras que foram direcionadas a Joana, no momento em que sua figura se fez percebida num balcão, na condição de auxiliar do pai nos negócios da família, pode-se inferir sobre a presença feminina nos espaços públicos, ainda que de forma tênue, sob os olhares masculinos, sejam do pai, dos irmãos ou do esposo. Num tempo em que a ideia de uma emancipação feminina ainda esteve atrelada a ideia de permanência da divisão dos papéis sociais que garantiram aos homens o domínio do espaço público e, às mulheres, o espaço privado, este considerado compatível com sua “natureza frágil”. A educação feminina dispensada às mulheres também se pautava nas ideias da “natureza frágil e débil” da mulher, fortalecida “na tradição de sua vida tutelada pelo homem”, seja ele seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra (ABRANTES, 2002, p. 62).

Considerações como essas orientam as análises do contexto histórico onde se desenrolou a educação, a instrução e as formas de sociabilidades possivelmente recebidas por

Joana, enquanto sujeito de um tempo marcado pelas constantes discussões sobre as consequências da liberdade concedida às mulheres e as implicações na estabilidade social. Sobre o grau de instrução de Joana, apenas uma simples menção de que ela não se aprofundou nos estudos, talvez recebesse em casa uma educação elementar com o pai, que por anos exerceu o cargo de professor na vila⁵⁴ (CARVALHO, 1990, p. 16).

Mesmo vivenciando um tempo de interdições às mulheres, percebe-se que as lembranças de Joana realçam as aprendizagens compartilhadas no lar, quando aprendeu a respeito das “ideias largas”, das quais citou a liberdade e igualdade oferecidas a ela, valores advindos dos ensinamentos obtidos no convívio familiar, ao passo que, verificou-se sua inserção em espaços onde as vozes e ações femininas permaneciam silenciadas.

Figura 11: Fotografias dos pais de Joana: João da Rocha Santos Sobrinho e Feliciano Rocha Santos.



Fonte: Fundação Educacional e Assistência Paulo VI (2003).

Na conversa com Rachel de Queiroz, Joana relembrou as instruções de como “mandar, a tomar decisões e fazer escolhas”, vestígios das possíveis brechas, dos interstícios inerentes às normas frente à liberdade de escolha, culturalmente e socialmente determinada, limitada e parcialmente conquistada (LEVI, 2006, p. 179). Quanto às normas direcionadas as

⁵⁴ Essa versão foi ratificada nos depoimentos, quando da realização de coleta de dados nos municípios de São João dos Patos e São Luís.

mulheres da sociedade em que viveu, eram ditadas num “meio estreito”, já em Joana era despertado um interesse pela “coisa pública”, pelas possíveis influências recebidas no seio familiar. Iniciamos essa análise pelo seu pai, cuja memória foi evidenciada nos escritos sobre a trajetória de Joana, como uma figura aclamada devido à notoriedade social, econômica do professor, comerciante e chefe político da vila patoense, como pode ser observado nos registros do *Jornal de Caxias*:

Solicitaram suas patentes, prestaram juramento e tomaram posse os oficiais do batalhão n. 6 deste termo os seguintes: Ten. Coronel Francisco pereira de Sá Sobrinho, major João da Rocha Santos Sobrinho, Capitães Torquato José de Carvalho, Rosalino Pereira de Sá, Pedro Paiva Dias, Tenentes Alfredo Pereira de Sá, Francisco Fernandes de Sousa primo, Pedro José Ribeiro, João Coelho Parede, Manoel Fernandes da Silva, Manoel Luás Villa-Nova e Firmo de Paiva Dias. Foram cumprimentadas por crescido numero de amigos os distintos amigos Tenente coronel Francisco Pereira de Sá Sobrinho, Major João da Rocha Santos Sobrinhos que os receberam simpaticamente, tocando nessa ocasião a nossa amabilíssima orquestra. Na noite desse dia, em casa do Major Rocha Santos houve uma importante *soirèe*, tomando parte diversos oficiais e crescido número de parentes e amigos. Durou cerca de até três horas da madrugada, saindo todos satisfeitos pela maneira afável por que foram tratados por si e por sua digna consorte.⁵⁵

Em notas publicadas em outros periódicos, as referências ao pai de Joana indicam as influências política do então “coronel João da Rocha Santos Sobrinho”⁵⁶. Dos cargos políticos que possivelmente exerceu, encontramos uma menção como Presidente do Conselho Municipal de São João dos Patos⁵⁷, além das informações de que ocupou o cargo de intendente do município por volta de 1916 a 1918⁵⁸. Encontramos algumas referências as pessoas “ilustres” da região sertaneja, entre as quais foi citado o pai de Joana, numa trajetória representada pela dedicação ao magistério, o êxito nas atividades comerciais (armarinho, ferragens, secos e molhados, fábrica de descaroçar algodão⁵⁹), o papel de líder político da vila de São João dos Patos nas primeiras décadas do século XX.

⁵⁵ São João dos Patos – Guarda nacional. **Jornal de Caxias**, 10 jun. 1896, p. 3. Ver: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238457&pesq=Guarda%20nacional>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁵⁶ Partidas e chegadas. **Pacotilha**, 22 jun. 1922, p.4. Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%201922&pesq=coronel%20Jo%C3%A3o%20da%20Rocha. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁵⁷ Almanak Laemmer: Administrativo, Mercantil e Industrial. **São João dos Patos**. Rio de Janeiro, 1916, p. 2946. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpagebn.aspx?bib=313394&pagfis=67385&url=http // memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpagebn.aspx?bib=313394&pagfis=67385&url=http%20memoria.bn.br/docreader#). Acesso em: 10 abr. 2017.

⁵⁸ **Lei n.º 528/2016, de 14 de dezembro 2016**. Dispõem sobre critério da Oficialização e Denominação das Vias, Logradouros, Praças, Avenidas, Próprios Públicos já existentes e conhecidos em nosso Município e dá outras providências. Disponível em: http://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/01/Lei-N%C2%B0-528_2016-.pdf, p. 17-18. Acesso em: 20 mar. 2017; In: LIMA, Normandia de Oliveira Lima. **Realidade ambiental, social, cultural e econômica do município de São João dos Patos – MA**. Monografia (Graduação em Geografia). São Luís: UFMA, 2004.

⁵⁹ *Idem*.

No entanto, ao nos reportarmos a figura da mãe de Joana, dona Feliciano Rocha Santos, deparamos com um silêncio das fontes, um entrave para que pudéssemos perscrutar sua atuação no momento em que sua filha Joana adentrou ao ambiente público. No âmbito das fontes, identificamos poucos indícios sobre dona Feliciano, dentre eles, algumas fotografias, menções a sua condição de viúva em notas dos jornais, que noticiaram o falecimento do seu esposo, coronel Santos Sobrinho⁶⁰, e o túmulo localizado na capela onde encontra-se sepultada junto com os seus familiares. Assim, como afirma Perrot (2005, p. 29) a dificuldade de escrever uma história das mulheres deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.

Pastos Bons, 31 – [...] Enfermou, também, em S. João dos Patos, gravemente, d. Feliciano Santos, viúva do inolvidável coronel Santos Sobrinho e sogra do prestigioso amigo dr. Neiva. Seguiu ontem, com urgência, àquela vila, d. Alcina Neiva, carinhosa e dedicada filha de veneranda enferma. Esses dois acontecimentos trazem pesarosa, aqui, a população por serem, geralmente, estimadas as pessoas doentes. (Do correspondente)⁶¹.

Diante da carência dos sinais sobre dona Feliciano da Rocha Santos nos relatos construídos sobre a trajetória da filha Joana da Rocha Santos, recorremos a análise de Falci (2006, p. 242-246) sobre a representação do mundo vivenciado por essas mulheres do sertão nordestino, de uma sociedade fundamentada no patriarcalismo e altamente estratificada entre homens e mulheres, com rígidas hierarquias e gradações reconhecidas. Lugar onde mulheres da elite desses sertões, qualificadas como senhora, dama, dona fulana ou apenas dona eram consideradas categorias primeiras, descritas em imagens que as focalizaram, “ora sentadas, ora em pé ao lado do marido rodeadas pelos filhos, fisionomia austera, de comando, sem sorriso ou alegria nos lábios e rosto, cabelos presos singelamente num coque sobre a nuca, vestido de preto de mangas compridas (já que o recato era um dos valores mais cultivados)”.

⁶⁰ Dentre esses registros, citamos os jornais *Pacotilha* e *Imparcial*: Dos municípios: dos que morrem. **Pacotilha**. São Luís, 25 de fev.1927, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=168319_02&pesq=jo%20da%20rocha%20santos%20sob%20rinho &pasta=ano%201927. Acesso em 10 jun.2019. Notícias fúnebres. **O Imparcial**, 24 fev. 1927, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%201927&pesq=%20Santos%20Sobrinho>. Acesso em 10 jun.2019.

⁶¹ Pelos municípios. **O Imparcial**, 1 ago. 1928, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107646&pesq=Feliciano%20Santos&pasta=ano%201928>. Acesso em 10 jun.2019.

Figura 12: Retrato de dona Feliciano da Rocha Santos, (s/data).



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)

A notoriedade de outros membros da família de Joana foi percebida em alguns periódicos daquele tempo, os quais citaram os nomes dos irmãos: Antônio Gonçalves da Rocha Santos (“*coronel Tunico*”), coletor⁶², comandante da Guarda Nacional no posto de coronel⁶³ e deputado estadual nos anos de 1927 a 1929⁶⁴; Eurico da Rocha Santos (*senhor Dôla*), comerciante e deputado estadual (SANTOS NETO, 2006, p. 360); o cunhado, José Neiva de Souza, juiz de direito, deputado federal e senador por diversas legislaturas, e a irmã Alcina Rocha Santos Neiva, que assumiu o cargo de prefeita do município de Pastos Bons nos anos de 1940⁶⁵.

⁶² Pelas secretarias. **Pacotilha**, 13 dez. 1915, p.1. Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20191&pesq=Antonio%20Gon%C3%A7alves%20da%20Rocha%20Santos. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁶³ Almanak, *op cit*, p. 2945.

⁶⁴ Partido Republicano. **Pacotilha**, 5 out. 1927, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20192&pesq=Antonio%20Gon%C3%A7alves%20da%20Rocha%20Santos. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁶⁵ ESTADO DO MARANHÃO. Gabinete do Governador. Secretaria Geral do Governo. **Departamento de Municipalidades**. Prefeitura de Pastos Bons. Ofício nº. 22, 6 abr. 1948.

Figura 13: Integrantes da família de Joana que ingressaram na política maranhense.

Respectivamente, o cunhado José Neiva, conhecido como “A águia do agreste”, líder político da região (direita); à esquerda, o irmão, o deputado Eurico da Rocha Santos (1935).



Fonte: Jornal *Pacotilha* (1935) ⁶⁶

Fonte: BUZAR (1998, p.77)

Esses escritos de memória oferecem as singularidades das vivências de Joana, construídas segundo valores compartilhados no seio familiar, a liberdade de agir frente às normativas sociais e as representações que moldaram imagens sobre Joana. Singularidade percebida pelo acesso dessa personagem ao espaço público, principalmente no ambiente da política de sua época, numa atuação marcada pelas descrições feitas dos comportamentos, dos valores, das ideias, de prováveis excentricidades, de palavras, fotografias, dentre outros.

Imagens captadas por diferentes olhares, cujos focos convergiram para os vínculos familiares, nas condições de filha, irmã e cunhada de homens públicos. De uma mulher que acompanhou no ambiente particular de sua casa ou na empresa de sua família, no trato com negociantes, em sua maioria homens, as tramas da vida política dos sertões maranhenses e seus atores, suas intrigas, seus debates e embates.

⁶⁶ Imagem extraída do site: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=27104&Pesq=eurico%20da%20Rocha%20santos. Acesso em 20 jun. 2018.

À Joana, foi possível transitar por esses espaços que lhe permitiram “tratar com gente importante, a defender os direitos dos pobres e se interessar pela coisa pública”. A cultura política do apreço pela “*res pública*”/República representou um tempo de recomposições, crises e de conflitos entre os partidos pela condução do jogo político com base no papel mediador das oligarquias regionais (REIS, 2007, p.72).

Para que se compreenda esse ambiente político, recorreremos ao conceito de cultura política, segundo elucida Flores (2008, p.49), ao tratar das “tendências mais ou menos difusas dos indivíduos para com a coisa pública”. Ao focalizar essas tendências, buscamos compreender as práticas, representações e imaginários políticos partilhados pela sociedade sertaneja maranhense no período em questão, das formas como esses indivíduos imprimiram sentidos ao mundo e das intervenções na realidade por intermédio dos valores, comportamentos, discursos, mitos e tradições.

Berstein (1998, p. 363) identifica a pluralidade das culturas políticas enquanto portadoras de normas e valores compartilhados em conformidade com os lugares e as épocas, constituindo-se por elementos correlatos que fornecem leituras comuns acerca de um passado. Além de uma dimensão coletiva, o estudo das culturas políticas comporta um enfoque individual, ao esclarecer as razões para adoção dos comportamentos políticos por parte dos indivíduos.

A respeito desse caráter plural das culturas políticas, Motta (2009, p. 23) enfatiza que essa conceituação não pode ser apreendida como uma realidade estanque avessa à ação dos tempos. Por esse motivo, faz-se necessário estabelecer uma relação entre práticas e representações, concernente aos fenômenos políticos, posto que,

[...] as ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para as suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade. [...] influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que cegam.

No tocante às representações da cultura política dos sertões maranhense, os comportamentos, os valores e as ações políticas compartilhadas no momento em que Joana iniciou um percurso na vida pública, caracterizam um contexto político interpretado pelas práticas do coronelismo, definido com um sistema construído por uma rede de compromissos, cuja cadeia envolvia as chefias políticas municipais, representadas na figura do “coronel” até o Presidente da República (LEAL, 2012, p. 23). Ao situá-lo historicamente, o coronelismo refere-se a uma adaptação do poder privado, exercido pelas chefias locais, ao regime político de base

representativa implantado no período republicano, que o caracteriza enquanto um sistema político de trocas de proveitos entre o poder público e a influência social dos coronéis.

Outra análise que confere historicidade ao coronelismo é a de autoria de Ibarê Dantas (1987, p. 18). O referido autor define o coronelismo como um fenômeno eminentemente republicano, uma forma de representação política exercida pelos proprietários rurais por meio da mediação entre o Estado e a sociedade, em seu âmbito municipal, por seu prestígio social e poderio econômico.

Já o enfoque de Queiroz (1976, p. 180) sobre o coronelismo recai num sistema firmado no que a autora denomina de grupos de parentela. Esses grupos abrangiam uma rede de dependentes, familiares, amigos e agregados que viviam sob o domínio de um chefe local, muitas vezes designado como “coronel”, do seu poder, da fortuna e da proteção, cujo prestígio estava situado na capacidade de prestar favores para esse grupo.

Boa parte das apreciações sobre o coronelismo estabelecem uma relação sinonímica entre esse conceito e os de mandonismo e clientelismo. Proposta por José Murilo de Carvalho, a diferenciação conceitual entre o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo esclarecem as especificidades de cada prática:

[...] o coronelismo é, então um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. [...] Essa visão distingue-o da noção de mandonismo [...] Refere-se à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder [...] Outro conceito confundido com o coronelismo é o de clientelismo [...] De um modo geral, indica um tipo de relação entre os atores políticos que envolve a concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de votos (CARVALHO, 2005, p.131-134).

As abordagens acerca do coronelismo contribuem para deslindar a vida política a partir dos municípios na época do regime republicano, ao apresentá-lo com um fenômeno complexo, caracterizado pelas formas de liderança exercida pelos “coronéis”, das concepções relativas à autoridade, da utilização do voto e dos serviços públicos. Conforme Janotti (1987, p. 506), ao ocupar uma posição na trama política, os coronéis eram responsáveis por estabelecer relações de poder harmoniosas com as chefias estaduais que, ao verem atendidos seus desejos partidários nas urnas, garantiriam as benevolências aos municípios sob o poder coronelístico.

Personagem emblemático da história política, a figura do coronel foi moldada conforme uma cultura política pautada em relações de favores e compromissos entre os grupos políticos que detinham o poder. Como um artefato construído conforme os ditames da política do seu tempo (GUALBERTO, 1995, p. 92), o coronel ingressou na vida política republicana, cujas práticas apontavam para a manutenção de uma ordem social que legitimou o autoritarismo do Estado, a permanência das elites do poder e da exclusão social.

Assim, o coronelismo exemplifica as práticas políticas construídas nos primeiros anos da república brasileira cujos alicerces foram os compromissos encadeados pelos poderes das chefias locais, representadas pela figura do coronel, e os altos postos de mando do executivo estadual e federal. Num desenho criado por um sistema político que

[...] costurava assim, pela base, o sistema político da primeira república. E se nos municípios os coronéis teciam as malhas iniciais dessa rede de compromissos, ela tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegar até a definição de quem presidiria o governo federal. [...] O desenho que resulta dessa tessitura complexa e firme mostrará a clara hierarquia das oligarquias regionais (NEVES, 2008, p. 39).

As construções que se fizeram a respeito de Joana, bem como dos seus familiares, em virtude do envolvimento na trama política dos anos iniciais do século XX, foram tecidas pelos fios da cultura política de seu tempo. Ao adentrar no jogo político, a partir de 1934, olhares diversos foram lançados sobre a então prefeita de um município dos sertões maranhenses, representando-a como “prefeito de saias”, “coronel de saias do sertão”, “líder sertaneja”, dentre outras, imagens moldadas conforme os valores e a visão de mundo dessa sociedade, construídas em torno de sua experiência histórica e que tentavam traduzir, decifrar ou interpretar quem era Joana.

No entanto, antes do seu nome ser proclamado ao cargo de prefeita, Joana vivenciou as experiências do luto, pois no ano de 1927, faleceu seu pai, João da Rocha Santos Sobrinho. Sobre esse fato, encontramos alguns relatos que assinalam o prestígio que desfrutou o coronel Santos Sobrinho,⁶⁷

Pastos Bons, 23 – Ocorreu, ontem, em S. João dos Patos, o falecimento do prestigioso chefe político local cel. João da Rocha Santos Sobrinho, cercado de sua família e crescido numero de amigos.

Deixa do seu consórcio com d. Feliciano Santos a seguinte prole: d. d. Alcina Neiva, esposa do dr. José Neiva, íntegro juiz de direito da comarca; Judith Santos, esposa do dr. Heráclito Santos, contador do Banco do Brasil; cel. Antonio Gonçalves da Rocha Santos, deputado estadual; senhorita Joana Santos; capitão Eurico Santos, comerciante; Celso Santos, estudante de medicina.

O ilustre morto gozava de real prestígio na política e era extremamente querido pelo seu trato pessoal. [...] o seu enterro realizou-se às 5 horas da tarde do mesmo dia, acompanhado de enorme multidão. O comércio de S. João dos Patos cerrou as suas portas, em sinal de pesar. Pastos Bons e outros municípios cogitam de nomear uma comissão, para representá-los numa visita à cova do ilustre.

Pouco tempo depois, o luto abateu novamente a vida de Joana e de sua família, com o falecimento dos irmãos, Antônio Gonçalves da Rocha Santos, no ano de 1929, e Celso da Rocha Santos, em 1931. Novamente, os jornais intentavam traduzir esses sentimentos

⁶⁷ Pelos municípios. **Imparcial**. São Luís, 25 fev.1927, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%201927&pesq=%20Santos%20Sobrinho>. Acesso em 2 mar. 2018.

particulares, tornando-os públicos, ao convertê-los em mais uma notícia alusiva a família de Joana:

Por telegrama particular, tivemos a dolorosa noticia de ter sido victima de uma tragédia ocorrida anteontem na villa de S. João dos Patos, o deputado estadual e prestigioso chefe politico naquela localidade, o cel. Antonio Gonçalves da Rocha Santos. [...] O coronel Rocha Santos que era muito estimado em toda a zona sertaneja e aqui na capital, onde contava grande circulo de amigos [...].⁶⁸

[...]

DR. CELSO DA ROCHA SANTOS – Por notícia particular sabemos haver ontem falecido na vila de São João dos Patos, nosso jovem e estimado conterrâneo dr. Celso da Rocha Santos, filho do pranteado cel. João da Rocha Santos Sobrinho e irmão do sr. Eurico da Rocha Santos, comerciante naquele município. O dr. Celso fora colhido por uma [ilegível] moléstia, logo após sua formatura, no Rio de Janeiro, tendo regressado desde então, ao seio de sua família, onde a morte o colheu. Á sua mãe, a exma. Sra. d. Feliciano Rocha Santos, irmãos e cunhados, apresentamos sentidas condolências.⁶⁹

Nas ausências do pai, apresentado como o responsável por conduzir os primeiros passos de Joana na vida pública, e dos irmãos Antônio e Celso, coube a Joana as decisões de assumir as responsabilidades frente aos negócios da família e de perpetuar o prestígio político que a promoveu à condição de liderança política local, conforme os registros atinentes à trajetória de vida mencionados anteriormente. Por trilhas em que já estava familiarizada, tendo como bússola as “ideias largas” que aprendeu e os roteiros já conhecidos, Joana iria por outros percursos, numa trajetória construída por ela mesma.

⁶⁸Uma dolorosa tragédia em S. João dos Patos. **Pacotilha**, 17 dez. 1929, p. 1. Disponível em: Hemeroteca da Biblioteca Nacional: Acervo DASPRES <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=107646&pesq=Antonio%20Gon%C3%A7alves%20da%20Rocha%20Santos&pasta=ano%20192>. Acesso em 2 mar. 2018.

⁶⁹ Notícias Fúnebres. **Imparcial**, 23 de setembro de 1931, p.2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional: Acervo DASPRES. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=107646&pesq=not%C3%ADcias%20funebres&pasta=ano%20193>. Acesso em 2 mar.2019.

CAPÍTULO 2
QUANDO UMA VIDA É A GRAFIA DE UMA HISTÓRIA:
Percurso de Joana da Rocha Santos pelas veredas de uma cultura política.

Figura 14: Enfoque de uma matéria jornalística sobre a gestão de Dona Noca

SINGULAR FIGURA DE MULHER

A GRANDE CAPACIDADE REALIZADORA DE D. NOCA



Construindo estradas, escolas e postos de saúde — Inovações administrativas — A prefeita de São João dos Patos, segundo os vereadores — “A Comissão Central de Preços aqui sou eu...”, diz D. Noca — Só permanecerão nos postos enquanto ela for prefeita... — Cada cidadão, um soldado...

(Reportagem de KLEBER MOREIRA DE SOUZA — Fotos de FLORIANO — Enviados especiais de “A NOITE” a São João dos Patos)

D. Noca Santos, a prefeita de São João dos Patos
Texto na oitava página (quarta coluna)



Enquanto os trabalhadores fazem a sua refeição, a prefeita desce da sua montada e descansa sentada num tronco de pau

A POSSE DO NOVO MINISTRO DO TRABALHO

Esperado, amanhã, o Sr. Honório Monteiro — A chefia do seu gabinete

É esperado amanhã, viajando pelo Cruzeiro do Sul, o professor Honório Monteiro, nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. O desembarque do novo titular da pasta do Trabalho, dar-se-á às 9.30 horas, na “gare” D. Pedro II. A posse do novo secretário de Estado terá lugar no dia seguinte, sexta-feira.

“A grande capacidade realizadora de D. Noca. Construindo casas, escolas e postos de saúde. Inovações administrativas. A ‘Comissão Central de Preços aqui sou eu, diz D. Noca’. Só permanecerão nos postos enquanto ela for prefeita. Cada Cidadão, um soldado”.

Fonte: Jornal *A Noite* (1948)⁷⁰/Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁷⁰ Singular figura de uma mulher. *A Noite*. Rio de Janeiro, 1948, p.1. Disponível em:

2.1 Das trilhas de “Noca”: indícios de uma vida, sinais que a decifram

Pastos Bons, 11 (T) – Causou surpresa e ao mesmo tempo satisfação e entusiasmo o fato único e até agora inédito em terras maranhenses, da nomeação da senhorita Joana da Rocha Santos para o cargo de prefeito municipal⁷¹ de S. João dos Patos. Pessoa digna sob todos os pontos de vista e dotada de qualidades capazes de levar a administração daquele município imperecíveis realizações, a senhorita Rocha Santos tudo fará pela grandeza e renome de sua terra natal.

São João dos Patos, 11 (T)- A notícia aqui chegada de surpresa da nomeação da d. Joana da Rocha Santos para o cargo de chefe da comuna patoense, causou geral contentamento, tanto neste município quanto nos circunvizinhos, donde chegam noticiais sobre o auspicioso facto.⁷²

Jornal Tribuna, 1934.

Os telegramas endereçados pelos correspondentes do matutino *Tribuna* comunicaram à capital maranhense naquele abril de 1934 a nomeação de uma mulher ao cargo de prefeito. O nome de Joana da Rocha Santos tornou-se uma notícia construída pelos tons da curiosidade e surpresa impregnados em palavras impressas que tentavam atrair as atenções para “o auspicioso facto”.

Olhares que procuraram evidenciar “nomeação da primeira senhora para o cargo de prefeito”, uma das poucas mulheres que adentrou o cenário político brasileiro naquela época. Porventura, ocasionaram-se interrogações acerca de quem seria a “senhorita Rocha Santos”,

⁷¹ Na documentação consultada, principalmente, periódicos e documentos oficiais, observamos as referências ao cargo “prefeito” no masculino.

⁷² A nomeação da primeira senhora para o cargo de prefeito, causa regozijo no sertão maranhense. **Tribuna**. São Luís, 14 abr. 1934, p.1.

daqueles que tomaram conhecimento de seu nome e do acontecimento que lhes chegavam pelos periódicos ou por outros meios de se propagar um fato.

Semelhantes indagações acompanharam as primeiras leituras dos artigos jornalísticos que relataram a posse da prefeita Joana da Rocha Santos ou Dona Noca, um dos codinomes recebidos no ambiente do lar, contudo, tornou-a conhecida pelo grande público. Nesses escritos, localizamos as primeiras pistas para compor esta investigação e motivados em pesquisar sobre Joana da Rocha Santos, veio uma indagação: escrever sobre a vida de alguém, seria possível?

Narrativas de vidas, experiências de sujeitos em seu tempo, sentimentos de curiosidades ou um desejo de imortalizar uma personagem foram alguns dos anseios de historiadores e outros estudiosos que se propuseram a escrever sobre trajetórias de vida. Relatos em busca de lições e/ou modelos, todavia, perpassados pelos os desafios e as incertezas ao se constatar o quão ilusório é acreditar que uma vida obedece a um curso lógico e sem interferências.

Pierre Bourdieu (1996, p. 187) alertou sobre essa ideia cristalizada sobre escritos biográficos, que representavam o curso de uma vida como um enredo linear, coerente e orientado, de um sujeito apreendido como “expressão unitária”. Para o autor, isso constata,

[...] pelo tempo e espaços sociais que a identidade socialmente reconhecida “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais.

Além disso, as explanações de Bourdieu indicam uma conceituação importante para o entendimento da utilização das escritas de vida na pesquisa histórica. Assim, citamos o conceito de trajetória para compreender as posições ocupadas num dado momento e de forma simultânea por um indivíduo, por um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 1996, p. 189).

Nos relatos sobre a trajetória de Joana da Rocha definimos a escrita biográfica como uma modalidade que possibilita interpretações quanto às margens de liberdade das condutas individuais e as contradições entre as normas e as práticas que regiam a sociedade de sua época. Assim, refutamos uma concepção de indivíduo enquanto “essência”, ao intencionarmos uma escrita que conduza ao caráter fragmentário de uma vida, dos elementos contraditórios da identidade desse indivíduo e das diferentes representações de suas práticas, dos seus comportamentos e das relações de poder tecidas por ela (SCHMIDT, 2004, p.134).

Consideramos essas narrativas sobre Joana da Rocha Santos como registros ancorados em memórias que construíram representações de sua trajetória de vida. Em

consonância com Chartier (2010, p.12), focalizamos nessas narrativas as brechas existentes entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é e as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar desse passado.

A concepção biográfica aqui utilizada intenciona o entendimento de um determinado contexto histórico, “pois uma vida não pode ser compreendida unicamente através de desvios ou singularidades, mostrando que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica” (LEVI, 1996, p. 176). Compreendemos a importância da utilização da escrita biográfica ao possibilitar a compreensão do social a partir das práticas individuais e superar considerações deterministas que caracterizam o sujeito histórico por sua coerência e estabilidade, e o sistema social, por sua rigidez e imobilidade.

No que diz respeito à relação de Joana com o contexto social em que esteve inserida, essa contempla as singularidades e as tensões entre essa personagem e as normativas de sua época. Portanto, devemos nos ater aos “dramas de liberdade” vivenciados por Joana na construção de uma narrativa que compreenda as margens de liberdade individual frente às imposições da sociedade, pois,

[...] a cada momento de suas vidas, tem diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual fazem escolhas, seguem caminhos e não outros. Se hoje esse futuro já é passado, e o resultado das escolhas feitas conhecido, o biógrafo tem a tarefa de recuperar o ‘drama da liberdade’ dos personagens – as incertezas, as oscilações, as incoerências, o papel do acaso –, mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início (SCHMIDT, 2004, p.139).

As narrativas que compõem esses trajetos de Joana não se desenrolaram num “fundo de cena fixo, sem impressões digitais” (LORIGA, 1998, p. 248). A vida de Joana tornou-se a grafia de uma história entrelaçada pelos fios das teias do poder, por ter sido nomeada prefeita do município de São João dos Patos, ocasião em que foi inserida num espaço antes negado às mulheres de seu tempo. Esses traços construtivos de sua vida que não incidem uma aura heroica ou um determinismo social, mas representam essa personagem histórica em sua singularidade, com as tensões e os conflitos que vivenciou, bem como liberdade de agir frente às imposições sociais.

Os desafios impostos àqueles que utilizam os escritos biográficos não ofuscam as potencialidades que este gênero possa oferecer para a pesquisa histórica. Mesmo que o labor historiográfico resulte num artefato textual aparentemente homogêneo, o historiador deve constatar que, mesmo perante as escolhas teóricas, dos métodos e de um impulso criativo, o relato de uma vida expõe simbolicamente o caráter descontínuo do que se denomina real e os fragmentos que constroem um indivíduo.

Encontramo-nos em similar inquietação diante dessas experiências pretéritas, na proposta de historicizar a trajetória de Joana da Rocha Santos. Poucos foram os registros de suas palavras, todavia, muitos foram os discursos que construíram representações em torno dessas experiências.

2.2 Uma prefeita no sertão maranhense

D. Joana da Rocha Santos, depois de prestar o respectivo compromisso, exercerá o cargo de prefeito municipal de São João dos Patos, nos termos dos decretos federais nos. 19.98 e 20.48, respectivamente, de 11 de novembro de 1930 e 29 de agosto de 1931, para que for nomeado por decreto de 31 de março findo, devendo legalizar o presente título.

[...]

Declaro que a Exm^a. Sra. D. Joana da Rocha Santos prestou nesta secretaria o respectivo compromisso. Em 3-4-1934⁷³

Os fragmentos citados acima simbolizam o momento em que Joana da Rocha Santos foi empossada ao cargo de prefeito municipal de São João dos Patos, constante no termo expedido pela Secretaria Geral do Estado do Maranhão, no dia 2 de abril de 1934. Conforme a exposição do primeiro capítulo, a nomeação para a chefia do executivo municipal constitui um desses caminhos que seriam percorridos por Joana, após outros, no caso, como comerciante e empresária, no momento em que assumiu a administração dos negócios de sua família em decorrência dos falecimentos do pai e dos seus irmãos.

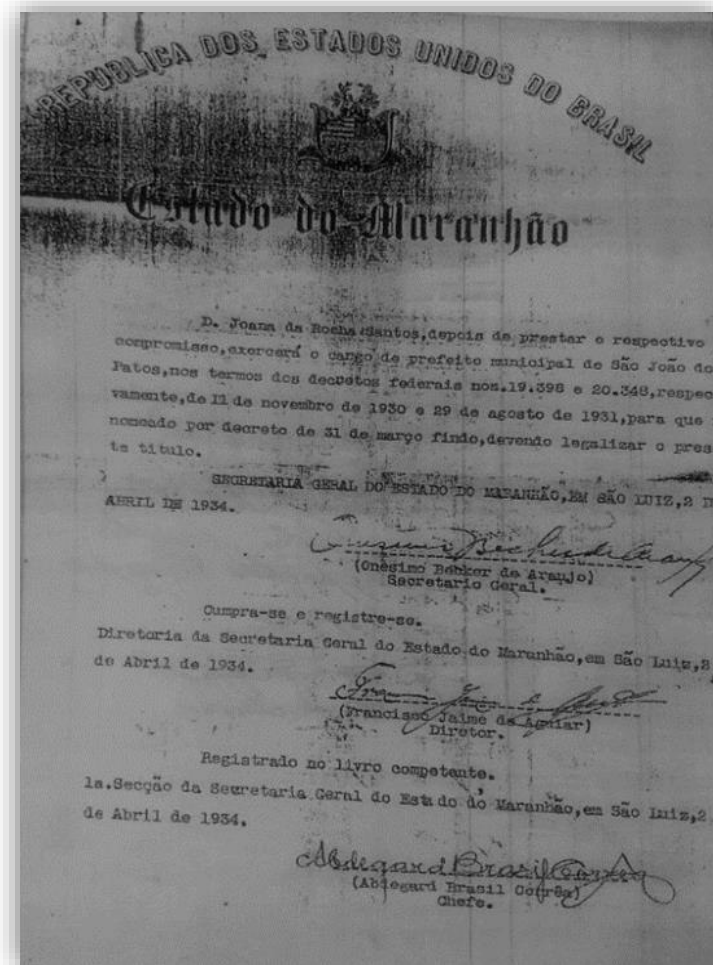
A posse da primeira maranhense numa gestão municipal deve-se ao ato do interventor do Estado do Maranhão, capitão Antônio Martins de Almeida⁷⁴, em observância aos

⁷³MARANHÃO. Secretaria Geral do Estado do Maranhão. **Termo de Posse de Joana da Rocha Santos**. São Luís, 1934 (Cópia). Transcrição do trecho que se encontra registrado no verso do referido documento.

⁷⁴**Antônio Martins de Almeida** nasceu no dia 22 de outubro de 1900. O local do seu nascimento não foi informado. Ingressou no Exército como praça em dezembro de 1918 e galgou promoções em diversos cargos. Participou da Revolução de 1930 nos estados do Ceará e da Paraíba, sendo indicado a Interventoria no Piauí, ocupando o cargo de secretário-geral desse estado. Em 1932, foi enviado a São Paulo para combater a Revolução

dispositivos legais que regiam o governo instituído devido aos desdobramentos da Revolução de 1930⁷⁵. Numa seção do jornal *Notícias* do mesmo ano, consta a publicação dos atos de nomeação de Joana da Rocha Santos ao cargo de prefeito municipal de São João dos Patos, e o de exoneração do seu possível antecessor, solicitada a pedido do mesmo, identificado pelo periódico como David Ribeiro Passos⁷⁶.

Figura 15: Cópia do Termo de posse no cargo de prefeito de Joana da Rocha Santos (1934)



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)

Constitucionalista. Logo após, foi promovido ao posto de Capitão. De 29 de junho de 1933 a 22 de junho de 1935, foi Interventor Federal no Maranhão, recebendo o cargo do coronel Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha, interventor interino. Seu governo foi marcado pela repressão aos opositores, ataques violentos da imprensa e conflitos de ordem fiscal e orçamentária com a Associação Comercial do estado. Foi substituído no governo do Maranhão por Aquiles de Faria Lisboa, eleito pela Assembléia Constituinte Estadual. Após uma longa carreira militar, chegando ao posto de coronel em outubro de 1951, foi para a reserva no posto de general-de-brigada. Martins de Almeida veio a falecer no ano de 1963. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-antonio-martins-de>, Acesso em 2 jan. 2019.

⁷⁵ **Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decre-to-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2018

⁷⁶ Actos Officiaes. *Notícias*. São Luís, 2 abr.1934.

No entanto, ao consultar uma relação organizada por Lima (2004), é mencionado como provável antecessor de Joana da Rocha Santos no respectivo cargo João Cândio da Silva, um professor da vila de São João dos Patos, que assumiu provisoriamente a administração municipal, por volta do ano de 1933. Essa informação é ratificada num documentário sobre a história de São João dos Patos, no qual João Cândio da Silva é apontado como um dos seus governantes municipais e antecessor de Joana da Rocha Santos, com a seguinte informação: “sabe-se apenas que ele esteve a frente do governo municipal por pouco tempo, de 1933 a 1934⁷⁷”.

Na perspectiva de Buzar (1998, p. 26), a Interventoria de Martins de Almeida no Maranhão obedeceu aos ditames da reorganização partidária com vistas à reconquista da credibilidade do governo instituído pelo movimento revolucionário de 1930. Medidas como as mobilizações e constituição de alianças com os grupos políticos excluídos das disputas pelo poder elucidam a importância do comportamento e das ações dos interventores estaduais em benefício à estabilidade do poder central.

Num livro memorialístico, Vitorino Freire (1978, p. 42) lembrou a ocasião da indicação do capitão Martins Almeida ao cargo de interventor do Maranhão, decisão do presidente Getúlio Vargas comunicada durante uma reunião no Palácio da Guanabara, em 1933. Segundo Freire, as motivações de Vargas em indicar o referido militar como interventor visaram solucionar o quadro político instalado no estado marcado por “permanentes crises de autoridade, e que havia decidido nomear interventor naquele estado um oficial de alto gabarito, para que colocasse nos eixos aquela unidade da Federação”. Martins de Almeida, cujos laços de amizade datavam do período da Revolução de 1930, foi lembrado por Freire como um homem de extraordinário espírito de justiça, incomum capacidade de trabalho, e gênio explosivo, que justificou o apelido de “Bala na Agulha”.

Freire relatou também que sua ida ao Maranhão esteve atrelada a sua indicação a Secretaria do Governo do Maranhão solicitada por Martins de Almeida, com fins de conduzir a política do estado, consolidar o projeto de governo de Getúlio Vargas e promover a fundação do Partido Social Democrático no Estado, realizada em 11 de agosto de 1934, na residência do Comandante Magalhães de Almeida, localizada na rua Osvaldo Cruz, com um programa de governo que defendia o regime presidencialista e a proibição da reeleição do presidente da república e dos governadores dos Estados. Posteriormente, esse partido político foi extinto junto

⁷⁷ **Documentario de Sao Joao Dos Patos**. Parte 1, 2011. Duração 30:12. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fijdi2iupr0>. Acesso em: 10 mar. 2019.

com as demais agremiações partidárias do país, pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo (BUZAR, 1998, pp. 29-42).

A imposição de um interventor em cada estado da federação foi vista como uma das ações estratégicas de Getúlio Vargas que visou prevalecer às normativas do poder federal em detrimento das forças dos líderes políticos regionais. Conforme Bitencourt (2015, p.89), a escolha do posto máximo do executivo estadual recaiu, preferencialmente, sobre pessoas externas aos conflitos travados nos grupos oligárquicos locais, em conformidade com a situação política de cada Estado, ao se considerar a composição política e do grau de oposição ao governo federal. Procedimento similar foi adotado pelos interventores no que diz respeito ao jogo político no âmbito estadual, já que os “interventores tinham o poder de nomear os prefeitos do mesmo modo que eram nomeados pelo governo federal”.

Figura 16: O Interventor capitão Martins de Almeida (fardado, ao centro), e à direita, com um chapéu na mão, Vitorino Freire.

Vitorino Freire foi apontado como inspirador das práticas políticas que construíram o “vitorinismo”. Freire se tornou o principal opositor do grupo político do qual participou Joana da Rocha Santos.



Fonte: FREIRE (1978, p. 48)

Antes do anúncio da administração municipal de Joana da Rocha Santos, o município de Lages, no Estado do Rio Grande do Norte, presenciou a posse de Luisa Alzira Teixeira Soriano, primeira mulher nomeada ao cargo de prefeito no Brasil, em 1928, antes da promulgação do Código Eleitoral (1932), que garantiu os direitos políticos e as possibilidades das mulheres de ascenderem aos cargos públicos no Brasil. Numa trajetória semelhante a que

foi construída sobre a vida de Joana, Alzira Soriano encontrou na convivência familiar os ensinamentos e o prestígio necessários ao seu ingresso na vida pública, especificamente, no campo da política, na condição de filha de um importante político de sua região (PACHECO, 2007, p. 38).

Nascida em Jardim dos Angicos no dia 29 de abril de 1896, Luisa Alzira Teixeira Soriano era filha do fazendeiro e líder político do Partido Republicano da região, Miguel Teixeira de Vasconcelos. Alzira Soriano foi descrita pelo “temperamento forte” e, quando jovem, expressou seu interesse em participar das reuniões políticas na fazenda do seu pai. Casou-se em 1914, antes de completar 18 anos de idade, com o promotor público Tomaz Soriano Filho, que faleceu cinco anos depois, e com quem teve quatro filhas.

Por sugestão Bertha Lutz, líder do movimento pelo sufrágio feminino, Alzira Soriano foi indicada pelo então governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine⁷⁸, a concorrer a disputa pela prefeitura de Jardim dos Angicos, em 1928. Meses antes, Juvenal Lamartine promulgou uma lei que permitiu as mulheres desse Estado o direito ao voto e de concorrer aos cargos públicos nas eleições de 1928. Por conseguinte, Alzira Soriano foi eleita ao cargo de prefeito numa campanha marcada por conflitos e ofensas propagadas pelos adversários, ao afirmar que “mulher pública é prostituta” ou na tentativa de convencer os familiares de Alzira que “não ficaria bem uma senhora de família entrar para a política”. Ao discursar na solenidade de sua posse, Alzira Soriano ofereceu um testemunho a respeito da importância da ocasião do seu ingresso na vida pública, num espaço antes negado às mulheres de sua época:

Determinaram os acontecimentos sociais do nosso querido Rio Grande do Norte [...], que a mulher, esta doce colaboradora do lar, se voltasse também para colaborar com outra feição na sua obra político-administrativa. [...] Assim, neste ambiente de liberdade e trabalho, de patriotismo e de tolerância tornou-se realidade o nosso sonho de igualdade política. A prova eloqüente de reconstrução político-social caracteriza-se pela minha eleição ao posto de prefeita deste município. [...] Sei que vamos tentar uma experiência difícil – difícil, porque a função é espinhosa, difícil porque essa experiência é a primeira a realizar-se no nosso país, difícil, sobretudo porque a incumbia de sua execução, reconhece e publicamente confessa o temor de lhe faltarem força bastante para levá-la a um termo brilhante [...].⁷⁹

Alzira compôs um retrato de sua posse, cujo ângulo focalizou o que denominou de uma “experiência difícil”, por ser a primeira mulher a ocupar um cargo público numa sociedade

⁷⁸ **Juvenal Lamartine de Faria** em Serra Negra do Norte (RN) nasceu em 9 de agosto de 1874, numa família de tradição política local. Com formação em ciências jurídicas, foi redator, juiz de direito, vice-governador, senador e governador pelo Rio Grande do Norte. Em 1926 foi o principal defensor do voto feminino, que foi inserido na constituição potiguar no período em que exerceu o mandato de governador do Rio Grande do Norte, antes mesmo desse direito ser incorporado a Constituição Federal em 1934. Faleceu em Natal em 18 de abril de 1956.

⁷⁹ Disponível em: <http://lajes.rn.gov.br/especial-alzira-discurso-de-posse/>. Acesso em: 24 abr. 2018.

que antes permitia somente que sua figura permanecesse circunscrita aos recintos privados, como “doce colaboradora do lar”. Com tons de um pioneirismo e na defesa pela igualdade política, Alzira traçou suas veredas, embora contemplasse em seu trajeto alguns obstáculos e um campo de oposições, que a fizeram confessar “o temor de lhe faltarem força bastante para levá-la a um termo brilhante”. Anos depois, Joana da Rocha Santos relatou a Rachel de Queiroz uma percepção semelhante a que foi exposta por Alzira em seu discurso de posse, ao relembrar os desafios que enfrentou durante suas experiências como prefeita:

Contou-me ela que quando acha que vai debilitando a sua energia, deixando que a natureza fraca de mulher domine mais do que o permitido, faz qualquer coisa que aos outros acham maluca – manda selar o cavalo, parte sozinha, apenas com um págem, em viagens de muitas léguas, noite adentro, cortando o sertão bravio. Talvez um inimigo – quem não os tem, e por que não os teria essa mulher forte? – talvez um inimigo lhe prepare um tiro à tocaia. Talvez uma onça lhe mate o cavalo e mate a ela própria. Talvez se perca na escuridão. Pois é disso que ela sente que precisa, para endurecer outra vez. Regressa da cavalgada retemperada, com energia nova. E paga com redobrado carinho a São João dos Patos o que sua cidade lhe dá em prestígio e gratidão⁸⁰.

Alzira Soriano permaneceu no cargo por quase dois anos, em razão dos desdobramentos da Revolução de 1930, que efetuaram sua saída da gestão municipal, ao decidir-se pela oposição ao governo instituído que, a seu ver, “afrontava a democracia”, não obstante a proposta feita a ela em permanecer na interventoria municipal. Candidatou-se à Câmara Municipal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1945, tornando-se líder da sua bancada, além das reeleições ao cargo de vereadora, período em que foi apontada como referência de seu partido no legislativo local. Alzira Soriano faleceu em Natal, no dia 28 de maio de 1963, vitimada pelo agravamento de um câncer (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.36-37).

Prado e Franco (2012) demonstram que a partir dos anos finais do século XIX pode-se observar a participação feminina nos debates públicos brasileiros cujas protagonistas foram mulheres consideradas “célebres” e “ilustres”, por exercerem atividades culturais associadas a uma dimensão política, bem como a atuação nos movimentos políticos do século XIX. As autoras citam como personagens desse tempo Bárbara de Alencar⁸¹, Maria Quitéria⁸², Maria

⁸⁰ DONA NOCA. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 17 de jun. 1950, p. 122. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20195&pesq=dona%20Noca>. Acesso em 09 mai. 2018.

⁸¹ **Bárbara de Alencar** nasceu em Pernambuco no ano de 1760. Engajou-se em movimentos como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, ao defender a independência e as ideias republicanas. Por causa dessas participações políticas, Bárbara de Alencar foi presa ao lado de um de seus filhos, o padre Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar. Morreu no Piauí em 1832 (CARVALHO, 2013). Ver: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364677835_ARQUIVO_MazeartigoANPUHNatal.pdf

⁸² **Maria Quitéria de Medeiros** nasceu em 27 de julho de 1792, em Cachoeiro (Bahia). Criada numa propriedade do sertão baiano, Quitéria ouviu histórias sobre a opressão de Portugal, de um defensor da independência, que recrutava soldados no interior da Bahia e pernoitara na casa de seu pai. Por causa disso, Maria Quitéria teria se

Firmino dos Reis⁸³ e Nísia Floresta⁸⁴. No que concerne a noção política que perpassou o protagonismos dessas mulheres, esses não se limitaram à esfera do Estado e de suas instituições, mas atravessou os domínios da vida cotidiana e das relações estabelecidas entre os indivíduos, que incluía as que foram construídas entre homens e mulheres.

Figura 17: A potiguar Alzira Soriano toma posse como prefeita (1928).

Num ambiente marcado pela presença masculina, sendo assim considerada a primeira mulher eleita no referido cargo no Brasil.



Fonte: Arquivo Nacional (2000)⁸⁵

Presumivelmente, as circunstâncias que permitiram a Alzira Soriano e a Joana da Rocha Santos a posse no cargo de prefeito municipal corresponderiam às primícias colhidas

decidido a lutar como soldado. A irmã mais nova e casada apoiou em sua opção e Maria Quitéria cortou os cabelos, vestiu as roupas do cunhado e ingressou como homem no Regimento de Artilharia onde permaneceu até ser descoberta, semanas depois. Em agosto, foi recebida, no Rio de Janeiro, pelo imperador, que lhe ofereceu a Condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha. In: Schuma & Brazil. Dicionário das Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Disponível em: <https://guiadeturismornsite.files.wordpress.com/2017/02/dicionario-mulheres-do-brasil-schuma-schumaher.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

⁸³**Maria Firmina dos Reis** nasceu em São Luís do Maranhão, no dia 11 de outubro de 1825. Faleceu em 1917, na vila de Guimarães, interior da província, para onde se mudou aos cinco anos de idade. Iniciou sua carreira literária com a publicação do romance *Úrsula*, em 1859, considerada o primeiro romance de autoria feminina no Brasil. Escritora e professora e abolicionista, foi responsável pela fundação da primeira escola mista, para meninos e meninas, no Maranhão (SILVA, 2009). Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0592.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

⁸⁴**Nísia Floresta** nasceu em 1810, em Papari, no Rio Grande do Norte, cidade que hoje recebe seu nome. Era filha de um advogado português, que se fixou no Rio Grande do Norte, e de uma brasileira. Além de educadora, Nísia era escritora, com vários livros publicados no Brasil e na Europa. Sua produção literária levantou questões consideradas tabus por aquela sociedade, como a defesa dos direitos femininos. Ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/nisiafloresta.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

⁸⁵ Imagem extraída do site: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6566>. Acesso em 12 nov. 2018.

nos debates suscitados pelos movimentos organizados por grupos de mulheres nos anos iniciais do século XX. Esses movimentos apresentaram em suas pautas reivindicatórias questões como: a autonomia, a liberdade, a igualdade, as conquistas pelos direitos à cidadania, ao voto, à participação na vida pública da população feminina.

Ao examinarmos o contexto histórico desses movimentos, esse concede algumas pistas para que possamos compreender os percursos de Joana da Rocha Santos na vida política, ao trilhar por um cenário político brasileiro que presenciou a criação das primeiras organizações femininas e as lutas das mulheres por direitos políticos e sociais. Citamos a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher e um programa de reivindicações pela instrução feminina, proteção às mães, a infância e ao trabalho feminino, incentivo à participação política e a conquista de direitos políticos, dentre eles o voto (SIMILI, 2008, p. 26-27).

Como já mencionada, uma das lideranças da Liga foi a cientista brasileira Bertha Lutz, considerada uma das defensoras dos direitos da mulher no país e um dos membros da comissão encarregada pelos anteprojetos do Código Eleitoral (1932) e da Constituição de 1934. Nascida em São Paulo em 2 de agosto de 1894, Bertha foi filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista Adolfo Lutz. Tomou contato com a campanha sufragista na Europa, onde se formou em ciências pela Universidade de Sorbonne, na França. Ao retornar ao Brasil, ingressou através de concurso público como bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher no país a ocupar um cargo público. Assumiu o mandato de deputada federal em 28 de julho de 1936, porém, com a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, encerrou a carreira como parlamentar. Faleceu no Rio de Janeiro a 16 de setembro de 1976 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.106-112).

Finalizados os trabalhos sobre a redação de um novo código eleitoral brasileiro, este foi promulgado através do Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que estabeleceu o direito ao alistamento eleitoral e à elegibilidade das mulheres. No âmbito dessas conquistas, em todo o Brasil nove mulheres foram eleitas ao cargo de deputadas estaduais, das quais citamos a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), primeira deputada federal do Brasil, eleita pelo voto popular em 1933, e no Maranhão as professoras Rosa Castro (1891-1976) e

Zuleide Bogéa⁸⁶ (1897-1984) em 1934 (PACHECO, 2007, p. 47). Entretanto, Buzar (2015)⁸⁷ relatou que Rosa Castro não assumiu o mandato em consequência da impugnação de sua eleição ao cargo por ato da Justiça Eleitoral, como se pode perceber na imagem fotográfica, somente a presença de Zuleide Bogéa entre os eleitos no respectivo pleito.

Figura 18: A deputada Zuleide Bogéa (sentada, à direita), eleita para a Constituinte Maranhense de 1934.



Fonte: BUZAR (1998)

A nomeação de Joana da Rocha Santos foi propagada em diversos jornais, esses que compõem alguns dos testemunhos acerca da recepção da sociedade da época à posse da primeira maranhense ao cargo de prefeita de São João dos Patos. Sobre isso, o jornal carioca *Diário de Notícias* divulgou, em inglês, o ato da nomeação de Joana da Rocha Santos, referenciada como a “rainha do algodão”⁸⁸:

⁸⁶ Sobre as primeiras maranhenses eleitas deputadas, obtivemos poucas informações a respeito de suas trajetórias políticas. Nascida em 6 de outubro de 1891 no município de São Bento, a professora **Rosa Castro** teve uma infância com grandes dificuldades financeiras, conseguindo se diplomar como normalista em 1910. Em sua época, foi uma defensora árdua da educação feminina. Já **Zuléide Fernandes Bogéa** nasceu em Arari, em 13 de outubro de 1897 e, no ano de 1913, formou-se professora pela Escola Normal. Logo após sua formatura, lecionou durante sete anos no Instituto Maranhense, na cidade de São Luís. Em 1920, a professora Zuléide Bogéa fundou o Colégio São Luís Gonzaga, que tinha como objetivo oferecer uma educação religiosa, baseada em confissões e muitas rezas.

⁸⁷ **A Mulher Maranhense na Política**. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/a-mulher-maranhense-na-politica/>. Acesso em 20 mar. 2019.

⁸⁸ News in English. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 8 mai. 1934, p. 4.

“Cotton Queen made mayor. Miss Noca da Rocha Santos has just been a elected Mayor of São João dos Patos. Daughter of the deceased Colonel João da Rocha Santos, leading citizen of the city, and sister to ex- State Depute Antonio da Rocha Santos. Miss Santos wields much influence in the Municipality, being partner and President oh the important commercial firm Eurico Rocha Santos & Cia”.

“A Rainha do Algodão eleita prefeito. A senhora Noca da Rocha Santos acaba de ser eleita prefeita de São João dos Patos. Filha do falecido Coronel João da Rocha Santos, ilustre cidadão do município, e irmã do ex-deputado estadual Antônio da Rocha Santos. A senhora Santos exerce muita influência no Município, sendo sócia e presidente da importante empresa comercial Eurico Rocha Santos & Cia” (Texto Traduzido).

A sociedade maranhense foi informada da posse de Joana da Rocha Santos por outras notas jornalísticas que dedicaram uma expressiva atenção ao referido acontecimento, das quais tivemos acesso para compor este estudo, a que foi transmitida pelas páginas do matutino *Tribuna*⁸⁹:

SÃO JOÃO DOS PATOS, 4 - Debaixo de calorosa manifestação popular, acaba de se empossar no cargo de prefeito desta vila d. Joanna da Rocha Santos. É geral o contentamento que se nota em toda a população, onde aquela senhora goza de grandes simpatias. Desde a hora em que se soube de sua chegada, começaram a seguir cavaleiros, senhoras e senhoritas ao seu encontro, constituindo sua chegada uma verdadeira apoteose. Apesar de ser só conhecido o dia, na véspera, de todos os recantos do município, afluem amigos e admiradores da digna prefeita que lhe vem trazer cumprimentos. Além de grande número de pessoas gradas, comparecerão á sua posse todas as classes trabalhadoras e grande massa popular.

SÃO JOÃO DOS PATOS, 4 (T) – A população continua vibrando de contentamento pela posse da nova prefeita. Foram batidas diversas chapas. Viam-se no meio de grande multidão, desde crianças e pessoas humildes do povo, até a mais alta personalidade desta vila, tendo todos acompanhados a ilustre patoense a sua residência, onde foram servidas bebidas frias a todos sem distinção. As classes trabalhadoras têm feito grandes manifestações por terem na pessoa da atual prefeita forte esteio a seu lado.

É possível depreendermos como a posse de Joana ao cargo de prefeito foi representada através desses relatos que, dentre os aspectos elencados para a construção do mencionado “fato”, realçam o caráter comemorativo de uma cerimônia celebrada pela presença dos diversos segmentos sociais, em especial, as “classes trabalhadoras”, “grande massa popular”, “desde crianças e pessoas humildes do povo”. Tais destaques não constituem mera casualidade, já que a posse de Joana ocorre num período político onde solenidades dessa natureza estão revestidas de significações simbólicas relativas às concepções sobre a sociedade, os grupos sociais e da personalidade política dos líderes, no caso, como características da cultura política da época, como veremos adiante.

⁸⁹ A posse da Prefeita de Patos constituiu um grande acontecimento social. **Tribuna**. São Luís, 6 mai. 1934, p.6.

Os feitos de novidade e de curiosidade que compuseram o acontecimento da posse da prefeita do sertão maranhense, constituíram a moldura concedida a outro “fato”, que novamente direcionou os olhares da sociedade a mais uma atitude vista como pioneira: a “primeira mulher” que realizou um casamento civil no Brasil. Sobre isso, encontramos três periódicos, *Tribuna*, *Lavoura e Comercio* e *Jornal Pequeno*, respectivamente, dos estados do Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, com notas dedicadas ao respectivo acontecimento. *Jornal Pequeno*⁹⁰ e *Lavoura e Comercio*⁹¹ dedicaram nota referente ao primeiro casamento realizado por uma mulher no Brasil, ratificando as justificativas apresentadas anteriormente pelo *Tribuna*, sobre a existência de um decreto que amparava legalmente os prefeitos nas funções de juiz:

Acaba de se realizar neste município um casamento em circunstâncias singulares, merecendo registro pelo seu ineditismo. Pela primeira vez no Brasil uma mulher se investe das funções de juiz para presidir a celebração de um matrimônio civil. É interessante narrar o caso com maiores detalhes. Vindo do interior, chegou a esta vila um cotejo de noivado. Ao chegarem tiveram os noivos e os que formavam com o cotejo uma decepção. O juiz tendo terminado o prazo de seu exercício fora a Pastos Bons, cabeça da comarca, prestar outro compromisso. A festa ficaria estragada se a prefeita do município, Sra.Noca Santos, não tivesse solucionado o embaraço, a fim de evitar aborrecimentos aos noivos e a comitiva. Há no Maranhão um decreto que investe os prefeitos locais nas funções de juiz e na falta destes. Foi assim que a Sra.Noca Santos pôde presidir a cerimônia, verificando-se pela primeira vez no nosso país o fato de ser um par casado legalmente por uma filha de Eva (Do Correspondente)⁹².

Embora algumas dessas notícias envolvessem discursos em tons festivos e palavras suposta urbanidade direcionadas a “senhora prefeita”, Joana da Rocha Santos, foi exposta a outros olhares, quando adentrou a cena política como uma personagem cujo cenário ainda era concebido como “masculino”:

Uma novidade no Brasil: temos a primeira prefeita municipal. Onde isso? No Maranhão. O interventor, evidentemente um feminista ultra, nomeou a senhora d. Joana da Rocha Santos para dirigir o município de S. João dos Patos. Suponhamos ser realmente uma novidade. Até então, as mulheres, no Brasil, era datilographas, motoristas-amadoras, médicas, advogadas, burocratas, literatas, engenheiras, e uma chegou mesma a deputação. Isso sem aludir as ocupações antigas e tradicionais, como a de atriz, operária, modista, mestra-escola. Nenhuma, porém, que se saiba, havia ainda tomado as rédeas da administração pública. Seria interessante conhecer-se o programa da senhora prefeita municipal de S. João dos Patos. Porque é claro, Ela terá uma programa e, com certeza, diferente do programa de qualquer homem. Em todo o caso, aguardemos o resultado da experiência. Veremos, depois, se a sra. Joana Rocha dos Santos dá razão a feminofobia do constituinte Aarão Rabello⁹³.

⁹⁰ O feminismo no Maranhão. **Jornal Pequeno**. Recife, 8 set. 1934, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20193&pesq=O%20feminismo%20no%20Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 08 out.2018.

⁹¹ Você sabia? **Lavora e Comercio**, Uberaba, 1 ago. 1944, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&pesq=Voc%C3%AA%20sabia&pasta=ano%20194>. Acesso em: 08 out. 2018.

⁹² O primeiro casamento celebrado por uma mulher no Brasil. **Tribuna**. São Luís, 31 ago. 1934, p.2.

⁹³ A senhora Prefeita. **Tribuna**, São Luís, 29 abr. 1934, p.1.

Ao retornarmos as declarações da notícia publicada pelo *Tribuna*, percebemos que a nomeação de Joana da Rocha Santos como prefeita foi submetida aos discursos questionadores acerca de sua capacidade política, envoltos em falas preconceituosas e depreciativas frente à presença feminina nas esferas públicas. Corrobora com isso, a menção feita pelo articulista Aarão Rabello⁹⁴, um dos parlamentares que na época manifestou oposição ao voto feminino, chegando a apresentar uma emenda ao projeto de Constituição de 1934.

Figura 19: Joana da Rocha Santos, (s/data).



Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)

⁹⁴ **Aarão Rabelo** nasceu em Itajaí (SC) no dia 26 de fevereiro de 1906. Entre 1929 e 1930, ano em que se bacharelou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então capital federal, participou do movimento da Aliança Liberal em Santa Catarina e no Rio de Janeiro através de comícios e da imprensa. Um dos fundadores do Partido Liberal Catarinense (PLC), em maio de 1933 elegeu-se deputado por Santa Catarina à Assembléia Nacional Constituinte na legenda dessa agremiação. Essa eleição foi anulada, mas, num segundo pleito, Aarão Rebelo conseguiu assegurar o mandato, assumindo-o em janeiro de 1934. Participou dos trabalhos constituintes, combatendo sistematicamente a concessão de direitos políticos à mulher e chegando a apresentar nesse sentido uma emenda ao projeto de Constituição. Devido a essa atitude, foi cognominado “o inimigo das mulheres”. Com a promulgação da nova Carta (17/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Colaborou na *Gazeta do Povo*, de Curitiba, e na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Faleceu em Curitiba no dia 24 de março de 1989. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rebelo-aarao>. Acesso em 20 mar. 2019.

No entanto, no mesmo periódico⁹⁵, Maria Cecília Costa escreveu um artigo onde argumentou o significado da nomeação de Joana da Rocha Santos e criticou o que considerou “preconceitos antigos” relativos às conquistas femininas dessa época. Pacheco (2007, p. 54) ressalta que os escritos de Maria Cecília Costa foram registrados na coluna “Página Feminina” do jornal *Tribuna*, um dos poucos espaços dedicados ao público feminino, que durante algum tempo era ocupado com receitas culinárias, dicas de moda, economia doméstica e conselhos às moças sobre como conseguir um bom marido:

Em recente decreto o delegado do governo federal do Maranhão, acaba de fazer nomeação da senhorita Joana Rocha Santos, para exercer o cargo de prefeito do município de S. João dos Patos. Em verdade, a nomeação recai em quem apresenta os mais destacados predicados para a investidura daquela missão administrativa. Operosa e inteligente, a distinta senhorita estava naturalmente indicada para bem se desempenhar da árdua tarefa que lhe confiou o chefe do governo maranhense. Não são estes os motivos determinantes destes ligeiros e despreziosos comentários, embora justificativos dos mais veementes e entusiásticos aplausos. Interessa-nos sobretudo, aquela nomeação não pelo acerto de quem a fez, denunciativo de larga visão administrativa, sendo também pela expressiva significação social que encerra e se revela. [...] A mulher pode e deve colaborar com o homem, em todos os ramos de atividades. Entre um e outro, entre os representantes de um e de outro sexo, não ha, nem pode haver antagonismo ou oposição. Eles se não colidem, antes se completam, devendo a mulher procurar sempre uma situação em que possa imprimir melhor e mais completo desenvolvimento as suas qualidades intelectuais, em qualquer ramo técnico ou político. [...] Há infelizmente ainda a par de uma minoria culta, uma maioria de indiferentes, atrelada a preconceitos antigos. [...]

Como dito anteriormente, Joana da Rocha Santos ocupou o cargo de prefeita municipal por nomeação da Interventoria do Maranhão, ato que atendeu aos ditames de uma cultura política cujo objetivo era conter os focos das disputas entre os grupos oligárquicos e enquadrá-los numa modalidade de governo centralista e intervencionista. Contudo, uma análise metódica sobre esse período político a partir da perspectiva do município de São João dos Patos se mostrou uma tarefa árdua em meio às dificuldades em localizar documentação que permitisse elucidar os meandros que teceram o jogo político em nível local e suas possíveis influências nas motivações do governo instituído em nomear Joana da Rocha Santos ao posto da gestão municipal.

Não obstante, o destaque auferido pelos periódicos a nomeação da prefeita de São João dos Patos, propuseram alguns sinais que, possivelmente, poderiam esclarecer as tramas políticas em que Joana da Rocha Santos esteve inserida. Numa delas, além de evidenciar o impulso do movimento feminista, foram citados as qualidades, as virtudes e os dotes, o prestígio político, a origem social e a influência econômica que, segundo o relato jornalístico, legitimavam a indicação da “senhorita Rocha Santos”:

⁹⁵A mulher na vida administrativa do Maranhão. *Tribuna*. São Luís, 15 abr.1934, p. 1

A senhorita Rocha Santos foi nomeada no começo deste ano para o cargo de Prefeita do município de S. João dos Patos, no Estado do Maranhão. Essa nomeação foi acolhida com simpatia por todos os maranhenses que conhecem as virtudes adamantinas que exornam o caráter daquela moça e os seus dotes de inteligência. Para aquilatar-se do prestígio político da senhorita Rocha Santos perante os seus munícipes basta ver-se o resultado da eleição de 14 do mês passado, em que os candidatos do Partido Social Democrático ao qual é filiada a prefeita, foram sufrágios com 672 votos, enquanto os partidos Aliança Liberal e União Republicana não conseguiram um voto sequer. Trata-se uma vitória expressiva, automática e provavelmente sem exemplo na história dos nossos pleitos eleitorais. [...] A senhorita Rocha Santos é descendente de uma família tradicional do Maranhão e, pela sua rara energia e capacidade administrativa comprovadas no exercício do alto comércio de algodão a que se dedica, logrou impor-se ao respeito e admiração dos seus coestaduanos. A sua vitória é um belo florão colhido pela campanha feminista que se propaga em nosso país e, compensa, de certo, muitas falhas e incorreções que por aí afora vão aparecendo em outros setores das campanhas feministas⁹⁶.

Por ocupar um cargo público, o nome de Joana possivelmente já desfrutava de um reconhecimento por parte dos grupos políticos locais, como uma “notável comerciante”, pela reputação pessoal, pela origem social e pelo nome de sua família. A apresentação pública de sua figura construída pela notícia citada anteriormente, inferimos que senhorita Rocha Santos “já pode ser conhecida e identificada antes mesmo de se construir publicamente, antes mesmo de se fazer conhecer”.

Não obtivemos nenhum registro sobre o discurso de posse proferido por Joana, ocasião em que, possivelmente, teríamos a compreensão dos significados que revestiram a cerimônia e das intenções como chefe do executivo municipal. Todavia, em pronunciamento ao jornal carioca *A Noite*, que se denominou o primeiro periódico que entrevistou Joana da Rocha Santos, descrita como “administradora diligente preocupada sempre com o progresso da terra que governa”, “cognominada de rainha do algodão do sertão maranhense”:

Assumindo o exercício do meu cargo, tomei logo todas as providências junto ao governo do Estado para que fosse dado início ao serviço de reconstrução da estrada de rodagem que liga este município ao de Barão de Grajaú, [...]. Essa rodovia, cujo percurso é de mais cento e vinte quilômetros, muito **irá melhorar os meios de comunicação para esta Vila [...]. Pelo mesmo meio de transporte facilmente se irá atingir a capital deste Estado, tomando-se a Estrada de Ferro São Luís a Teresina.** Também muito se facilitaria o transporte a Santo Antonio de Balsas, se os demais municípios conseguissem o mesmo empreendimento. **Felizmente, este meu alvitre obteve franco apoio do governo que, justiça é dizer, tudo tem feito pelo engrandecimento do Maranhão.** Esses serviços há dias foram iniciados com várias turmas de **trabalhadores sob minha direta fiscalização** e conto em breve terminá-los em todo trecho dentro do meu município, numa extensão de mais sessenta quilômetros [...]. **Estou organizando um sindicato da classe dos trabalhadores, pelas quais tudo desejo de fazer e das quais tenho recebido as mais inequívocas simpatia e amizade.** Quando de minha estadia na capital do Estado, consegui do capitão Martins de Almeida, interventor federal, **carteiras escolares para as escolas públicas desta vila e livros para as crianças pobres que frequentam as mesmas, o que muito veio a minorar a situação precária em que se encontrava a instrução da minha terra. Os vencimentos a quem tenho direito como prefeita doe-os ao**

⁹⁶ Vitória de uma prefeita do Maranhão. **Pacotilha**. São Luís. 14 nov. 1934, p. 6.

município. Uma parte deles reservei para auxiliar a escola proletária, em via de criação, ficando o restante em depósito para a construção de um modesto prédio escolar de acordo com os requisitos da higiene moderna. Além de muitos melhoramentos indispensáveis, de que tanto carece minha terra os **quais muito desejo levar a efeito se em direção me conservarem os poderes públicos e a confiança dos meus conterrâneos**, cogito de conseguir um auxílio para a construção de um campo de aviação aqui, onde há terrenos por mais adaptáveis, a fim de que nossos sertanejos possam gozar dos grandes benefícios que tem trazido a todos as comunicações aéreas [grifos nossos].⁹⁷

Imagem similar foi também registrada em entrevista concedida ao *Tribuna*⁹⁸ e um breve relato de sua experiência aproximadamente um ano depois de assumir gestão do município de São João dos Patos:

- A senhora poderia nos dar um resumo dos trabalhos realizados?
- **Como todo o prazer. Construí a estrada de rodagem de S. João dos Patos e Barão de Grajaú, em cooperação com o prefeito deste último município. [...]**
- E em matéria de construções?
- **Apenas conservei os próprios municipais. Reconstruí o Cemitério, sem ônus para os cofres públicos. A população de S. João dos Patos, atendendo ao meu apelo, ajudou a dita reconstrução, prestando serviço gratuito aos domingos.**
- Excelente processo - interrompemos. [...]
- **Isso demonstra que o povo aplaude e apoia as boas iniciativas.**
- E quais os seus projetos de futuro para este ano?
- **Reconstruir o mercado público. Não percebo um vintém dos vencimentos que tenho direito. Faço deles doação ao meu município. Destinei-os a doação, a construção de um prédio escolar.**
- De modo que a instrução pública lhe merece especial carinho?
- **Perfeitamente. Subvencionei uma escola proletária noturna. O orçamento deste ano consigna boa parte das rendas para o ensino popular. Funcionam em S. João dos Patos 4 escolas estaduais, sendo 2 na Vila e 2 no município. O município vai criar escolas isoladas e para isso conto com a boa vontade do exmo. Sr. Interventor Federal.**
- **Em média 19 contos, em 1934 subiu 22 contos, a exportação consiste em algodão e coco babaçu. A via de escoamento dos produtos é o Parnaíba. A praça de S. Luis não dá as vantagens do mercado transparnaibano.**
- Assim, a senhorita tendo conseguido aumentar as rendas o que pretende fazer para conservá-las?
- **Conservá-las, só? O nosso dever é aumentá-las. Para conseguir esse *desideratum* impõe-se a política rodoviária. Pretendo reconstruir a estrada de rodagem de Patos a Pastos Bons. Desejo também construir uma de S. João dos Patos a Passagem Franca, com a extensão de 48 kilometros, de grande utilidade para os dois municípios. A verdade é que há uma única rodovia merece Dora esse nome. É da iniciativa particular minha e de meu irmão Eurico da Rocha Santos. Vai de S. João dos Patos ao porto de embarque.**
- Já havíamos tomado parte do precioso tempo da esfoçada prefeita de S. João dos Patos. As informações colhidas nos habilitavam a formar excelente impressão geral sobre a profícua e inteligente administração de d. Joanna da Rocha Santos, perfeita conhecedora dos problemas maranhenses. [Grifos nossos]

⁹⁷A senhorita prefeita. **A Noite**. Rio de Janeiro, 8 jun. 1934, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=A%20senhorita%20prefeita. Acesso em: 08 out. 2018.

⁹⁸ Uma palestra com a prefeita de Patos. **Tribuna**. São Luís, 2 fev. 1935, p. 1-2

Entendemos que as percepções de Joana, referentes à gestão do município patoense nos anos em que atuou como prefeita⁹⁹ estiveram em conformidade com os preceitos da cultura política instituída nos anos varguistas. Essa maneira de governar identificada em algumas das ações da prefeita Joana encontrou sustento dessa cultura política em suas diversas facetas, nas quais os prefeitos foram peças de uma engrenagem política que cultuava os princípios de um Estado forte, com práticas centralizadoras e autoritárias, em ordenar e disciplinar as massas populares sob a liderança de uma chefia carismática.

Assim, essa cultura política abrigou uma pluralidade de imagens dos variados projetos de criação da nação brasileira. Destacam-se aquelas atreladas aos ideais do “novo”, “do moderno”, e da “revolução”, em consonância com um discurso que retratou essas temporalidades políticas como um processo histórico de rupturas com um tempo antecessor: a “Primeira e Velha República”.

Ao examinar as produções historiográficas correspondentes ao período em questão, a historiadora Vavy Pacheco Borges para as interpretações de uma escrita histórica embasada na ideia de um período da história política brasileira atravessada por variações entre os ideais de continuidade e transição. Conforme análise de Borges (1998, p. 170).

[...] essa história política brasileira tem sido marcada por duas interpretações [...] A primeira, destaca a ruptura, o que constituía a intenção bastante bem-sucedida daqueles do poder, que acabou por constituir uma “história oficial” [...] A ideia oposta – a negação da ruptura ou visão de continuidade – interpreta o movimento de outubro de 1930 como a simples troca de homens no poder; na época, essa ideia estava presente tanto naqueles que desejavam uma grande transformação no momento [...] quanto naqueles que a isso se opunham [...]. É essa interpretação que se faz presente posteriormente entre aqueles para quem as mudanças concretizadas não eram as desejadas.

Ao divulgar suas iniciativas na gestão municipal, Joana construiu uma percepção de si por intermédio da imagem de uma prefeita voltada para o desenvolvimento de sua região e guiada por um ideal de progresso concebido como princípio de superação do atraso e isolamento. Tais objetivos seriam alcançados por um programa de um governo organizado em torno de ações como: construção de estradas, das escolas, do cemitério, do mercado público, da instalação de luz elétrica, dentre as obras assinadas pela sua gestão¹⁰⁰.

A julgar por essa documentação, percebemos que relações entre a gestão municipal de Joana e a Interventoria no Maranhão foram representadas como “harmoniosa”, pelo suposto

⁹⁹ Identificamos nas fontes consultadas os seguintes períodos da gestão municipal de São João dos Patos, tendo Dona Noca como prefeita: 1934-1937; 1938-1945; 1946-1950 e 1955-1961, quando eleita por voto direto.

¹⁰⁰ESTADO DO MARANHÃO. **Exposição ao Povo Maranhense pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão, em 15 de agosto de 1938.** São Luís: Imprensa Oficial, 1938. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em 25 jan. 2019.

apoio e atendimento as solicitações formuladas pela prefeita “de Patos”. Muitas dessas ações foram contempladas num dos relatórios apresentados ao Presidente Getúlio Vargas em 1939, pelo então interventor Paulo Ramos, ao descrever as atividades consideradas de maior relevância desde que assumiu a gestão executiva do Estado do Maranhão. Paulo Ramos indicou algumas das ações destinadas ao município de São João dos Patos, dentre elas, as estradas carroçáveis, a necessidade de construção de um prédio para a prefeitura, a instrução pública, a construção de vias rodoviárias e a instalação de luz elétrica¹⁰¹.

A respeito da instalação de luz elétrica no município de São João dos Patos, esta foi autorizada por meio do Decreto-Lei nº. 109, de 29 de agosto de 1938, tendo em vista o propósito da administração em instalar esses serviços em todos os municípios do interior do Estado. Nas considerações relativas ao decreto, o interventor justificou a aprovação do crédito ao município, ao tecer algumas apreciações sobre a gestão da então prefeita de Patos:

Considerando ainda que o município de São João dos Patos, como salienta a sua operosa Prefeita, na exposição apresentada ao Governo, já está dotado, graças a atual administração, dos principais serviços públicos, de modo que, apesar de pequena a sua arrecadação, permitirá atender ao serviço de iluminação elétrica, desde que o faça parceladamente, não se exigindo a imediata entrada de capital inicial; Considerando mais que, dada a maneira por que a referida prefeita se tem conduzido na gestão dos negócios do município, através de realizações de reconhecida relevância para o desenvolvimento da região, em que avultam as ligações rodoviárias com os municípios vizinhos, tudo dentro dos princípios de economia que a estreiteza dos recursos do Estado reclamava, impõe-se amparar suas iniciativas progressistas, como estímulo, a incentivar iguais propósitos dos responsáveis pela direção de outros municípios¹⁰² [...]

No entanto, outras análises historiográficas enfocam estudos que entrelaçam o político e o cultural para a compreensão das experiências políticas vivenciadas no chamado *Varguismo* nas distintas experiências respectivas aos marcos cronológicos de 1930/1934, 1934/1937, 1937/1945 e 1950/1955. Ao superar enfoques estruturalistas e deterministas, por uma abordagem simbólica que apreenda questões como as ações dos sujeitos, liberdade de escolhas, as práticas políticas e culturais, comportamentos, aspirações e valores de uma cultura política representada como autoritária, centralizadora e de controle social.

Capelato (1998, p. 195) identifica uma representação política envolta num ambiente de forte repressão política, alicerçada no papel do Estado, das lideranças políticas e dos meios

¹⁰¹ _____ **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão.** São Luís: Imprensa Oficial, 1939, pp. 54-55. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150904161250.pdf. Acesso em 25 jan. 2019.

¹⁰² _____ **Coleção de Decretos-leis e Decretos de julho a dezembro de 1938.** Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141106112636.pdf. Decreto-Lei nº. 109, de 29 de agosto de 1938, p. 54. Acesso em 25 jan.2019.

de comunicação com vistas à construção de uma identidade unificadora, das políticas de integração nacional e dos imaginários políticos que legitimaram os dispositivos de dominação e sacralização do poder. Os traços dessa cultura política demonstram as facetas distintas de um regime que se representou como um organismo homogêneo e harmônico, todavia, abrigou interesses conflitantes, normas autoritárias e práticas políticas enraizadas numa tradição política oriunda da ideia que colocava sob a tutela política das elites as massas excluídas da participação política.

Figura 20: Imagem da prefeita de São João dos Patos
[194-?] década provável



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)

Os discursos da prefeita Joana da Rocha Santos, registradas nesses impressos, demonstraram as intenções em construir imagens de si, como chefe política em seu município, bem como do seu governo, tendo em vista os componentes da cultura política do Estado Novo, momento político coincidente com o período em que “Dona Noca” permaneceu por mais tempo como prefeita “de Patos”. Essa pretensa submissão à estrutura governativa ou o comprometimento com os valores do regime instituído por Vargas influenciaram as maneiras

de governar desses prefeitos que estiveram enquadrados na “engrenagem estadonovista”, representada por um controle de um Estado centralizador e autoritário e de sua burocracia administrativa.

Com vistas à compreensão dos passos de Joana nesses enredos políticos, a análise não se restringe às condições políticas que a emolduraram enquanto uma peça dessa engrenagem de poder. É necessário atentar para as leituras realizadas a respeito das maneiras de governar dispostas nos anos varguistas.

A imagem de uma prefeita em sintonia com essas ideias estadonovistas propõe outra interpretação sobre a efetividade dos imperativos dessa engenharia de governo do Estado Novo na gestão da prefeita Joana. Nesta perspectiva, visualizamos o que Bitencourt (2015, p. 143) denomina de “mimetismo político”, ou seja, os níveis de adaptação ao regime proposto pela esfera federal por partes dos prefeitos em assumir condutas, valores e práticas de gestão, não mais vistos como meros desdobramentos impositivos de uma modalidade de poder centralista e autoritário:

A engenharia governativa do Estado Novo, com toda a estrutura departamental de centralização montada que abrangia as diversas esferas de governo em uma engrenagem política técnico-burocrática, associada às relações miméticas na política administrativa, criava pequenos sócios do presidente, pois estes estavam em maior ou menor grau submetidos àquela máquina gerencial e/ou compartilhavam com os valores da nova ordem, formando uma espécie de base que dava suporte à pirâmide de controle público-administrativo armada.

Ao atentarmos para os registros dos periódicos *A Noite e Tribuna*, a impressão dos entrevistadores ilustra as peculiaridades da cultura política que conduziu Joana em suas experiências como prefeita do município de São João dos Patos, que a caracterizou como “profícua e inteligente”, cuja liderança e ações são legitimadas pelos munícipes, um “povo que aplaude e apoia suas boas iniciativas”.

Em suas declarações registradas nos periódicos, a prefeita Joana constrói a representação de uma líder/chefe pelas imagens de uma prefeita comprometida com os interesses do seu município, conhecedora dos problemas que afetavam a população e dos empecilhos às benesses do progresso do território sob seu comando. Mesmo reconhecendo o apoio das instâncias superiores para concretizar o poder enquanto chefia política do município patoense, a missão como protetora, empreendedora e líder, deve ser reconhecida pelas massas populares conduzidas por sua mão, num município concebido como um espaço ordenado, harmônico, onde habitam cidadãos patrióticos.

A visita do interventor Paulo Ramos ao município de São João dos Patos no ano de 1938 foi uma das ocasiões em que a prefeita Joana da Rocha Santos poderia demonstrar sua

adesão aos ideias do Estado Novo por meio das concretizações de uma gestão comprometida com o desenvolvimento econômico e com o progresso social. A presença do interventor nesse município foi parte de um itinerário pelo sertão maranhense, marcado por homenagens, inaugurações, festas e discursos que exaltavam as figuras do presidente Getúlio Vargas e do estadista Paulo Ramos:

Patos, 29 – Às 19 horas, foi inaugurado o retrato do Sr. Interventor no edifício da Prefeitura, tendo sido assistido por grande multidão. Em nome da Prefeitura falou o Dr. Souza Bispo fundamentando os motivos da justa homenagem prestada ao chefe do Estado. Dissertou inteligentemente em torno da viagem do Dr. Paulo Ramos, reportando-se a sua política administrativa orientada no sentido de atender as justas aspirações do povo sertanejo. Agradecendo as homenagens que lhe foram prestadas, o sr. Interventor em brilhante discurso assinalou que o afeto e a consideração do povo de Patos revelam seu apreço e solidariedade com os atos do seu Governo em servir a Pátria e o Maranhão, sem desfalecimentos nem medir sacrifícios. Sua exc. enalteceu a administração operosa e honesta da digna prefeita Joana da Rocha Santos, cujo trabalho bem orientado promove a felicidade de Patos. O dr. Paulo Ramos na sua peroração, disse que se sentia orgulhoso em ver o seu retrato ao lado da efígie do grande presidente Getulio Vargas, figura que salvou o Brasil das garras dos politiqueros sem alma [...] Disse mais que fazia votos que aquela solenidade fosse para São João dos Patos um permanente apelo aos seus filhos em favor da paz e da união que devem reinar para que todos trabalhem com entusiasmos e dedicação ao lado da digna prefeita d. Joana da Rocha Santos, fazendo assim a grandeza do nosso Estado. [...] Referindo-se ao título de “Interventor do Sertão”, que lhe fora conferido pelo povo de Patos, o dr. Paulo Ramos em vibrantes palavras que o seu Governo assenta suas bases na elevação do caráter e no patriotismo dos sertanejos. Finalizou o sr. Interventor sua brilhante oração levantando um brinde a destemerosa prefeita de Patos a quem chamou de brilhante ornamento da administração [...] ¹⁰³

Além de oportunizar uma publicidade desse regime político, a maneira como foi representada a visita do interventor Paulo Ramos a São João dos Patos oferecem reflexões sobre as percepções da cultura política instituída nesse período que puderam ser identificadas na gestão da prefeita Joana da Rocha Santos. As menções aos elogios tecidos pelo interventor a prefeita de Patos sinalizam a filiação de Joana da Rocha Santos aos ditames da cultura política do Estado Novo e como esses foram vivenciados nos períodos em que esteve a frente da gestão municipal.

Percebemos que as ações de Joana da Rocha Santos no governo municipal foram permeadas pelos ideais de desenvolvimento e progresso difundidos nessa época, expresso como um “elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos diferentes campos” (FONSECA, 2012, p. 23). Nas ações da prefeita “Noca”, o desenvolvimento idealizado tornou-se sinônimo de progresso, que aponta para uma ideia de marcha para o futuro, de uma etapa elevada, cujo fim é a superação da condição de atraso

¹⁰³ A excursão do sr. Interventor pelo sertão maranhense. **Pacotilha**, São Luís, 2 dez. 1938. pp. 1 e 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_02&pasta=ano%20193&pesq=Dr.%20Souza%20Bispo. Acesso em: 09 jul. 2018.

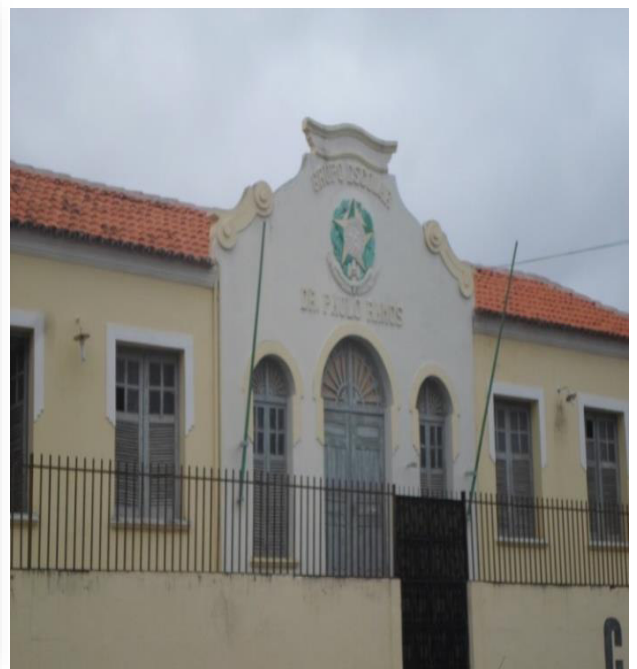
vivenciado na região sertaneja, simbolizado pela ausência de ações dos poderes públicos constituídos

Concretizadas as obras empreendidas pela prefeita de São João dos Patos, restavam agora as festividades de inauguração, oportunidade em que a prefeita apresentava o seu município às autoridades presentes como um lugar feliz, com um povo agradecido e conduzido por sua líder. Indicamos a inauguração do Grupo Escolar Paulo Ramos, em 1947, obra apontada como um dos alicerces da gestão da prefeita, considerado o “maior e mais aparelhado Grupo Escolar da região”, cujo nome foi uma homenagem ao interventor Paulo Martins de Sousa Ramos, que concedeu a maior parte dos recursos para a concretização da obra. Um grupo escolar representou um modelo de ensino elementar racionalizado, padronizado e adequado à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Com o objetivo de atender um grande número de crianças, os grupos escolares foram implantados seguindo as coordenadas de um projeto defendido por políticos, intelectuais e educadores desejosos em modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos (SOUZA, 2006, p.35 *Apud* SILVA, 2014, p. 52).

Figura 21: Imagens do “Grupo Escolar Paulo Ramos” (por volta dos anos de 1940), e nos dias atuais, o “Centro de Ensino Paulo Ramos”.



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)



Fonte: Do Autor (2018)

Em ofício expedido pelo Departamento das Municipalidades¹⁰⁴ no ano de 1943, consta a solicitação da prefeita Joana da Rocha Santos dirigida ao Interventor, no sentido de que o governante indicasse um representante do governo para assinatura da escritura de doação de um terreno para a edificação de um grupo escolar no município de São João dos Patos. Dois anos depois, a prefeita de Patos comunicou ao governo, por intermédio do referido Departamento, a necessidade de concessão de mais Cr\$ 50.000.00 para a conclusão do grupo escolar¹⁰⁵. Tal solicitação foi autorizada por meio do Decreto-Lei nº 788, de 22 de setembro de 1943, que dispôs um crédito especial para custear as despesas com a ampliação do prédio do mencionado grupo escolar¹⁰⁶.

Figura 22: Festa cívica sertaneja nas comemorações do dia 7 de setembro, pelos alunos de São João dos Patos, [194-] década provável



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal).

Em entrevista ao *Diário de São Luiz*, a prefeita relatou o interesse pelas questões educacionais do município, dentre elas a criação de escolas, “vendo em cada criancinha patoense uma esperança de minha Pátria”¹⁰⁷:

¹⁰⁴Departamento das Municipalidades era um dos setores criados no período Vargas, parte da “centralização da gestão pública no âmbito nacional por uma planificação de ações na esfera estadual e municipal em todo o território brasileiro” (BITENCOURT, 2002, p. 141).

¹⁰⁵ESTADO DO MARANHÃO. **Secretaria do Interior, Justiça e Segurança**: Diversos Municípios (1940-1961). São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 2018.

¹⁰⁶ MARANHÃO. **Coleção de Decretos-Leis e Decretos de Janeiro a Dezembro de 1943**. DEIP, Maranhão, 1944 p. 89. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgcbpbl/acervo_digital/arq_ad/20150723150411.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

¹⁰⁷ Uma mulher de ação a frente dos destinos de um grande município. **Diário de São Luiz**, São Luís, 12 out. 1948, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093874&pasta=ano%20194&pesq=Uma%20mulher>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Como em todas as administrações, o problema da educação é encarado no meu município como alicerce do meu governo. Para ele venho olhando com interesse devido, vendo em cada criança patoense uma esperança de minha Pátria. O número de escolas em S. João dos Patos foi grandemente aumentado, e, força convir para isso tem contado com o apoio do Governador Sebastião Acher da Silva que ainda agora me prometeu um mobiliário para algumas delas. As escolas do meu município são tipo *Decroly*¹⁰⁸, e tenho alcançado os melhores resultados em benefício da juventude escolar.

Além do Grupo Escolar Paulo Ramos, constam nas memórias sobre a gestão de Dona Noca: a construção da Escola Rural Presidente Vargas, criada em 1958; a ‘Caixa do Pobre’, que consistiu numa escola profissionalizante de marcenaria, corte, costura, bordados e outros; e a ‘Escolhinha pé no chão’, onde as crianças estudavam vestindo-se da maneira como podiam, sem a obrigatoriedade de um uniforme escolar¹⁰⁹. A “Escolinha pés no chão” ou “pés descalços” representou um modelo de escola destinada às crianças extremamente pobres que poderiam frequentar as aulas com qualquer roupa e até descalças, sendo fornecidos os recursos didáticos e utensílios necessários para o funcionamento, como livros didáticos e materiais dos alunos. Criada pelo Decreto-lei n.º 27, de 21 de janeiro de 1938¹¹⁰, esse modelo de ensino era destinado preferencialmente aos alunos que não possuíam as vestimentas e calçados adequados para frequentar as aulas, exigências essas que antes dificultavam o acesso dos pobres ao ensino público primário.

No Maranhão, foi apontado como principal idealizador José do Nascimento Moraes¹¹¹ e sua defesa em prol de uma escolarização para os pobres. Na apreciação de Cruz (2018, p. 18-19), o título de “inspirador da escola dos pés descalços” a Nascimento Moraes deve-se a um trecho de uma matéria publicado no jornal, onde Moraes afirmou seu desejo em criar escolas “para as crianças descalças, essas que sentem-se humilhadas em presença das

¹⁰⁸ Concepção de ensino proposta por Ovide Decroly (1871-1932), que defendeu uma aprendizagem centrada no aluno por meio da “globalização de conhecimentos”, ou seja, o aluno deveria ter visão do todo para depois entender suas partes, onde um conhecimento evoca outro e assim sucessivamente. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20%20ARTIGOS/EDUCACAO%20PARA%20TODOS%20ATRAVES%20DOS%20METODOS%20ATIVOS.PDF>. Acesso em 10 mar.2019.

¹⁰⁹ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA PAULO VI, 2003, p. 10-11.

¹¹⁰ ESTADO DO MARANHÃO. **Coleção de decretos-leis e decretos**: Janeiro a junho de 1938. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939, pp.26-27. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141106113057.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

¹¹¹ **José do Nascimento Moraes** nasceu em São Luis no dia 19 de março de 1882, filho de um pai liberto e de uma mãe escravizada. Foi professor e jornalista que colaborou com os principais jornais maranhenses, exercendo os cargos de diretor e redator-chefe. Na prática do jornalismo, denunciou a precariedade da instrução pública e propagou suas ideias pedagógicas pautadas na defesa por uma educação popular. Atuou como professor da Escola Normal e do Liceu Maranhense e foi um grande divulgador da Escola Nova. Em 1941, Nascimento Moraes foi chefe da Divisão de Imprensa e Propaganda do Departamento de Imprensa no governo do interventor federal Paulo Ramos (CRUZ, 2018, pp.3-4).

crianças calçadas e bem vestidas”¹¹². A autora acrescenta que, segundo a perspectiva de Nascimento Moraes, a escola dos pés descalços deveria favorecer a criança pobre, que passava seu tempo correndo nas ruas e mexendo com as pessoas.

A gestão da prefeita sertaneja voltou-se para a situação do pequeno lavrador, ao idealizar um plano de construção de 50 casas para lavradores do município, a criação da Caixa de amparo à criança patoense e um posto de Puericultura¹¹³, iniciativas “aplaudida pelo Diretor do Fomento Agrícola e Animal”, como atestou Dona Noca em entrevista ao *Diário de São Luiz*¹¹⁴:

Abrindo sobre a mesa da varanda onde nos encontrávamos uma planta do levantamento de terra, afirmou a nossa entrevistada:

- Estou encarando, no momento, um problema que julgo de importância capital para a minha administração. É o amparo ao pequeno lavrador. Como é sabido, esses humildes, mas heróicos conterrâneos vivem uma vida de provações diárias. Esquecidos de tudo e de todos, sem ao menos um pedacinho de terra que lhes pudesse facilitar o sustento da família. Resolvi então encarar de frente o problema, sem veleidade, já solucioná-lo de pronto. [...] Durante minha estada em São Luís tive a oportunidade de conversar com o dr. José Ribeiro de Carvalho, diretor do Fomento Agrícola e Animal a quem expus o plano e dele recebi os melhores aplausos e todo apoio. Já preparei um campo que mede cerca de 60 hectares, onde serão acolhidos, inicialmente, 50 lavradores que terão casas, tipo popular, uma escola rural, uma casa de Amparo a criança patoense e um posto de Puericultura.

Com enxadas e picaretas, as frentes de trabalhos recrutadas e supervisionadas pela prefeita foram construindo as estradas, outra obra que fez notório o nome de “Noca Santos”. Por intermédio dessas estradas, a prefeita sertaneja pretendeu interligar a denominada “região do agreste” - constituída pelos municípios de São João dos Patos, Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú, Paraibano e Buriti Bravo - com Caxias, São Luís e outras regiões do país. Na visão de Joana, essas estradas representavam o fim do isolamento em que se encontrava a região sertaneja onde estava inserido o município sob o seu governo. De São João dos Patos, como acreditou Dona Noca, partiriam os traçados que irradiariam com as luzes do progresso aqueles sertões, por estradas rumo a um futuro de desenvolvimento.

¹¹² A autora faz referência ao seguinte artigo: SUSSUARANA. **Prosa incondicional**. Imparcial, São Luís, 29 dez. 1937, p. 1 (CRUZ, 2018, p.19).

¹¹³ Conjunto dos meios próprios para assegurar o nascimento e o desenvolvimento de crianças sadias. Ver: <https://www.dicio.com.br/puericultura/>. Acesso em: 12 nov.2018.

¹¹⁴ *Idem*, **Diário de São Luiz**, ..., 1948, p. 8.

Figura 23: Na foto, trecho da estrada construído entre São João dos Patos e Barão de Grajau (s/data).



Fonte: HELUY (Arquivo Pessoal)

Joana da Rocha Santos participou do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado na cidade de Petrópolis, nos dias 2 a 9 de abril de 1950. Organizado pela Associação Brasileira dos Municípios¹¹⁵, em cooperação com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹⁶, o congresso reuniu prefeitos dos diversos municípios brasileiros com o intuito de debater as seguintes questões: política nacional municipalista, autonomia assegurada aos Municípios pela Constituição de 1946, distribuição de encargos e deveres entre as diferentes órbitas administrativas do País, modificação do regime de assistência e previdência social brasileira, aplicação das rendas das autarquias no Interior, imediata transferência, aos Municípios, por parte dos Estados, do imposto territorial rural, a elaboração

¹¹⁵ Associação Brasileira dos Municípios foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em 15 de março de 1946, como uma sociedade civil, de âmbito nacional, num regime de íntima cooperação com as municipalidades, instituições congêneres e afins, bem como Entidades, Estaduais, Federais e Internacionais. Atualmente, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-municipios-abm>. Acesso em 15 fev. 2019.

¹¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1938, ao integrar o Conselho Nacional de Estatística (1936) e o recém-criado Conselho Nacional de Geografia. Seu objetivo era coordenar nacionalmente todas as atividades estatísticas das diversas esferas administrativas e dispor de informações confiáveis e conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico, uma das demandas centrais para o projeto modernizador do governo que Getúlio Vargas instalou no país após a Revolução de 1930. Em seus primeiros tempos, o IBGE funcionou como autarquia subordinada à Presidência da República, o que demonstra a importância que se atribuía à geografia e à estatística como braços da ação governamental. Somente em 1967 o IBGE transformou-se em fundação. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/IBGE>. Acesso em: 15 mar. 2019.

de um Código Tributário Nacional com a as normas gerais acerca da consolidação das reivindicações municipais¹¹⁷.

Figura 24: Num periódico local, foi anunciada a participação de Joana da Rocha Santos no I Congresso Brasileiro dos Municípios (1950).



Fonte: *O Combate* (1950) /Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹¹⁸

No referido evento, Joana da Rocha Santos compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos como 2ª Suplente de Secretário e foi membro da 2ª Comissão Técnica, responsável pela elaboração de trabalhos referentes a temática “Serviços públicos de competência municipal”. Apresentou a tese “O Município e os Serviços Estaduais”, onde defendeu que a reforma municipalista instituída pela Constituição de 1946 possibilitaria aos municípios a prestação dos serviços e atividades que são de interesse imediato das gestões locais e a garantia da utilização integral das rendas indispensáveis à prestação eficiente de tais serviços, por serem genuinamente municipais. Ao final, propôs aos congressistas a aprovação dos seguintes princípios¹¹⁹:

¹¹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Revista Brasileira dos Municípios*. Rio de Janeiro. Abril-Junho de 1950, p. 265-266. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/180/rbm_1950_v3_n10_abr_jun.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

¹¹⁸ Congresso dos Municípios. *O Combate*. São Luís, 11 abr. 1950, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763705&pesq=Joana%20da%20Rocha%20Santos&pasta=ano%20195>. Acesso em: 10 set. 2018.

¹¹⁹ *Idem*. *O Município e os Serviços Estaduais* (1950. pp. 385-388).

[...] a) que se dê cumprimento integral em todos os Estados e o mais breve possível, como meio de transferência de serviços do Estado para os Municípios, ao Artigo 20 da Constituição Federal; b) que, logo após o início do cumprimento integral do referido dispositivo constitucional, se proceda à transferência aos Municípios dos serviços de educação primária e, na medida do possível, também dos de assistência social; c) que, enquanto estiver em vigor a atual discriminação de rendas, se tome como base, para efeito da transferência de serviços estaduais aos Municípios, o resultado do cumprimento integral do Artigo 20 da Carta Magna; d) que se evitem ou mesmo denunciem quaisquer acordos ou convênios que tenham por finalidade desviar receitas municipais para os Estados, a fim de que estes, com base em tais recursos, se encarreguem, com exclusão dos Municípios, da prestação de serviços públicos municipais, tais como os de educação primária e de assistência médica de primeiro grau.

Em outra participação no Congresso Brasileiro dos Municípios, realizado em 1957 na cidade do Rio de Janeiro, Joana da Rocha Santos foi a protagonista da reportagem jornalística produzida pelo *Jornal do Brasil*¹²⁰. A nota desse periódico comunicou a respeito de um “estilo próprio de administrar” subscrito pela prefeita em conduzir a gestão municipal:

Dona Noca disse ontem ao *Jornal do Brasil* que veio ao Rio trazer alguns problemas para o Governo Federal resolver, ‘pois o que pode ser resolvido lá na terra, ela mesma resolve’. Poucos sabem que o verdadeiro nome de Dona Noca é Joana da Rocha Santos. O que se sabe é que ela inaugurou o que chama ‘estilo próprio’ de administrar. A julgar pelos resultados das urnas, em São João dos Patos, todos apoiam sua administração: todos votam com ela. Em 1934, o interventor Martins de Almeida nomeou Dona Noca prefeita. Os interventores seguintes (não foram poucos) mantiveram a nomeação e ela ficou no cargo até 1945, quando se afastou por seis meses, para disputar as eleições. – Mas não tive concorrentes – diz, e todos votaram em mim. Terminou o mandato em 1950. No último pleito municipal, candidatou-se. Também desta vez, não teve concorrência. Seu exemplo começou a fazer escola. No Município vizinho (Nova York) sua amiga Maria de Jesus Neiva concorreu às eleições, foi eleita e está enfrentando os problemas ‘à moda de Dona Noca’. Trabalho desde que amanhece o dia até tarde da noite [...] na sede do Município ou viajando pelos distritos. No início viajava de cavalo ou mesmo, a pé. Agora tenho um carro. Enquanto for preciso ficar acordada, não durmo. Quando comecei, não havia dinheiro. Então eu não gastava um tostão. Desisti dos vencimentos para empregar o dinheiro em abrir estradas ou fazer outra coisa para o Município. [...] A prefeita de São João dos Patos não gosta de gabinete. – Despacho meu expediente onde eu estiver. No armazém, em casa, na rua, em qualquer lugar. Não tenho sala de espera e não gosto que ninguém me espere. Quem quer falar comigo que chega e vai falando – diz ela em seu modo de falar sertanejo. [...] O que eu podia fazer venho fazendo – prossegue – com o apoio de todos. Abri estradas, construí escolas, instalei iluminação elétrica. Quero, agora, do Governo um hospital e um ginásio. [...] Dona Noca não quis falar sobre política. Não quer tratar do assunto enquanto não resolver os problemas administrativos que trouxe na bagagem. Acha que o assunto é explosivo. – Não se deve acordar o diabo que está dormindo – comenta.

A princípio, o periódico utilizou a referência “Dona Noca” - o cognome utilizado no ambiente particular - como a forma de apresentar, publicamente, a prefeita São João dos Patos, Joana da Rocha Santos. No tocante ao “estilo próprio” de administrar de Dona Noca,

¹²⁰ Inaugurou “estilo próprio” de administrar a Prefeita de S. João Dos Patos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957, p. 11. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?Bib=030015_07&PagFis=73421&Pesq=Joana%20da%20Rocha%20Santos. Acesso em: 15 fev. 2019.

consoante os discursos veiculados pelo *Jornal do Brasil*, a imagem de Joana da Rocha Santos ganhou os contornos da representação de uma prefeita cujas práticas são pautadas nas ações de iniciativa, liderança, de um governo fundamentado no apoio popular e na aprovação unânime, onde se demonstra a linha tênue entre as esferas pública e privada do poder municipal daquele tempo.

Como uma personagem da cena política de sua época, cuja atuação desempenhou na órbita do poder municipal, a presença de Joana da Rocha Santos nas edições do Congresso Brasileiro dos Municípios assinala um momento histórico no que diz respeito aos debates sobre o processo de conquista da autonomia dos municípios frente às estratégias do poder central em dilatar um modelo de organização intervencionista em todos os municípios do País. De acordo com Melo (2008, pp.53-54)¹²¹, o municipalismo emerge como uma construção intelectual respaldada pelo paradoxo entre tradição autoritária e modernizadora com o ideário de autonomia municipalista, ao conceber o município como matriz básica da sociedade política, orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central, instância que aproxima e reúne esses dois pólos e que permitiria a instauração da esfera pública sobre a ordem privada.

Camargo (2008, p.38)¹²² descreve esse contexto como o da criação de um projeto de Estado fundado na centralização, autoritarismo e das políticas integracionistas. Iniciado na Era Vargas e efetivado pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), instituições dirigidas por uma elite burocrática que visou à estratégia de modernização do Brasil por meio da instauração de políticas nacionais que promovessem a redefinição da relação entre estados e o centro.

Entretanto, ressalta-se a contradição entre o autoritarismo presente na cultura política instituída na Era Vargas com o ideário do municipalismo e a defesa pela descentralização e do regime democrático, questões essas suscitadas a partir da redemocratização de 1946, com a fundação da Associação Brasileira dos Municípios e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, bem como os desdobramentos da realização dos Congressos Brasileiros de Municípios¹²³. Imbricar autonomia municipal com as práticas

¹²¹ MELO, M. A. B. C. de. Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil. In: **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios**: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹²² CAMARGO, A. de P. R. Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas. In: **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios**: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹²³ Instituto Brasileiro de Administração Municipal foi criado em 01 de outubro de 1952 por ocasião do II Congresso Nacional de Municípios. De acordo com os seus estatutos, o IBAM se propunha a estudar a organização administrativa e o funcionamento dos serviços municipais e urbanos, tendo em vista seu constante

centralizadoras e autoritárias de governo resulta das tentativas do Estado em acomodar os conflitos políticos junto às oligarquias regionais, na interiorização do território e implantação de programas de âmbito nacional (CAMARGO, 2008, pp.46-47).

Quando exercia o último mandato como prefeita de São João dos Patos, em 1960, Joana da Rocha Santos foi convidada pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) para a solenidade de entrega dos tratores aos municípios brasileiros, em cerimônia realizada na recém inaugurada capital federal, Brasília. Estradas, desenvolvimento e progresso foram algumas das referências que permearam o discurso de agradecimento ao presidente da república, que foi registrado no Diário do Congresso Nacional por conta da solicitação do deputado federal Miguel Bahury¹²⁴:

Do agreste sertão maranhense trazemos uma mensagem de confiança, de entusiasmo e de agradecimento. [...] Sr. Presidente, a chave que acabeis de oferecer aos municípios que tiveram a honra de serem agraciados com um trator, será a chave que ajudará a abrir as estradas e estas nada mais são que canais por onde corre o progresso de um país. E assim é que São João dos Patos, cidade que sabe aproveitar as dádivas que lhe são oferecidas, em nome de sua Prefeita, que com 22 anos de administração, deixa em cada um de seus passos, na cidade ou nas matas daquele agreste município, um trabalho que é um sinal magnífico de sua magnífica capacidade administrativa, quero expressar nossos agradecimentos. Agradecimento e confiança porque somos confiantes de que V. Exa. nos meses que ainda vos faltam, fará sempre de seu governo, um governo de desenvolvimento. [...] E quantas dificuldades não enfrentou e vem enfrentando a Prefeita Joana da Rocha Santos. Abrir estradas com dificuldades é apenas a expressão do quanto desejamos máquinas para esse fim. Com picaretas primárias, sem nada que lhe servisse, senão as insignificantes verbas que as vezes recebia, ela conseguiu mais do que qualquer um outro município da região, que São João dos Patos fosse possuidor de meios de comunicação dentro e fora de seus limites. Porque Ela também penetrou nos municípios circunvizinhos, para que não ficasse presa apenas em seu município. [...] Entretanto fez, porque seu lema é construir. E lá um pouco além do vale do Parnaíba, São João dos Patos cresce impulsionado pela ânsia do trabalho que tão bem caracteriza seus filhos. [...] Que todos esses tratores que em pouco estarão espalhando o progresso, por vários e diferentes rincões desse País sejam a voz de alerta, o grito de entusiasmo, o brado do trabalho agrícola que repousa a verdadeira fonte de desenvolvimento de um povo[...].¹²⁵

aperfeiçoamento. Para tanto deveria realizar pesquisas e promover a divulgação de idéias práticas capazes de contribuir para o desenvolvimento da administração municipal e dos serviços urbanos, prestando assistência técnica a prefeituras, câmaras municipais e outras entidades e facultando o intercâmbio de informações e experiências. Cabia-lhe ainda manter cursos de governo e administração municipal, desenvolver outras atividades visando à formação de profissionais nessa área e articular-se com instituições especializadas nacionais e estrangeiras. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-administracao-municipal-ibam>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹²⁴**Miguel Antônio Bahury** nasceu em São Luís no dia 26 de dezembro de 1912. Comerciante, industrial e jornalista. No pleito de outubro de 1958 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Integrou a Comissão de Segurança Nacional e a Comissão de Orçamento, participando ainda de diversas comissões parlamentares de inquérito e manifestando posição favorável ao regime parlamentarista. Em 1962, Miguel Bahury deixou o PSD para ingressar no Partido Social Progressista (PSP), em cuja legenda foi reeleito em outubro deputado federal pelo Maranhão. Em 3 de maio de 1963, faleceu num desastre aéreo ocorrido na capital de São Paulo. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-antonio-bahury>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹²⁵ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I. Brasília, 19 de julho de 1960, p.4889-4890. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JUL1960.pdf#page=15>. Acesso em: 15 fev. 2019.

O discurso proferido em nome da Prefeita Joana¹²⁶, ao agradecer uma benesse do presidente da República, destinada ao município de São João dos Patos, esclarece o contexto político e os significados das imagens criadas em torno desses empreendimentos como representativos de uma cidade construída nos alicerces das ideias de desenvolvimento e do progresso. Moreira (2008, p. 159) indica que esses arquétipos ideológicos especificam um projeto de governo idealizado mediante uma “linguagem de desenvolvimento” aliada a um perfil nacionalista, em defesa dos interesses da nação, na busca pela integração territorial e do crescimento econômico com vistas a superação do atraso do país.

Divulgada por diversos jornais, as representações a respeito da trajetória política de Joana da Rocha Santos, conhecida “Dona Noca”, criaram leituras de um período de progresso e desenvolvimento vivenciado pelo o município patoense, assim como em outros municípios circunvizinhos, como Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú. Rodeada pelas classes trabalhadoras, que “aplaudem suas boas iniciativas”, ao construir as imagens de um município organizado, cuja liderança da “operosa prefeita” é legitimada por um povo que cultiva o trabalho e a disciplina.

Das experiências, das atitudes, dos valores e das percepções acerca das práticas políticas identificadas nos discursos sobre a prefeita Joana da Rocha Santos, constata-se uma harmonia com os postulados de uma cultura política representada por ações de um Estado autoritário e centralizador, da personalização do poder que amparava a figura de um líder carismático. Atenta aos postulados que defendiam uma modelo de autoridade forte, suprema e de dimensão personalizada, sem a necessidade de uma intermediação entre o povo e o governante, ao gravar seu nome e fazê-lo conhecido pela atuação política, foi possível compreender as maneiras como Joana da Rocha Santos apreendeu essa cultura política, reconhecendo-se nessa missão como uma líder que conduziria o povo sob seu mando, rumo ao desenvolvimento e pelas trilhas do progresso.

¹²⁶ Segundo o pronunciamento do deputado Miguel Bahury, registrado no Diário do Congresso Nacional em 1960, uma jovem acompanhava a prefeita Joana da Rocha Santos nessa solenidade e proferiu o discurso que mereceu o registro no Diário do Congresso Nacional. A jovem era Helena Carvalho Barros - Helena Barros Heluy - advogada, professora, jornalista, ex-vereadora (1997 a 2000), ex-deputada estadual do Maranhão (2001-2002; 2003-2006) e procuradora pública aposentada. Nasceu em Barão de Grajaú em 7 de outubro de 1941. Tem longa história de participação em processos de mobilização política, organização popular e nas lutas pelos direitos humanos, encampadas pela Comissão Justiça e Paz, da Igreja Católica. Também tem longa história de participação em disputas eleitorais no estado, especialmente na cidade de São Luís, já tendo passado pelo PMDB e pelo PDT antes de sua filiação ao PT, em 1988. Ver: <http://www.al.ma.gov.br/helena/paginas/biografia.php>. Acesso em: 30 jan. 2019; BORGES, Arleth Santos. **Oligarquia, Crise Política eleições 2004 na cidade de São Luís**. <https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/sao%20luis1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Figura 25: Em sua residência, Joana da Rocha Santos recepcionou a equipe da Secretaria da Fazenda e dos Negócios do Estado. [196-] década aproximada.



Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)

Joana da Rocha Santos recordaria os tempos de suas “andanças”, como comerciante, empresária e prefeita, em conversa com a escritora Rachel de Queiroz no ano de 1950, relatada numa reportagem transcrita por um folhetim de circulação no Estado¹²⁷, ao propagar a liderança política de uma mulher exercida no distante sertão de São João dos Patos:

[...] pois foi dona Inês que me apresentou à maranhense dona Noca, – aliás d. Joana da Rocha Santos – que é prefeita municipal da cidade de São João dos Patos, no seu Estado desde o ano de 1934. O encontro se deu numa confeitaria [...] porque a verdade é que Dona Noca me fascinou como antes já havia fascinado a minha amiga pernambucana. É mulher que já deixou de ser jovem, que se veste e se porta como matrona discreta. [...] um belo dia, lá por 1934, foi reclamar junto ao governo contra certa situação impossível criada pelo potentado local, em São João dos Patos. O interventor ouviu-a, sindicou, descobriu que a moça tinha razão e fez uma coisa estranha, que surpreendeu a todos e, mormente a dona Noca: nomeou-a prefeita de São João dos Patos para que ele pusesse cobro aos abusos. Pois dona Noca consertou o errado. [...]. Tão forte é o seu prestígio que de 1934 pra cá podem mudar as situações políticas no país e do Estado, mas dona Noca não muda. Continua na chefia municipal inalteravelmente [...].

Além da nomeação como prefeita, do que se registrou a respeito das ações e práticas políticas de Joana da Rocha Santos constituíram os poucos rastros que deveríamos seguir nessa jornada, de uma trajetória de vida representada pelo protagonismo exercido por uma mulher no

¹²⁷Dona Noca. *O Combate*. *op. cit.*, 1950.

campo da política. Logo após sua saída da cena política, Joana da Rocha Santos, tão aclamada “prefeita Dona Noca”, veio a óbito no ano de 1970, em Floriano, município do estado do Piauí, em consequência do agravamento de seu estado de saúde, vitimada por um acidente vascular cerebral. Na singela biografia, registrou-se que o falecimento da prefeita sertaneja aconteceu num dia considerado simbólico, por ser a data de inauguração de outra obra que foi idealizada por Dona Noca, como uma via de progresso e desenvolvimento para aquele sertão: a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança¹²⁸.

Em seu epitáfio registra-se: *Exemplo de coragem. Primeira prefeita do Brasil. Sua saudosa memória está gravada nos entes queridos e em todos os que a conheceram. Sua história se perpetuará através das gerações brasileiras*¹²⁹. Joana – por vezes intitulada Dona Noca – cuja inscrição epitáfica representa um breve trajeto em trechos memorialísticos que monumentalizam uma vida. A trajetória de uma mulher ingressante na política, com impregnações de um possível pioneirismo, inscritos que tentam imortalizar uma existência, todavia nos oferecem indícios das trilhas percorridas, das margens de escolhas, das experiências e do que fora vivenciado.

¹²⁸FUNDAÇÃO ..., *op. cit.*, 2003, p.17.

¹²⁹*Idem.*

CAPÍTULO 3
DONA NOCA CASA, PRENDE, SOLTA E, QUANDO É PRECISO, COLOCA O 38
NA CINTURA:

Representações sobre Joana da Rocha Santos.

Figura 26: Representações de Dona Noca captadas em diversos enfoques.



Fonte: Jornal *Correio da Manhã* (1948)¹³⁰/Hemeroteca da Biblioteca Nacional; SANTOS (Acervo Pessoal); HELUY (Acervo Pessoal)

¹³⁰ Um prefeito de saías. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1948, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=prefeito%20de%20sa%C3%ADas. Acesso em: 12 set. 2018.

3.1 Em páginas dos jornais e entremeios das memórias: imagens sobre Joana da Rocha Santos.

Numa notícia de jornal. Na capa de uma revista. Nas lentes das câmeras fotográficas. Em meio às memórias, no transcorrer de um tempo. Por diversos prismas, foram impressas concepções sobre Joana da Rocha Santos. Desde a posse no cargo de prefeito, Joana da Rocha Santos foi captada por esses diversos olhares, esses que estiveram à procura das imagens sobre quem seria a “prefeita Dona Noca”. Essas impressões tracejaram os contornos das representações, construídas no intuito de decifrá-la em sua atuação na vida pública, quando ocupou um cargo político. Dessas diversas impressões, este capítulo tem a finalidade de tratá-las.

Muitas foram as interpretações produzidas sobre a “prefeita Dona Noca”. Importa aqui não somente expor sobre o que “se falou”, todavia, como Joana da Rocha Santos foi simbolizada nessas imagens, por intermédio das diversas significações criadas nos discursos dos jornais, das revistas e em narrativas que se ancoram em memórias, lugares esses que moldaram tais representações.

Focalizar essas representações sobre Joana da Rocha Santos possibilita a compreensão dessas imagens cujos sentidos dialogam com a sociedade em que viveu, das significações de suas vivências, dos seus sentimentos, dos comportamentos e em suas ações como um indivíduo de seu tempo. Entendemos esses discursos não como um objeto restrito as conceituações linguísticas, nem como uma abstração, uma invenção individual ou produção atrelada aos caracteres biopsicológicos, mas pelo viés das relações sociais através da enunciação e/ou enunciações, porquanto

[...] um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. [...]. As estruturas da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza social. A elaboração estilística da enunciação é de natureza sociológica e própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da língua, é social (BAKHTIN, 2002, p. 125).

Dito isso, um discurso é uma expressão do meio social e não de um indivíduo isolado, uma criação cuja materialidade é a linguagem, elemento constituinte da interação entre interlocutores e a construção dos sentidos, na relação entre o eu e o outro. Outra noção importante para a composição deste estudo é a ideia de indivíduo, não percebido como um ser abstrato, cujo comportamento resulta de fatores biológicos e fisiológicos ou de um psicologismo subjetivista e/ou objetivista.

Tais argumentações foram criticadas devido à ênfase apenas no primado biológico, ao refutar os traços de historicidade dos indivíduos explicada pelas condições de uma época e das relações histórico-sociais que os construíram enquanto pessoas. Para que se compreenda as relações entre indivíduo e a produção dos discursos, a concepção de texto insere-se no papel de mediação entre indivíduo e linguagem, pois através do texto o indivíduo exprime suas ideias, seus comportamentos, seus sentimentos e outras formas de subjetividades. Assim, os textos aqui analisados são definidos como manifestações dos discursos que só podem ser compreendidos no contexto do seu uso, cujas palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2002, p. 41).

No tocante aos estudos dessas impressões sobre Dona Noca, optamos pelo conceito de representação proposta pelo historiador Roger Chartier (1990, p. 177), com fins de adentrar:

[...] nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.

Compreender como Joana da Rocha Santos foi percebida em seu tempo permite adentrar nas diferentes apropriações desses discursos, ao criar imagens sobre a atuação feminina na política, num lugar definido pela época por uma predominante presença dos homens. Visamos interpretar essas diferentes leituras sobre Joana da Rocha Santos modeladas conforme as condições históricas que as produziram, ao fomentarem discursos que apreenderam as ações captadas nessa personagem.

Nas ponderações de Pesavento (1995, p. 15) o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação, pois, de forma simbólica, a sociedade constrói a representação do que denomina “real” por meio de um sistema de ideias-imagens que dão significados à realidade. Para a historiadora, imagens e discursos não são exatamente o “real”, mas uma representação do real, uma referência ao “outro ausente”, cuja decifração cabe aos historiadores atentos às relações de poder que envolvem os discursos, as práticas sociais inseridas na articulação entre texto e contexto histórico:

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações processo este que envolve uma dimensão simbólica.

Percepções sobre Dona Noca foram produzidas por jornais, revistas, memórias escritas e as que estão ancoradas em lembranças. Por seu intermédio, identificam-se os indícios das diversas práticas concebidas por representações que apontam o protagonismo da então prefeita de um município sertanejo do Maranhão, uma personagem do jogo político da época e interpretada em comportamentos, valores, motivações, atos e as vivências, leituras advindas dos diversos olhares que foram lançados sobre ela.

3.2 Escritas de uma vida grafadas em notícias: a “prefeita de Patos” nas páginas dos periódicos

Ao circular mais um dos números da revista “*Careta*”, mais precisamente, a edição de 28 de agosto de 1948, os seus leitores tiveram acesso ao relato de um episódio considerado um “big furo”! Outras quatro edições¹³¹ da revista carioca foram dedicadas a noticiar o desenrolar desse episódio que, de forma cômica e satírica, discorreu sobre o encontro solicitado pelo então senador Vitorino Freire, figura política do Maranhão, com umas das personagens desse semanário, chamada de “Xandoca”. Das motivações desse encontro, Vitorino Freire mostrava-se preocupado com as possíveis repercussões de mais umas das aspirações políticas de Xandoca, conforme registrado e publicado por “D. Getulina”, outra personagem da referida revista que escreveu sobre as tentativas empreendidas pelo senador Freire em tentar convencer Xandoca em postergar seu novo projeto político para o país¹³².

Xandoca e Getulina são algumas das personagens que atuam no universo cômico da *Careta*, cujos diálogos reportam-se às temáticas da vida cotidiana carioca. A criação dessas personagens correspondia aos interesses do editorial da revista em possibilitar esses diálogos com o público leitor, ao estabelecer um reconhecimento da realidade construída nas tramas representadas nas páginas da referida publicação.

No caso da personagem Xandoca, sua criação data em outubro de 1938, como esposa do chefe da “Família Tapioca”, uma representação estereotipada do modelo de “família tradicional”: “o ‘chefe de família’, o homem paradoxalmente apresentado com tamanho e postura inferior à da esposa, “D. Xandoca”, que, além de ocupar lugar de destaque na construção pictórica, é caracterizada pela obesidade e pela postura altiva, traços que reforçavam

¹³¹ Carta de D. Getulina. *Careta*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1948, p. 41-42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 03 nov. 2018.

¹³² Fazemos menção às edições de 18 de setembro, 9 e 23 de outubro e 20 de novembro do ano de 1948.

certa posição cômica de dominação/controlar; e os outros integrantes da família, a filha “Xiquinha” e seu noivo “Artaxérxes Bartatai”; além de “Bituca”, a criança ingênua que estabelece contato com o público leitor, pois acena, sorrindo; o papagaio e o cão “Futrica” (GARCIA, 2005, p. 167-169).

Os relatos endereçados ao “Senhor Redator” eram publicados na coluna denominada “Carta de D. Getulina”. Propriamente, Dona Getulina expôs na referida seção esse projeto idealizado por Xandoca, ao expressar o anseio por certas mudanças nas personagens da cena política da época, que tanto apavorou o senador Freire e os demais “homens da política brasileira”:

Rio Casquinha, 26-7-1948. Senhor Redator: Transpirando por todos os poros; “suando em bica”, na linguagem popular, é que me atrevo, finalmente, a lhe dirigir estas mal traçadas linhas, “sopradas” pela “infernai” Xandoca! [...] Pois o “big” ... “furo” é este: Xandoca resolveu lançar o grito “de guerra”: - “Uma mulher para Presidente!”. Sim. “Parou com os homens!” No entender dela, Xandoca, “os homens faliram!” [...] Uma mulher, pois, para futuro Presidente da República! Getulio e Dutra... saíram uns verdadeiros “canastrões” ... no palco do Catete [...] “Salte uma saia, faz favor!”. Esse, o grito de Xandoca! Nem Nereu, nem Getulio nem Ademar [...] E Xandoca lança o “slogan” “picante”: “Tentemos a mulher!” [...] Pois Dona Noca será a nossa candidata! “Mulheres, a postos! clamava Xandoca. [...] Antes recomendou-me: Gêgê, comece a trabalhar! Peça, por intermédio de “Careta”, o concurso das nossas líderes femininas, particularmente as que dispõem de uma coluna de jornal! Citou: Rachel de Queiroz, Alice Tibiriçá, Dinah Silveira de Queiroz, Sylvia Patrícia, Helena Silveira, Lasinha Luis Carlos de Caldas Brito, Lucia Miguel Pereira, etc. A todas: “Dona Noca fará, EM GRANDE, no Catete, o que já faz em São João dos Patos!” [...] E todas, pois, para a grande luta; uma Mulher, Jeanne D’Arc, salvou a França; no Brasil, entre outra, Anita Garibaldi, no sul, foi a heroína. Ao centro, a grande Barbara Heliodora! Ao norte, Maria Quitéria. E tantas outras! Pois salvemos o Brasil! “Dona Noca, no Catete”! Esse é o nosso grito!¹³³

Nos trechos da “carta”, d. Getulina justifica as motivações políticas de Xandoca em apoiar a candidatura de uma mulher à Presidência do Brasil. O “grito de Xandoca” foi desencadeado pela leitura de um telegrama publicado no jornal *Correio da Manhã*¹³⁴, o qual foi também transcrito por D. Getulina:

UM PREFEITO DE SAIAS

“Dona Noca” casa, prende, solta, e quando é preciso põe o “38” na cintura...

Fortaleza - (Asp) – Viajantes chegados do Maranhão narram com entusiasmo como vem sendo administrada a Prefeitura de São João dos Patos, naquele Estado. A comuna está entregue à direção da senhora Joana da Rocha Santos, pertencente a família tradicional local: “Noca”, como é mais conhecida a prefeita, se vem notabilizando como administradora. Recebendo a prefeitura com uma renda de 30 000 cruzeiros, elevou-a para cerca de 600 000 sem aumentar impostos. Realizou grandes obras públicas, principalmente construção de escolas, abertura de estradas, assistência social. Chama a atenção do viajante que chega a São João dos Patos a ausência de

¹³³ *Ibidem*, Careta, p. 42.

¹³⁴ Um prefeito de saias. *Correio da Manhã*, 25 jul. 1948, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=prefeito%20de%20sa%20C3%ADAs. Acesso em: 12 set. 2018.

mendigos e de vagabundos nas ruas. Todo mundo ali está em atividade. Quando falta trabalho, d. “Noca” monta a cavalo, coloca o 38 na cintura e vai para o mato com os trabalhadores cortar madeira, que depois é vendida ou empregada em obras públicas. Todos têm ocupação e ninguém passa fome. A cidade, por iniciativa da prefeita, possui a melhor luz elétrica da região: Quando o poste fica em frente à casa de um pobre que não pode pagar, dona “Noca” manda baixar a lâmpada, para que ilumine o interior da casa. Na cidade ninguém briga nem provoca questões. A prefeita é quem casa, prende e solta. Não é que isso signifique negação ao regime legal, mas a cadeia vive vazia e o foro não tem movimento. Todos conhecem a lei e as alterações são raríssimas. [...].

A revista *Careta* surgiu no ambiente das transformações da imprensa periódica brasileira de fins do século XIX e início do século XX, em consonância com os ditames da modernização do setor em proporcionar uma produção vasta de jornais e revistas, novas técnicas de produção, novos projetos gráficos e uma oferta que aliava noticiário, reportagens, publicidade e humor. Com a circulação do primeiro número em 1908, a revista tinha como principal objetivo oferecer propostas de leituras que unia humor, noticiários políticos, fotografias e caricaturas, ingredientes esses que confeririam os toques satíricos, críticos e instigantes às abordagens sobre os acontecimentos de seu tempo.

Com um editorial composto por sátiras, anedotas e piadas, a revista optou pelo humor como uma leitura crítica de mundo, dos acontecimentos sociais, das tramas políticas, bem como da cultura da época. Assim, as imagens produzidas pelos traços que compunham charges, caricaturas ou das narrativas com tons anedóticos apontavam para as representações, isto é, das diversas significações que possibilitam que uma determinada realidade social seja construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1998, p. 16-17).

A revista *Careta* direcionou seu conteúdo a um público considerado seletivo, segundo nos informa Machado Júnior (2006, p. 11), ou seja, aqueles que na época possuíam as devidas condições socioeconômicas de tornaram-se consumidores efetivos de revistas ilustradas. Dessa forma, o conteúdo desse semanário, em suas múltiplas variantes, deveria agregar os interesses desse público leitor, ao confluir os sentidos de uma postagem de comunicação aos proveitos decorrentes da sua comercialização e do seu consumo.

Concebido como um meio de compreender os códigos culturais e as percepções de passado, o uso do humor como representação deve atentar não para uma forma de enquadrar uma realidade de forma burlesca, mas pelos arranjos dos sentidos e das diferenciadas possibilidades de interpretações. Em consonância com Garcia (2005, p. 74):

A narrativa cômica revela, portanto, as tensões ou embates existentes na dinâmica social e também os fomenta, na medida em que profere um determinado posicionamento político por meio das imagens [...] como uma tessitura de significados, interpretando, além dos aspectos circunscritos aos elementos visuais, as mensagens que sugerem conexões de leitura com o público leitor.

Povoando o universo ficcional e cômico da *Careta*, as personagens Xandoca e d. Getulina debatiam a respeito das personagens e das tramas políticas de uma época. Debruçaram-se sobre um telegrama que noticiou a existência de uma prefeita nos distantes sertões maranhenses. Tais percepções possibilitam algumas discussões no tocante as representações construídas sobre Joana da Rocha Santos.

“Um prefeito de saias”. O título do telegrama divulgado pelo *Correio da Manhã* e reproduzido nas páginas da *Careta* sugere o enfoque adotado pelos periódicos ao noticiar a prefeita “Noca”. Tendo em vista essa qualificação, a análise indica uma representação “masculinizada”, como uma maneira de interpretar as ações de Dona Noca enquanto uma prefeita, num mundo da política ainda fortemente representado pela presença masculina.

Outra percepção sobre Dona Noca foi aquela construída na reportagem da *Revista do Globo*, no exemplar da edição de 10 de novembro de 1951, que foi cedido a esta pesquisa. Anunciada como uma “grande exclusividade neste número”, a crônica assinada pelo repórter Armando Cunha,¹³⁵ exibia a então “Coronela do sertão”¹³⁶:

O nome todo é D. Joana dos Santos Rocha. É irmã do deputado estadual Eurico dos Santos Rocha e cunhada do ex-senador Neiva Nogueira, atualmente deputado federal¹³⁷. Durante dezesseis anos ela ocupou o cargo de prefeito na terra, São João dos Patos; e foi a primeira mulher a dirigir os negócios municipais numa unidade brasileira. Mas nem por ter deixado a prefeitura D. Noca deixou de governar o município, onde até agora nada se faz sem sua ordem, autorização ou aprovação, tácitas ou expressas. Sua casa, um vasto e baixo casarão de muitas janelas, constitui praticamente o único edifício público da cidade. Ali encontramos à mesa, todos os dias, de quinze a vinte pessoas: formam uma espécie de corte a que D. Noca, alerta e severa, preside da cabeceira. O casarão é um tempo prefeitura, delegacia de polícia e tribunal onde são julgadas as grandes e pequenas causas dos munícipes e correligionários, e julgadas com agudo senso de justiça salomônica. É também uma casa de negócios, pois em d. Noca, uma coronela do sertão, a comerciante revela-se a primeira vista.

Lançada como um veículo de divulgação da literatura, da cultura, da política, da sociedade, do esporte, do cinema e da moda no Rio Grande do Sul, no Brasil e no Mundo, a *Revista do Globo* iniciou suas atividades em 05 de janeiro de 1929. O corpo dos seus redatores foi composto por um grupo de intelectuais e artistas de grande destaque da época, nomes como Érico Veríssimo, Mário Quintana e Rubem Braga. Com uma média de 100 páginas, organizadas entre ilustrações e textos, o periódico era de circulação quinzenal e se tornou um importante

¹³⁵ Sobre o repórter Armando Cunha, não obtivemos nenhuma informação acerca de sua trajetória.

¹³⁶ Dona Noca, a Coronela do Sertão. **Revista do Globo**. 10 nov. 1951, p. 15. (Cópia do exemplar)

¹³⁷ Alguns equívocos foram identificados nos registros da reportagem quanto aos nomes das pessoas citadas no texto, isto é, as menções a “D. Joana dos Santos Rocha”, “Eurico dos Santos Rocha” e o “ex-senador Neiva Nogueira”. Assim, cabem as seguintes retificações: Joana da Rocha Santos, Eurico da Rocha Santos e o ex-senador José Neiva.

veículo de cultura de massa e atingiu o patamar de uma das primeiras revistas a circular nacionalmente, atingindo o segundo lugar de tiragem do país naquela época (KUPSSINSKÛ; SCHEMES, 2012, p. 1-2).

Para tornar uma imagem de Dona Noca “inteligível” ao público, o repórter da *Revista do Globo* utiliza-se da figura do “coronel”. Uma maneira de interpretar uma faceta da ex-prefeita do sertão maranhense, ao exibir uma maneira de estar num mundo pela representação da “coronela”, ao simbolizar um poder exercido localmente, um prestígio social e uma influência econômica.

Armando Cunha, o repórter que assinou a citada reportagem, expôs um ponto de vista sobre quem seria essa “coronela do sertão”. Ao mencionar essa representação a perspectiva adotada pela reportagem oferece os significados ao que denomina de “responsabilidades políticas”, “imenso prestígio eleitoral”, “sua fortuna”, “suas ameaças” e “uma finura admirável”. Essas significações construídas no texto do repórter criaram essas imagens de Dona Noca, que remetem ao imaginário político descrito por Vilaça e Albuquerque (1988, p. 35), relativo a uma das personagens das tramas políticas do Brasil:

[...] na fase de seu exclusivo mando, o coronel é chefe, juiz, delegado [...] É o coronel quem decide sobre homens e coisas. Sua vontade são sentenças. E o humanitarismo que pode revelar alastra a fama de sua bondade. Não surpreende a existência, na sociedade agropecuária do nordeste brasileiro, do culto dos valores ligados à valentia, à brabeza, ao machismo. [...] O coronel, como chefe em sistema social assim caracterizado, deve ser homem macho. Seu machismo e valentia quase sempre fazem sua fama. É homem temido de homens, espalhando-se a história de suas façanhas em mitos.

Paraíba do Maranhão. Foi o título escolhido pela revista *O Cruzeiro*¹³⁸ em referência a Dona Noca. Entre opiniões e fotografias, o texto da revista expõe uma narrativa sobre a “fabulosa mulher do sertão maranhense” que viajou do Maranhão ao Rio de Janeiro num trajeto realizado num “jipe”.

Lá pelos confins do sertão maranhense, numa cidadezinha chamada São João dos Patos, uma senhora de quase setenta anos de idade, sobe a um jipe e diz a um rapaz que sentou ao seu lado: – “Meu filho, toca para o Rio de Janeiro.” Parece piada, ou loucura, mas os senhores deixarão de pensar assim, desde que mencionemos o nome dessa figura de decisões tão arrebatadas: Dona Noca, a famosa Dona Noca do Maranhão. [...] Durante dezesseis anos, Dona Noca foi a prefeita da cidadezinha de São João dos Patos, onde nasceu, se criou, onde adquiriu experiência das lutas pela vida. E hoje só não está no poder, porque a constituição proíbe a reeleição, para o mesmo cargo, para o período seguinte, dos homens públicos, responsáveis pela administração, dos municípios, dos estados e do país. Dona Noca no norte é conhecida como a “ditadora do sertão”. Mas é uma mulher bondosa, inteligente, embora não atraia ninguém pela beleza. Mesmo afastada do cargo de prefeita, Dona Noca continua sendo a advogada efetiva das aspirações das gentes do sertão, onde ela fez carreira e onde é respeitada como uma matriarca. Por isso foi que, há questão de um mês, Dona

¹³⁸ Dona Noca guarda o trabuco. *O Cruzeiro*, 14 jun. 1952, p. 66-68. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 03 nov.2018.

Noca tomou um jipe, com seu sobrinho ao lado, e tocou para o Rio de Janeiro. [...] Não deixa de ser admirável o amor com que essa mulher trabalha pela terra que a viu nascer, sem nutrir interesses eleitoralistas, porque ela não precisa disso. À hora que quiser, mesmo sem mexer uma palha, estará de novo no poder. É que o povo do sertão a tem como advogada perpétua de suas aspirações. Um dos problemas que mais preocupa essa “paraíba” do Maranhão é o analfabetismo. [...] Quando era prefeita, Noca construiu um enorme Grupo Escolar que é, segundo ela assegurou aos jornalistas, um dos melhores de todo o Estado do Maranhão. [...] Hoje Dona Noca já deve ter chegado a sua terrinha, a longínqua e pequenina São João dos Patos. Deve ter recebido calorosas manifestações de simpatia e reconhecimento, da parte dos seus conterrâneos, pelos benefícios que ela conseguiu arranjar, aqui no Rio, para a gente sertaneja. Merece tudo isso. É uma mulher de pulso. É uma verdadeira “paraíba”. E o mais curioso: Uma “paraíba” do Maranhão. Ela que era dita como cangaceira, que fez força para derrubar o governo do seu estado, agora guardou o trabuco¹³⁹ (tão temido lá nas caatingas do norte), fez as pazes com Eugenio de Barros¹⁴⁰ e começou a trabalhar pelos irmãos abandonados do sertão.

Como parte dos *Diários Associados*, propriedade do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro*¹⁴¹ iniciou sua circulação em 10 de novembro de 1928, ao apresentar aos leitores as propostas de uma revista semanal ilustrada, com circulação em todas as capitais e nas principais cidades brasileiras, conteúdo de variedades que reunia temáticas como: esporte, moda, contos, poemas, cinema, colunismo social, charges, caricaturas, crônicas, fotografia, seções destinadas ao público feminino (cuidados do lar, família, do relacionamento homem-mulher), assuntos relacionados à política nacional e internacional.

Nas décadas de 1940 e 1950, a revista experimentou sua etapa mais promissora graças ao aumento das tiragens e do público-leitor, de uma publicação que pretendeu, através da “leitura da imagem”, ser revista semanal colorida que “tudo sabe, tudo vê”, de um tempo que gradativamente reconheceu o valor da imagem aliada ao texto (BARBOSA, 2002, p. 3)¹⁴². Seus principais colaboradores foram Manuel Bandeira, Graça Aranha, Viriato Correia, Davi Nasser, Arlindo Silva, Cândido Portinari, Rachel de Queiroz, Gilberto Freire, José Lins do

¹³⁹ **Trabuco**: Forma antiga de denominar uma arma de fogo, que poderia ser um revólver ou uma espingarda. Ver: <https://www.dicionarioinformal.com.br/trabuco/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

¹⁴⁰ **Eugênio de Barros** nasceu em Matões (MA) no dia 13 de novembro de 1898. Em 1950, foi eleito governador do Maranhão pelo do Partido Social Trabalhista (PST) liderado por Vitorino Freire, ao derrotar Saturnino Belo, candidato das Oposições Coligadas. Eugênio de Barros foi empossado governador em fevereiro de 1951 sob contestação dos adversários, devido ao falecimento repentino de Saturnino Belo em janeiro de 1951, que culminou na denominada Greve de 51. Nas eleições de outubro de 1958, Eugênio de Barros elegeu-se senador pelo Partido Social Democrático (PSD). Eugênio de Barros exerceu o mandato até o final da legislatura, em janeiro de 1967. Além da política, dedicou-se à indústria. Faleceu em 1988. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-eugenio-de>. Acesso em: 6 fev. 2019.

¹⁴¹ Seu nome foi inspirado, segundo o editorial, na constelação do Cruzeiro do Sul, cujas cinco estrelas foram desenhadas no rosto de mulher representada na figura de uma melindrosa: unhas cintilantes, sombra nos olhos e boca pintada (BARBOSA, 2002, p. 5).

¹⁴² BARBOSA, M. **O Cruzeiro**: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. In: **Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense**. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/331/212>. Acesso em: 6 fev. 2019.

Rego, entre outros. Após anos de dedicação aos registros dos principais episódios cotidianos e da política do país, a revista *O Cruzeiro* finalizou suas atividades no ano de 1975.

A reportagem assinada por Alindo Silva¹⁴³, com fotografias de Flávio Damm¹⁴⁴, foi o resultado de uma entrevista cedida por Joana da Rocha Santos na ocasião em que esteve hospedada na casa de uma de suas irmãs no Rio de Janeiro. Os motivos dessa viagem, tal qual apurou o repórter, foram os encontros com os Ministros da Educação e da Agricultura, o Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes¹⁴⁵ e o presidente Getúlio Vargas para tratar de reivindicações ao município de São João dos Patos, dentre elas, “a compra de uma grande máquina de terraplanagem para a construção de estradas lá naqueles confins do mundo”, “livros primários para a educação de adultos”, “um posto de assistência médica em São João dos Patos”. A fama alcançada por Dona Noca, segundo o articulista, foi justificada devido às repercussões sobre sua participação na “rebelião do estado maranhense” e do suposto apoio ao exército organizado nos sertões maranhenses que marcharia rumo à capital do Estado para depor o governo de Eugênio de Barros, conforme divulgado por alguns periódicos.

A expressão utilizada pela reportagem para citar Dona Noca como “paraíba” do Maranhão tornou-se famosa pela letra do baião *Paraíba* lançado em 1950, composto por Humberto Teixeira¹⁴⁶ e Luiz Gonzaga¹⁴⁷, em cantar o célebre refrão “Paraíba masculina, muié

¹⁴³ **Arlindo Silva** atuou como repórter e editor-chefe da revista *O Cruzeiro*, onde trabalhou por mais de 25 anos. Implantou o departamento de jornalismo no SBT na década de 1980 e foi o autor da biografia autorizada de Silvio Santos, publicada em 2002. Faleceu em 24 de julho de 2011. Ver: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/morre-arlindo-silva-autor-de-biografia-de-silvio-santos/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

¹⁴⁴ **Flávio Silveira Damm**, Nascido em agosto de 1928, na cidade de Porto Alegre (RS), trabalhou para a *Revista do Globo*, em 1946, onde alcançou a consagração profissional ao realizar as primeiras fotografias de Getúlio Vargas em sua fazenda após seu afastamento da presidência da República, o que lhe valeu um convite para integrar a equipe da revista *O Cruzeiro*, no Rio de Janeiro, onde trabalhou durante uma década e meia, tornando-se um dos mais importantes fotojornalistas brasileiros. Ver: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19138/flavio-damm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

¹⁴⁵ O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC) foi criado durante o Governo constitucional de Getúlio Vargas pelo Decreto n.º 24.273, de 22 de maio de 1934, cujas áreas de atuação foram a concessão de benefícios como aposentadoria, pensão aos herdeiros, auxílio-maternidade e assistência médica aos seus associados. Na época da visita de Joana da Rocha Santos ao IAPC, seu presidente era o maranhense Henrique de La Rocque Almeida, que exerceu o cargo de fevereiro de 1951 a novembro de 1953. Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24273-22-maio-1934-526828-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 fev. 2019.

¹⁴⁶ **Humberto Cavalcanti Teixeira** nasceu em Iguatu (CE) no dia 5 de janeiro de 1915. Formou-se no Rio de Janeiro, em 1944, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Ganhou fama como compositor a partir de 1945, na parceria com Luís Gonzaga, ao lançar o baião, ritmo nordestino que teria grande sucesso nas décadas seguintes. Foi diretor e chegou a vice-presidente da União Brasileira de Compositores, sociedade arrecadadora de direitos autorais. Foi eleito deputado federal na legislatura de 1955 a 1959 e obteve a aprovação da chamada Lei Humberto Teixeira, que permitiu a realização de caravanas para a divulgação da música popular brasileira no exterior. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de outubro de 1979. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/humberto_teixeira. Acesso em: 12 fev. 2019.

¹⁴⁷ **Luiz do Nascimento Gonzaga** nasceu no dia 13 de dezembro de 1912, no município de Exu, em Pernambuco. Na infância, acompanhou os pais nos bailes e aos doze anos, com sua primeira sanfona, já era conhecido na região como sanfoneiro. Em 1930, desentendeu-se com a família e fugiu para o Ceará, alistando-se no Exército e viajou por todo país devido a eclosão da Revolução de 30. Após, foi para o Rio de Janeiro e passou a cantar no *Mangue*,

macho sim sinhô”. A canção fez uma menção à revolta de Princesa, que influenciou o desenrolar da Revolução de 1930 no território do Estado da Paraíba, conflito que resultou na morte do governador João Pessoa, assassinado por um dos partidários desse movimento, o coronel José Pereira Lima.

De acordo com Rodrigues (1978), conforme citado por Abrantes (2009, p. 2), a Revolta de Princesa foi o resultado das divergências entre as alas conservadora e liberal do Partido Republicano (PR), a última que apoiou o projeto político do então presidente da Paraíba¹⁴⁸, João Pessoa, em empreender reformas tributárias e uma campanha contra aqueles que “protegiam cangaceiros”, medidas que confrontaram com os interesses políticos dos coronéis, dentre eles, José Pereira, que declarou a autonomia do município sob sua chefia política, Princesa, do restante da Paraíba.

Em relação à representação da “Paraíba”, Abrantes (2009) afirma que essa imagem de masculinidade se atrela à construção de uma identidade imprimidas nas representações das mulheres nascidas nesse Estado, posteriormente, expandidas aos demais estados da região denominada “Nordeste”. Dessa forma, o baião entoado por Luiz Gonzaga intensificou a invenção de uma identidade espacial e política, com características culturalmente imputadas ao masculino, imbuída numa intenção em distinguir as mulheres valentes da região.

Representações como “prefeito de saias”, “coronela do sertão” e “Paraíba do Maranhão” qualificam Dona Noca pelos papéis que desempenhou, dentre eles, comerciante, empresária e líder política, num mundo concebido por atributos “masculinos”. Afirmações como uma mulher que “casa, prende, solta, e quando é preciso põe o ‘38’ na cintura”, além de relacionar o nome de Dona Noca às imagens de “ditadora”, “matriarca”, “cangaceira”, insinuam algumas das estratégias observadas nesses discursos proferidos pela imprensa do período ao conferir significados às ações de Dona Noca, expressas nos modos de imprimir um estilo de liderança, de autoridade e do poder exercidos num território sob o mando dessa “senhora prefeita”.

zona de prostituição da cidade. Apresentou-se no programa de auditório de Ary Barroso, cantando música nordestina, sendo depois contratado pela Rádio Nacional, gravando seu primeiro disco em 1941 pela RCA. Seu filho, Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, o *Gonzaguinha*, nasceu em 1945, no mesmo ano do início de sua parceria com Humberto Teixeira, parceria que foi encerrada quando Teixeira resolveu dedicar-se à carreira de deputado. Por causa disso, Gonzaga passou a compor com o médico pernambucano José de Souza Dantas, o *Zédantas*. Luiz Gonzaga tornou-se um símbolo cultural brasileiro. Morreu no dia 2 de agosto de 1989. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=302&Itemid=1. Acesso em: 12 fev. 2019.

¹⁴⁸ Antiga designação referente ao cargo de Governador de Estado, utilizada durante o período político denominado pela historiografia brasileira de “República Velha”.

Figura 27: As percepções fotográficas que compuseram a matéria sobre a “Paraíba do Maranhão”.



Fonte: *O Cruzeiro* (1952, p.66)¹⁴⁹

Essas imagens sobre Dona Noca foram moldadas em conformidade com os valores e a visão de mundo compartilhada pela sociedade da época. Inserida num ambiente contemplado pelo viés do “varonil”, essas representações exibem interpretações sobre Dona Noca enquanto transitou em espaços, até aquele momento, não tão acessíveis às mulheres de seu tempo, a não ser que essas viessem a ocupar funções ou lugares concebidos como “específicos” dos homens.

Para que se compreenda esse tom de “masculinização” impregnado nessas imagens, citamos a análise de Albuquerque Junior (2013) sobre os discursos que entrecruzam concepções sobre “masculino” e “feminino”, que caracterizaram o processo de construção da identidade regional nordestina entre 1920 e 1940. A importância dessa discussão contribui para o entendimento dessas representações, isto é, as construções sociais relativas ao que era definido como “ser homem” e “ser mulher”.

Como uma leitura dos papéis e funções sociais que eram impostos aos indivíduos de uma determinada sociedade, o “ser macho” é tomado como um parâmetro para a definição de uma identidade regional, ao forjar imagens relativas ao “ser nordestino”. Essas concepções

¹⁴⁹ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Acervo Diários Associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019.

envolvem falas e olhares lançados também sobre as mulheres dessa região, ao impregná-las de uma representação masculinizada, como sujeitos afeitos às práticas ditas como específicas dos homens, como, por exemplo, a liderança, a autoridade, a proteção, a coragem, a valentia e a dominação. As construções sociais sobre “masculino” e “feminino” não devem ser compreendidas na qualidade de “essências”, mas como representações de uma multiplicidade de formas subjetivas “ser homem” e “ser mulher”. Do mesmo modo, ressalta-se que essas construções sociais remetem para as concepções de gênero como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e significações das relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Figura 28: Sob o ponto de vista da reportagem de *O Cruzeiro*, algumas imagens de Dona Noca.

À direita, nos afazeres domésticos, pois em “assuntos domésticos, não rejeita nada; à esquerda, “a verdadeiramente ‘Paraíba’, em meio aos pneus dos automóveis utilizados por Dona Noca em suas viagens, representações de uma “coragem” e “determinação”.



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (1952, pp.67-68) ¹⁵⁰

Ao investigar sua atuação como prefeita, os relatos publicados por esses periódicos disseminaram percepções sobre a figura pública de Joana, matizadas por esses traços “masculinos”, como pode ser observado no enfoque dado à imagem de Joana como um “prefeito de saías”, que remetem a uma representação construída com fins de decifrá-la, torná-la inteligível (CHARTIER, 1991, p. 17). O contexto político e cultural que possibilitou que tal

¹⁵⁰ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Acervo Diários Associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019.

imagem fosse gravada nas páginas impressas corrobora as reações de uma sociedade às imposições de um mundo visto pelos ditames de uma modernidade percebida pelos críticos, em sua maioria homens advindos de uma elite saudosista dos valores patriarcais, pelo impacto nivelador das diferenças que por tempos distinguiu homens e mulheres em seus papéis e lugares sociais.

Ao diminuir essas fronteiras, ainda que gradativamente, as mulheres foram adentrando espaços considerados “masculinos”, dentre esses, o campo da política. No estudo de Albuquerque Júnior (2013, p. 224) as reações a essas mudanças se deram por meio de um projeto de construção de identidades amparadas num padrão de masculinidade, que definiram os critérios para a criação da representação do feminino pautada em valores de uma sociedade “onde as mulheres pareciam ter que se masculinizar também”. De tal modo, as imagens mais recorrentes dessa representação masculinizada da mulher nordestina é a “mulher cabra-macho” feita da mesma “fibra do ‘cabra’ da peste”.

Na seção “Com a palavra Nossos Leitores” da *Careta*, identificamos uma manifestação de um leitor da cidade de Recife referente à notícia de uma mulher descrita como um “prefeito de saías”:

A mulher tem tido em todos os momentos, papel preponderante na vida dos povos. E em várias circunstancias sua influência contribuiu para mudar completamente o curso da história. Já não podemos pregar com convicção a ideia de Schopenhauer sobre o sexo fraco. Ele está se tornando, a despeito dessa classificação, mais forte e mais intimamente ligado as atividades que revolucionam a inteligência humana. Não causa admiração hoje em dia, o fato de uma mulher dirigir as mais modernas e mais intrincadas máquinas do ar, com a mesma perícia e coragem com que fazem os homens. Nas ciências e nas artes já se tornou indispensável sua cooperação e nelas se tem distinguido com valor, a capacidade e, sobretudo o devotamento. Na política vem de longe sua atuação. Direta e indiretamente seu concurso, nesse setor, tem contribuído para grandes reformas sociais, bastando salientar entre nós a figura inconfundível da Princesa Isabel na luta pela abolição da nossa escravatura. Recentemente, telegramas oriundos do Maranhão e publicados com destaque pela imprensa de todo país, diziam como vem sendo dirigida a Prefeitura de São João dos Patos naquele Estado, sob a administração da Snra. Joana da Rocha Santos. “Dona Noca” como é conhecida pelos seus munícipes é um exemplo de administradora competente dos seus deveres e responsabilidades, conhecedora dos problemas que lhe estão afetos, aos quais vem dando solução digna dos maiores encômios. E isso merece particular relevo, mormente a situação que atravessamos quando os homens que governam, na sua quase totalidade, mostram incapazes na direção dos negócios públicos. Não será surpresa se, para o futuro, a mulher aparecer como candidata ao supremo posto da nação. É direito seu e certamente não lhe faltarão as garantias das leis nacionais. Deixo, contudo, as líderes femininas, a última palavra sobre o assunto. Tomo apenas a liberdade de expor uma sugestão, coroando-a com a seguinte advertência: Jeanne D’Arc salvou a França. Outra mulher poderá salvar o Brasil. Recife, 7 de dezembro de 1949. J. BATISTA ¹⁵¹

¹⁵¹ Com a palavra Nossos Leitores. *Careta*. Rio de Janeiro, 5 jan. 1949, p.10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pasta=ano%20194&pesq=S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20dos%20Patos>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Ao opinar sobre a notícia que caracteriza a atuação política de uma mulher, o leitor identificado como “J. Batista” construiu outras significações ao texto do qual se apropriou. A respeito disso, Chartier (1991, p. 180) elucida essas construções de sentidos por meio do conceito de apropriação, visto como um processo histórico que, conforme os tempos, lugares e as comunidades, apontam para uma diversidade de usos e das interpretações inscritas nas práticas que as produzem.

Ao comentar o que é publicado nos periódicos, ao leitor torna-se possível acessar uma diversidade de interpretações, por operações de seleção e regras que permitem uma relação com esses textos, no caso, modos de leituras. Essas leituras plurais do público são apreciadas por Barbosa (2002, p. 7) como um pressuposto dessas interpretações que permitem ao público-leitor dos periódicos a construção de um novo texto a partir do original, pois, ao comentar um texto, cada leitor reelabora-o de forma crítica, ao passar os olhos rapidamente sobre as manchetes.

Tendo em vista as apreciações desses leitores, ao se debruçarem nas descrições sobre a prefeita Dona Noca, percebemos como a sociedade daquela época encarou as questões relativas aos debates suscitados sobre a participação das mulheres na política. Os significados que permeiam essas leituras sobre a Dona Noca visam evidenciar a importância de sua participação feminina vista como distinta, considerando as críticas desferidas à atuação dos homens que protagonizaram a cena política dessa época, bem como as críticas a ideia em associá-la à imagem de “sexo fraco”.

Contribui com essas interpretações o gradativo destaque conferido às mulheres que, assim como Joana, já atuavam no espaço público. Sejam elas as “anônimas” citadas como “peritas e corajosas” que dirigiam as modernas e intrincadas máquinas do ar, “as devotas colaboradoras” das ciências e das artes, e as que tiveram seus nomes gravados em episódios históricos e por uma evidência “heroica”, como Princesa Isabel e Joana D’Arc.

Outros periódicos também se apropriaram do telegrama, permitindo outras interpretações acerca da existência de uma mulher representada como um “prefeito de saias”. Além do *Correio da Manhã* e da *Careta*, identificamos menções a essa notícia também nos jornais *Diário de São Luiz*, *Diário da Tarde*, *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, *A Ordem* e *Paraná-Norte*,¹⁵² e nas revistas *Fon-Fon*, *O Malho*, *Revista da Semana* e *Momento Feminino*.

¹⁵² Dai-me armas e cavalo e serei filho varão. **Diário de São Luiz**. São Luís, 8 ago. 1948, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093874&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev.2019. Uma mulher como há poucas – a história interessante de uma prefeita. **Diário da Tarde**, Curitiba, 21 ago. 1948, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019. Dona Noca é uma boa prefeita. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1948.

Além dos comentários sobre as repercussões do “telegrama oriundo de Fortaleza”, o periódico *Diário de São Luiz* teceu uma imagem de Joana da Rocha Santos ao associá-la com uma representação de Joana D’Arc:

DAI-ME ARMAS E CAVALO E SEREI FILHO VARÃO

A frase que serve de título a esse capítulo os leitores já terão a identificado. Veio de Joana D’Arc, a heroína de Donremy. [...] Mas a sua invocação nesse momento vem de uma associação de ideias pelo nome de Joana - e pela afinidade de temperamento com uma sua homônima. Vamos aos fatos. Nossa Digna Dona Noca Santos, prefeita de Patos andou em grande evidência nos jornais da Metrópole. Matutinos e vespertinos, veiculando um telegrama oriundo de Fortaleza teceram os mais encomiásticos e lisonjeiros comentários sobre sua atuação frente à Prefeitura da sua terra. [...] O caso de D. Noca é digno de séria observação. Que os partidos políticos tratem de ir preparando uma fornada de prefeitos com esta soberba Joana da Rocha Santos, vulgo “D. Noca”¹⁵³.

“Dai-me armas e cavalo e serei filho varão”! O título sugere uma percepção sobre a “Digna Dona Noca Santos” respaldada na apropriação da figura da “donzela-guerreira”, a configuração de uma mulher que se desvia das tarefas atreladas ao “feminino”, por desempenhar papéis considerados da “cultura masculina”. Segundo Galvão (1998, p. 12), essa representação foi construída pelo contraste entre o que era concebido como atributos masculinos e femininos para significar leituras de uma “figura feminina que se disfarça de homem”, ao permitir o entendimento do caráter histórico impregnado nas diferentes formas de se conceber os papéis sociais direcionados às mulheres em diversas situações históricas.

Destacam-se também as revistas *O Malho* e *o Momento Feminino* cujas páginas expuseram algumas representações sobre Joana da Rocha Santos. Tais revistas surgiram entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, momento representado pelas mudanças nas práticas jornalísticas da imprensa nacional como a inclusão da fotografia nos jornais e revistas, o declínio do folhetim, ao ceder lugar à informação, aos temas políticos, esportivos, policiais e colaborações literárias, e o uso da charge como principal manifestação imagética e veículo de difusão das imagens fotográficas (MOURA, 2011, p. 5). Ofereciam também seções direcionadas ao público feminino, com informativos e debates sobre os diferentes lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres, que orbitavam entre os posicionamentos que defendiam a permanência e aqueles que proclamam rupturas.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=Dona%20Noca. Acesso em: 19 fev. 2019. BUSCA-PES. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1948, p. 5; Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=Dona%20Noca. Acesso em: 19 fev. 2019. Elevou as rendas do município sem aumentar impostos. **A Ordem**, Natal, 26 jul. 1948, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019; Um prefeito de saias com um 38 na cintura - Dona Noca casa, prende, solta e é ótima administradora, **Paraná-Norte**, Londrina, 4 nov. 1948, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830240&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019.

¹⁵³ **Diário de São Luiz**, *op. cit.*, p. 3.

No caso de *O Malho*, essa foi uma revista carioca ilustrada, publicação semanal, circulação nacional entre os anos de 1902 a 1954, e que ficou famosa por suas charges e caricaturas que ironizavam a política nacional. No exemplar da edição do mês de dezembro de 1948, uma de suas redatoras, Iveta Ribeiro, escreveu o texto *Mulher! sempre a Mulher!* onde evidencia a figura de Dona Noca em sua atuação política para refletir sobre o lugar das mulheres nos espaços públicos.

Pertencente a uma família de intelectuais e políticos, a atividade jornalística de Iveta Ribeiro voltou-se para os debates sobre a importância do feminismo no Brasil, da presença das mulheres na literatura nacional, no espaço público e político, ao defender que “as mulheres deveriam entrar em acordo com a sociedade, não em conflito, sendo a companheira, e não inimiga do homem, contribuindo com ele para uma sociedade melhor” (CAETANO, 2018, p. 5). Apesar de reconhecer que atributos que conferiam “singularidade” as mulheres, numa escrita em maiúscula, Iveta Ribeiro criticou a permanência dos discursos que inferiorizavam e depreciavam a condição feminina:

De tempos em tempos surgem no mundo figuras humanas que pensam ter sido especialmente criadas para servirem de exemplo, de lições vivas, ou assim como de espelhos ampliadores para refletirem coisas ou fatos que estão errados e é preciso para o bem de todos. Assim, Deus deixa, muitas vezes que a maldade incoercível dos homens deturpe, [...] com a tisa de calúnias e opiniões que escondem despejos e invejas, algumas de suas criações mais perfeitas e mais dignas de admiração e respeito, e quando os detratores se acreditam vitoriosos e senhores absolutos de todos os honrosos conceitos que tiram de outrem para com eles se enfeitarem. Ele, lança ao mundo, desmentidos tão formais e concludentes quanto de indiretos e silenciosos são constituídos, dando aos vaidosos e pretensos destruidores do que é indestrutível clara prova de sua perfeita sabedoria de Criador. [...] Uma das coisas mais belas criadas por Deus e que mais tem sido atacada por alguns que não gostam da luz porque não a possui, e que odeiam a perfeição porque se sabem imperfeitos quer do corpo, quer da alma, é a Mulher. Filósofos, e sábios, pensadores e pretensiosos cabotinos que se servem das poucas provisões de inteligência que conseguiram armazenar, e até santos e doutores teólogos, através de todos os tempos tudo tem feito para encobrir ou deturpar o que de belo, de perfeito e de superior, o Criador reuniu no ser que criou para amar, proteger, amparar, inspirar e dignificar o próprio homem. [...] Então aparecem os exemplos vivos que provam a inutilidade de esforços demolidores contumazes. Ainda agora é no seio do nosso Brasil grandioso, que Deus fez surgir um desses espelhos maravilhosos onde se devem mirar todas as parcelas do grande todo, bem como aqueles, alguns, que se acreditam vitoriosos no afã insistente. Esse exemplo, esse espelho, chama-se simplesmente Joana da Rocha Santos, mais conhecida pelo brasileiríssimo nome de D. Noca. É prefeita de uma cidade [...] Ocupa, portanto um cargo administrativo que depende de política, de prestígio, mas continua sendo uma senhora simples, modesta, religiosa, [...] D. Noca tem tamanho senso administrativo que tem conseguido realizar grandes e magníficos milagres em benefício de sua cidadezinha e de sua gente que, desde 1937, a levou e a mantém no cargo que tanto a tem evidenciado que, sem tirar de sua Prefeitura nem um níquel para propaganda, tem figurado em reportagens notáveis nos grandes jornais do país. Exemplo de honestidade administrativa, sagacidade excepcional para dirigir uma povoação tal como poderia fazer com toda a Nação, D. Noca, política lidando com orçamentos, escolas, posturas municipais, enumerários públicos e tudo o mais que seu cargo exige, fazendo prodígios na baixa dos preços, na boa ordem, limpeza e progresso do lugar, abrindo estradas e criando serviços de assistência social que são

modelos para copiar, enfim em plena ação do mais eficiente feminismo, não deixou de ser, nem um instante, ser Mulher – Sempre a Mulher! – sem deformações ridículas, sem masculinações reprováveis, tanto que para as suas penosas caminhadas administrativas, inspecionando obras públicas, assistindo vigilante a derrubada de matas para abrir estradas que levarão o progresso aos seus domínios, a grande e sábia Dona Noca, Prefeita de Patos, monta de lado em seu burrico manso, e ainda usa o clássico “seyão” de montaria de nossa amazonas do passado! Que inteligente feminismo! Que belo exemplo! Que claro espelho! Deus a abençoe, D. Noca¹⁵⁴!

Com relação aos discursos que deturpavam os exemplos de mulheres como Joana da Rocha Santos, outra escritora também se pronunciou nas páginas da revista carioca *Momento Feminino*, em 1948. No editorial do seu primeiro número, consta a apresentação como:

órgão de luta auxiliar de todas as mulheres, uma poderosa arma na imprensa capaz de atrair todas as mulheres dos mais escondidos recônditos brasileiros, as mulheres das cidades movimentadas, como dos sertões nordestinos, do litoral como dos campos, um espaço que propunha ser uma troca de ideias sobre nossos problemas, nossos direitos, nossa liberdade, além de proporcionar às mulheres conhecer as notáveis figuras femininas do país até agora jogadas no anonimato pela sua simplicidade construtiva e pela sua discreta abnegação no trabalho pelo bem coletivo¹⁵⁵.

Semelhante postura crítica adotada por Iveta Ribeiro foi observada na apreciação de Eneida Costa de Moraes sobre aquele “telegrama que veio de um cantinho de jornal”. Eneida Costa de Moraes (1903-1971) foi uma jornalista paraense, escritora e uma das redatoras do *Momento Feminino*, revista composta por um grupo mulheres que escreviam em seções e colunas sobre temas como família, política, economia, educação, moda, receitas e mulheres em destaque na sociedade (CAETANO, 2018, p. 6).

Eneida construiu percepções sobre Dona Noca que, além de representá-la como um símbolo feminino, evidenciou sua “feminilidade” por traços considerados “típicos” de uma mulher, além de criticar abordagens que tomavam o riso como uma forma de macular:

O título “um prefeito de saias” demonstra pouco convite ao riso. Apesar dos telegramas serem, muitas vezes, mentirosos, esse comove enleva e dá a gente uma bruta vontade de ir ver de perto dona Noca. [...] Para nós outras, Dona Noca é um bom símbolo do que somos e do que valem nesse país como em qualquer outra parte do mundo. Foi a própria vida que levou-nos a responsabilidade, à vontade de ser útil, ao brutal desejo de romper cadeias e elos e ficar um ser humano capaz e inteligente. Dona Noca enche essa semana. Outras coisas aconteceram várias outras coisas se premeditam, mas d. Noca realiza. E isso basta no momento brasileiro triste, sem Sol, com crianças morrendo e mulheres chorando. O revólver de Dona Noca não deve ter terminado com sua feminilidade. Ela deve amar, sorrir, brincar, comover-se, chorar como todas as outras mulheres. E deve sofrer nas suas realizações diante da falta de

¹⁵⁴ Mulher! sempre a Mulher! **O Malho**. Rio de Janeiro, dez. 1948, n. 107, p. 38. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&PagFis=100080&Pesq=Joana%20da%20Rocha%20Santos>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁵⁵ Nossos problemas. **Momento Feminino**. Rio de Janeiro, 25 jul. 1947, n. 1, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118800&PagFis=2&Pesq=Momento%20feminino>. Acesso em: 10 out. 2018.

capacidade que vem demonstrando aqui e em outras partes os prefeitos de calça, barbados e agressivos. Dona Noca deve existir, tem que existir, como símbolo.¹⁵⁶

Santos (2008, p. 70) afirma que a articulista do *Momento Feminino* questionou os padrões instituídos ao feminino de sua época, por transitar em redutos marcadamente masculinos, como as redações de jornais, a publicação de livros e as atividades partidárias. Tendo como exemplo outras mulheres que, como Eneida, se inseriram nesses redutos masculinos, é possível depreender os desafios enfrentados por essas escritoras, pela opção política que transgrediu os códigos patriarcais e permitiram conquistar espaços e autonomia política e literária.

Investigar essas crônicas direcionadas ao público feminino possibilita a compreensão da visibilidade pública alcançada por essas mulheres que utilizavam a imprensa para debater questões como a luta pelos direitos políticos, educação, família, trabalho, dentre outros. Esse momento histórico corresponde ao chamado feminismo “bem comportado”, cujas reivindicações por direitos políticos e a participação eleitoral como candidatas e eleitoras estiveram atreladas à ideia de que a inclusão das mulheres era entendida como “um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição dos homens, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs” (PINTO, 2003, p. 15).

Apesar disso, a atuação desses movimentos possibilitou às mulheres dessa época a possibilidade de participar da sociedade como cidadãs e em diversos setores da vida pública. Demonstra que essas reivindicações visaram alterar não somente a condição feminina, mas também a realidade da nação, ao postular que a ascensão feminina promoveria o progresso da nação. No que concerne a isso, Soihet (2012, p. 230) comenta sobre os possíveis dilemas dessas mulheres que, ao tempo que refutavam “a mentalidade da época, que atribuía o espaço doméstico como específico da mulher, ao mesmo tempo em que reivindicavam o direito a trabalhar e participar politicamente, muitas sofressem por se sentir divididas, e mesmo culpadas, ao se dedicar com afinco ao trabalho e às lutas políticas fora do lar”.

As diferentes percepções sobre Dona Noca elucidam as discussões sobre as representações do feminino na vida pública, em espaços historicamente identificados como lugares “dos homens”. A partir dos anos iniciais do século XX, a presença feminina foi observada nos espaços públicos, no mundo do trabalho, nas instituições escolares e na vida pública. Ainda assim, certas resistências permaneciam frente à presença feminina pública,

¹⁵⁶ De Semana Em Semana. **Momento Feminino**. Rio de Janeiro, 6 ago. 1948, n. 46. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118800&pasta=ano%20194&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 10 out. 2018.

submetida às observações da sociedade – boa parte dos olhares masculinos – receosos das conseqüências desse processo de emancipação feminina à sociedade da época.

Com relação às mulheres que destoavam das concepções que as definiam por uma natureza feminina compatível somente com as tarefas da vida privada, olhares críticos eram lançados e construíram imagens diversas sobre a presença dessas mulheres nos espaços públicos. Em 1948, na capa de um periódico consta o anúncio da matéria “Dona Noca, mulher perfeita, digo, Prefeita.” Entre trocadilhos, adjetivações e suposições, Dona Noca foi apontada como a personagem de uma saga fabulosa, nas diversas versões e imagens oferecidas ao público da época.

Figura 29: Reportagem A Prefeita Dona Noca.



Fonte: *A Noite* (1948) /Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹⁵⁷

¹⁵⁷ Imagem extraída do site: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120588&pesq=Dona%20Noca&pasta=ano%20194>. Acesso em: 5 nov.2018.

No que tange aos discursos sobre Joana da Rocha Santos, contidos nos jornais e revistas aqui expostos, esses construíram representações sobre a atuação de Joana no espaço público, durante o tempo que exerceu o cargo de prefeita. Ao ocupar tal cargo, num espaço antes destinado somente aos homens, esses periódicos forjaram tais representações sobre “Dona Noca”, ao configurar imagens com atributos considerados “masculinos” pela sociedade da época.

Referências como “prefeito de saias” e “coronela do sertão”, “paraíba do Maranhão” comportam formas de interpretar atuação de Dona Noca no jogo político do seu tempo. Assim, os olhares direcionados à “prefeita de Patos” tentavam ajustá-la às imagens idealizadas acerca do “ser político”, com traços e maneiras de agir reconhecidas como “masculinas”, das quais citamos a liderança, a força, o comando, a autoridade, dentre outros. Em contrapartida, outros olhares atentaram para a existência da prefeita de Patos. Nas revistas escritas por mulheres, Dona Noca foi representada como um símbolo das lutas pela emancipação das mulheres, exemplo de atuação pública que deveria inspirar os homens, cuja “singularidade de um ser mulher” traduziu para o “feminino” um espaço ainda afeito à presença masculina.

3.3 Memórias sobre uma “Dona”: história e memória em narrativas sobre Joana da Rocha Santos.

Ouvir narrativas e registrar memórias sobre os percursos de Joana da Rocha Santos são significativos para depreender sobre a escritura das ações dos indivíduos na história. Impressões de um passado que, a partir da trajetória de uma vida, permitem a construção de relatos permeados por múltiplos sentidos, configurações sobre um determinado lugar e representações possíveis de um tempo passado.

A relação entre história e memória propõe alguns desafios ao historiador que se debruça sobre a construção de narrativas acerca de um tempo passado. Segundo Delgado (2003, p. 22), as narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pela arte de contar, ao traduzir em palavras as reminiscências e uma consciência da memória no tempo.

Compreendemos que a relação entre história e memória proporciona o entendimento dessas múltiplas representações de um passado, ou melhor, as pluralidades das versões criadas sobre o passado, de acordo com as visões fornecidas por seus diversos narradores. Enquanto construções de um passado evocadas num tempo presente, a memória

propicia o entendimento do caráter subjetivo dessas narrativas por parte dos indivíduos que recriam e atualizam suas reminiscências no momento das rememorações (THOMSON, 1997, p. 62).

Ao relembrar suas experiências vividas num outro momento, o indivíduo que narra seleciona aquilo que merece ser lembrado, ao conferir sentidos as suas lembranças. Nesse caso, a memória não é vista como uma detentora fiel dos fatos, mas como um processo de criação de significações que envolvem os esforços desprendidos pelos narradores em representar os fatos de um passado em consonância com seus contextos históricos (PORTELLI, 1997, p. 33). Não obstante, as narrativas sobre trajetórias de vida não se apoiam numa concepção de um indivíduo alheio ao seu contexto social ou além de seu tempo. Busca-se compreender a dimensão simbólica dos seus atos, das representações construídas em torno de suas experiências, das tensões entre o vivenciado e as imposições da sociedade de sua época, sejam esses indícios escritos ou vestígios orais:

[...] pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de história, poetas e cantadores inventam num momento dado. Na verdade, tudo o que se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja história de um grupo, seja história real, seja ela mítica (QUEIROZ, 1988, p. 6).

Além disso, a história oral é vista como uma prática que capacita as pessoas a contar suas versões, recuperar histórias não reconhecidas e valorizar experiências antes silenciadas, essas que contemplam os significados subjetivos do vivido e o caráter plural das versões sobre o passado. Ao comportar uma dimensão narrativa, os relatos orais também permitem vislumbrar os processos de reconstrução daquilo que já passou e não se pode apreender em sua completude, por meio dos paradoxos observados nos processos de lembrar e esquecer. O ato de narrar comporta reminiscências que dão sentidos às experiências pretéritas, construídas no tempo presente num processo entendido como:

[...] uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e nos moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. [...] Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, [...] (THOMSON, 1997, p. 57).

Deste modo, os registros desses depoimentos incluem uma definição de fontes orais como narrativas sobre representações de vidas e de visões de mundo no qual o sujeito está inserido. Como já postulou Portelli (1997, p. 32), a credibilidade dos testemunhos orais

relaciona-se às questões simbólicas das narrativas, do que sua proximidade ou não do que se pretende nomear “real”.

Em consonância com Albuquerque Junior (2007, p. 200), utilizamos uma perspectiva de depoimento/testemunho oral ao conceituá-lo como um instrumento de recepção e transmissão da memória de alguém, ao se distanciar de uma concepção que o define como uma prova ou reforço acerca de um fato. Enquanto documento, o testemunho oral representa o produto do diálogo entre pesquisador e o depoente, um objeto de estudo que é recriado tendo como matéria-prima as memórias dos indivíduos que relembram.

Atentamos também para a abordagem simbólica proporcionada pela prática metodológica da história oral, evidenciada por Passerini (1993, p. 39) na compreensão das abordagens biográficas em História, seja pela via das autobiografias, biografias ou histórias de vidas, ao se utilizar do conceito de mitobiografia, posto que,

A história está interessada precisamente em tais diferenças. [...] As pessoas podiam ter seguido outras direções, podiam ter decidido nutrir-se outros mitos ou alterá-los, podiam ter optado por determinado mito de outra maneira. As histórias de vida podem ser vistas como construções de mitobiografias singulares, usando opções de recursos diversos, que incluem mitos, combinando o novo e o antigo em expressões únicas. Creio que nós, adeptos da história oral, temos novamente a chance especial, a de reverter velhos procedimentos e de não mais usar mitos do passado para ler o presente, e sim usar o presente para reinterpretá-los.

Concorre com essa perspectiva, a análise proposta por Girardet (1987) relativa às elaborações de um mito político e/ou de herói, alicerçadas em narrativas construídas pela repetição e reelaboração dessas imagens, na representação de um fenômeno, de uma pessoa ou de ideias. Para legitimar a figura história de um mito ou do herói, utiliza-se uma linguagem simbólica como expressão das múltiplas e diferentes interpretações acerca da trajetória de vida, que permitem ao mito

[...] conservar a marca da personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado (GIRARDET, 1987, p. 82).

Concordamos com esses autores, no sentido de que para o estudo aqui proposto o conceito de mitobiografia e/ou mito político elucidam essas representações a respeito de Dona Noca em construções narrativas que unem as dimensões simbólicas e analíticas de uma vida que se propõe espelhar um mito. Ressalta-se que essas conceituações podem ser entendidas por meio das intenções de construir narrativas da trajetória de vida com a base do destino de uma pessoa. Desta forma, as imagens são modeladas no sentido de construir interpretações da personagem, vista pelo prisma do “exemplar, singular, diferenciada ou heróica”.

As potencialidades da utilização da memória, seja escrita ou oral, entrelaçam-se com o fazer historiográfico ao elegermos as trilhas percorridas por Joana da Rocha Santos (Dona Noca) em seu tempo, cujos significados foram construídos por entre histórias, narrativas e memórias. As representações construídas sobre Joana aliam-se às narrativas sobre suas ações, suas experiências, as teias de sociabilidades e a cultura política que vivenciou, apreendidas nessas memórias sobre Dona Noca. Ao se referir aos lugares de memória, Nora (1993, p. 14) aponta para essa caracterização da memória enquanto vestígio material que, apropriado pela operação historiográfica, transforma lembranças em narrativas permeadas de imagens simbólicas de um passado construído num tempo presente.

Como fonte histórica, essas memórias possibilitam representar um passado pela pluralidade de significados quanto às experiências de indivíduos. Deve-se ressaltar que as lembranças de um indivíduo relacionam-se à sociedade na qual este se encontra inserido, ao determinar o que é memorável e o que deve ser esquecido, sendo o ato de lembrar encarado como uma reconstrução advinda das imagens de memórias ancoradas no que é compartilhado por uma sociedade (HALBWACHS, 2006 p. 39).

3.3.1 Uma matriarca nos sertões maranhenses

D. Noca, ex-prefeita e uma das matriarcas do nosso agreste terá sobrevivido ao implacável tempo? [...] Será que a cidade guarda pelo menos algum monumento ou estátua reverenciando sua matriarca. Essas foram algumas das indagações levantadas por Maria Michol Pinho de Carvalho no texto intitulado *Dona Noca: a Senhora do Sertão*. O referido texto foi parte de uma coletânea de iniciativa de Heloísa Buarque de Hollandae Rachel de Queiroz¹⁵⁸, cujas temáticas abordaram as matriarcas nordestinas e foram publicados no início dos anos 1990.

Nascida em Fortaleza, no Estado do Ceará, em 1949, Maria Michol Pinho de Carvalho graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Coursou mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialização em Política Social e Educacional, além dos cursos de aperfeiçoamento em Cultura Brasileira e Maranhense, e em Pesquisa Cultural. Atuou em órgãos públicos em áreas específicas à cultura

¹⁵⁸ CARVALHO, Maria Michol Pinho de. Matriarcas do Maranhão – **Dona Noca**: a Senhora do Sertão. In: Papéis Avulsos, n. 23. Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Escola de Comunicação / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

dentre esses, superintendente de Cultura Popular da Secretaria de Cultura do Maranhão, diretora do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e presidente da Comissão Maranhense de Folclore. Dentre as obras de sua autoria, estão os seis volumes de *Memória de velhos: depoimentos — uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense*, e *Matracas que desafiam o tempo: é o bumba-boi do Maranhão* (MACHADO; REIS, 2017, p. 15).

Tamaru (2004, p. 83) informa sobre um dos intuitos dessas publicações em proporcionar alguns relatos de cunho biográfico sobre as matriarcas, consideradas protagonistas desconhecidas pela história e cujas trajetórias “atravessam os limites do tempo e lugares, desafia a história e exige releitura e reescrita que incluam estas biografias de estilo tão peculiar”. Nesses escritos, as matriarcas foram concebidas como mulheres representadas pela exibição de atributos como força, independência e poder, ao assumir os encargos advindos das ausências das figuras masculinas como o pai, os irmãos ou o cônjuge na chefia da família, parentes e agregados, dos negócios e da política local. Ao proporem essas publicações, as autoras constataram a presença dessas personagens na escrita da história das diversas regiões do país. Por esse motivo, Dona Noca foi apontada como um exemplo dessas matriarcas, personagem que inspirou a narrativa de Michol Carvalho e a construção da imagem da “senhora do sertão maranhense”.

O relato de Michol Carvalho sobre a trajetória de vida de Dona Noca foi composto pelas informações obtidas em São João dos Patos quando lá esteve por volta dos últimos anos da década de 1980. Informações essas disponibilizadas em trechos de jornais, algumas cartas, objetos de arte e de uso pessoal, bem como documentos, fotos, e as percepções da sua visita a capela pertencente à família de Dona Noca, lugar onde se encontra sepultada com os demais familiares. Contudo, esses materiais foram utilizados não para questionar ou contrapor possíveis estereótipos criados em torno da figura de Dona Noca, mas para realçar o que Carvalho intencionou ali encontrar: a matriarca do sertão maranhense.

A imagem de uma “grande matriarca” vincula-se às interpretações de Michol acerca de Dona Noca vista como uma mulher “valente, obstinada, enérgica, visionária, impetuosa, dominadora, autoritária, arrojada, amiga, inimiga, vingativa, mansa, violenta, do mesmo modo, uma “mulher forte que caminhou muito à frente de seu tempo”. Essas percepções sobre Dona Noca foram respaldadas pelos discursos referentes às suas ações, palavras, os comportamentos, de acordo com alguns depoimentos daqueles que lá encontrou, ao apresentá-los como os “amigos” e os “opositores” de Dona Noca, cujas memórias relatavam sobre a ex-prefeita e a matriarca que governou o município por longo período.

Figura 30: Dona Noca (centro) envolva de alguns trabalhadores ao seu serviço (s/data).



Fonte: SANTOS (Acervo Pessoal)

Uma das interpretações registradas por Carvalho, que captou traços de uma matriarca em Dona Noca, foi a referência ao trecho da matéria jornalística da *Revista do Globo*, advindas das impressões do repórter durante um encontro com Dona Noca:

Cruzamos os portais e um estreito corredor de entrada, impregnado de um áspero odor de couro e babaçu, levou-nos a um espaçoso pátio interno, onde uma dezena de pessoas, num grupo em forma de ferradura, conversava pausadamente sobre o último noticiário radiofônico da Capital. E dominando a ferradura, do alto de sua poltrona giratória sobre um estrato, D. Noca. De costas para a luz, com os cabelos incandescentes e feições escondidas na sombra, a mulher era apenas uma presença misteriosa. Nos dias seguintes eu veria aquelas feições mostrarem alternadamente cordialidade, desconfiança e impulsos mal contidos de cometer violência contra o repórter. Mas ao primeiro contato, surgiu a dama. Polida, com sua pura dicção maranhense capaz de confundir o brasileiro malfalante de outras regiões, estendeu-me a mão e as boas vindas¹⁵⁹.

Ao considerar essa descrição como um “retrato” de Dona Noca, Carvalho constrói uma representação da “matriarca de sua história”. Tal imagem é resultante da apropriação feita por Carvalho dos discursos dessa reportagem que versava sobre a exibição de uma autoridade e personalidade de Dona Noca, que alternam entre a cordialidade e a animosidade de um proceder. Os traços de um pretense “autoritarismo” configuraram maneiras de enquadrar a

¹⁵⁹Dona Noca, a Coronela do Sertão. *Revista do Globo*, citado por Carvalho (1990, p. 1).

figura de Dona Noca, sendo uma dessas, vinda de quem a “enfrentou cara a cara nos debates políticos”. Carvalho referiu-se a Eurípedes Bezerra, que atuou como tenente na delegacia do município de Barão do Grajaú. Na época da rebelião de 1951, o então tenente Eurípedes invadiu com sua tropa a casa de Dona Noca em São João dos Patos para revistá-la. Ao indagar Eurípedes Bezerra, sobre quem seria essa matriarca, seus relatos de memória fazem alusão à valentia e à força: “A Dona Noca? Vige Maria! Mulher valente, forte, tava ali! O jeito dela era o jeito dela, tinha que ser obedecida. Autoritária ao extremo; e quem não rezasse por sua cartilha não permanecia lá¹⁶⁰.”

No entanto, essa imagem difere das lembranças de Chico da Noca, identificado por Carvalho como um dos “amigos pessoais, que trabalhou muitos anos em São João dos Patos ao lado da matriarca”. Em suas memórias, Dona Noca foi uma pessoa “admirável, boa e mansa”¹⁶¹, e as imagens de “autoritária e personalidade forte” foram traduzidas pela “coragem e a determinação”, características de uma mulher que exerceu uma liderança política, na condução de um grupo de homens nos trabalhos das aberturas das estradas na região, ao enfrentar as condições adversas de meio “desconhecido, virgem, inabitado, onde o progresso precisava chegar”. E acrescenta: “Ela enfrentava essas matas por aí sem medo. Até caçava com os homens, desconhecendo o que fosse temor”.

As impressões sobre a liderança exercida por Joana conferiram sentidos às lembranças de outro amigo, que testemunhou o que denominou de “mutirões das aberturas de estradas” que interligaram São João dos Patos aos demais municípios da região sertaneja. Carvalho referiu-se a Kleber Moreira que, nessa ocasião era desembargador e no início da carreira atuou como promotor em Pastos Bons, transferindo-se depois para São João dos Patos, após sua demissão do cargo (Idem, 1990, p. 1). Em suas lembranças, a imagem de Dona Noca é a da “matriarca visionária”, do “heroísmo” de uma mulher que desbravou os sertões com vistas ao progresso e desenvolvimento do município sob o seu comando, cujas ações “autoritárias” de Dona Noca encontraram significados no contexto político vivenciado pela prefeita sertaneja¹⁶².

Percebemos nessas lembranças interpretações conflitantes no que diz respeito aos significados atribuídos a figura de Dona Noca, ao qualificá-la como “autoritária”. Com relação a isso. Gomes (2005, pp.116-119) analisa o autoritarismo como uma das experiências

¹⁶⁰Depoimento de Eurípedes Bezerra concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho (1990, p. 4).

¹⁶¹Depoimento de Francisco Soares de Sousa (Chico da Noca) concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *ibid*, p.4.

¹⁶²Depoimento de Kleber Moreira concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *idem*, p. 26.

marcantes da história política brasileira, ao construir a figura de um líder político pelos relevos da centralização e da personalização do poder, imprimidos numa face pública de uma autoridade em conhecer as necessidades e os anseios do território sob seu comando.

Em outros discursos, Carvalho registrou memórias que apontaram certos estereótipos nas descrições sobre Dona Noca, dentre esses, de uma “mulher que andava sempre armada, montada em um cavalo, acompanhada de guarda-costas e caracterizada por trejeitos masculinos”. Diferentemente do que era propagado, para aqueles que mantiveram uma convivência próxima, Dona Noca foi uma mulher de um “espírito arrojado, corajoso e independente, uma mulher sem vaidades, rosto lavado sem pintura, trajava sempre saia e blusa e sapatos de salto alto”. No que diz respeito à posse de uma arma, isso foi bastante explorado por seus opositores e pela imprensa que, segundo os pontos de vista dos amigos de Dona Noca, utilizavam desses fatos para denegrir a imagem pública da prefeita, associando-a à violência e à manutenção do poder:

O revólver, segundo depoimento dos amigos e parentes da matriarca, era utilizado apenas nos momentos de necessidade, como garantia de segurança [...] ‘Não o utilizava a qualquer momento, só na hora da necessidade. Quando íamos para o mato ela levava o rifle, porque lá a coisa era bastante braba. A Noca, porém, não gostava de ser vista armada’. A matriarca de São João dos Patos entrava em pânico ao imaginar que alguém pudesse fotografá-la armada. Fazia questão de conservar, pelo menos para quem estava de fora dos problemas políticos do município, a imagem de pacificadora (CARVALHO, 1990, p. 7-8).

Aspectos da vida particular também foram explorados para composição das imagens de Dona Noca como uma “matriarca sertaneja”. Assim, foi citada a condição de solteira, que foi apreciada de forma preconceituosa ao descrevê-la, por exemplo, como “uma mulher-macho”.

Divergindo dessa percepção, Doroteu Soares Ribeiro, outro amigo de Dona Noca, que foi advogado e promotor na região de São João dos Patos, relatou em depoimento cedido a Carvalho, que os motivos de Noca não ter optado pelo casamento devem-se “ao fato ímpar, de ser independente dentro do sertão daquela época¹⁶³”, além de criticar os diversos comentários maldosos que ouviu sobre a condição de solteira de Dona Noca. Versão atestada também no testemunho do amigo Kleber Moreira:

[...] essa história da Noca metida a macho [...] não tem fundamento. [...] já é por conta da língua do povo. A minha velha amiga foi noiva oito anos de um homem chamado Gonzaga, que era rico lá em Caxias, um noivo arranjado pelo pai, que queria ver todas as filhas casadas. A Noca então me contou: No dia em que meu pai morreu, na missa de 7º dia, chamei o Gonzaga na porta da igreja e lhe disse: o senhor sabe de uma coisa? Vá arranjar noiva em Caxias! porque em cima desse peito aqui homem não vai deitar, compreendeu? Se eu tivesse me casado não teria feito nessa vida nem metade do que fiz (Idem, p. 12-13).

¹⁶³Depoimento de Doroteu Soares Ribeiro concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *op. cit.*, p. 13.

Outra lembrança acerca da condição de solteira de Dona Noca constou no depoimento de Eurípedes Bezerra, ao lembrar a circunstância em que teve que escoltar o “jeep” de Dona Noca em viagem a uma das fazendas de sua propriedade, localizada num povoado da região. Segundo Bezerra, a decisão da escolta deveu-se ao fato de Dona Noca ter questionado uma de suas ordens, ao proibí-la de transitar por aquela estrada:

Dona Noca voltou e me disse: – os soldados são os primeiros quem vem perturbar a ordem. Eu respondi: a ordem que deu fui eu, para não passar ninguém, exceto com meu salvo conduto. Dei então ordens ao destacamento e ela seguiu, acompanhada de um soldado meu, até o povoado. Quando voltou, eu lhe disse. E a senhora, não casou? ‘Não caso, [eu] nunca casei, porque não quero ser manobra de homem [...]’.¹⁶⁴

Os enfoques sobre a condição de solteira produziram discursos que conceberam representações do desprestígio às experiências dessas mulheres vistas como “solteironas”. Segundo Maia (2007, p. 56), a “celibatária”, “mulher solteira” ou “solteirona” reportam-se às representações estigmatizadas acerca do celibato feminino presentes no imaginário da sociedade brasileira no século XX, ao definí-las como um tipo ridicularizado de mulheres que se desviaram dos ideais de “esposa e mãe” impostos pelos padrões sociais compartilhados também na época em que a Dona Noca viveu.

Numa reportagem intitulada “D. Noca, a única mulher prefeito do Brasil¹⁶⁵”, indagações foram direcionadas sobre quem seria dona Joana da Rocha Santos, à prefeita de São João dos Patos, prefeita municipal de São João dos Patos, e o seu programa de governo pautado nas áreas da saúde, educação e transporte. Entre essas indagações acerca das suas atitudes no espaço público, veio aquela que se referiu a sua vida particular, relativa à sua condição de solteira, inquirição que foi respondida por ela e transcrita pelo repórter da seguinte maneira: “sempre gostou de agir por si mesma, sem ninguém para atrapalhar...”.

¹⁶⁴ Depoimento de Eurípedes Bezerra concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *op.cit.*, p. 32.

¹⁶⁵ D. Noca, a única mulher prefeito do Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, 5 jun. 1950, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20dos%20Patos. Acesso em: 12 fev. 2019.

Figura 31: Enfoque da matéria jornalística sobre Dona Noca



Fonte: *Jornal A Noite* (1950)¹⁶⁶

Dona Noca foi lembrada como uma mulher que expressou sensibilidade, generosidade, solidariedade e espírito protetor, características que foram observadas em suas atitudes de uma prefeita que incentivou a educação, artes, esporte e a ecologia. Já no âmbito privado, essas faces de Dona Noca foram apreendidas nos auxílios oferecidos aos afilhados e jovens que estiveram sob sua tutela, ao atuar como uma mãe que “ama, protege, abençoa, aconselha e, quando necessário, também pune e castiga” (CARVALHO, 1990, p. 19). Uma de suas afilhadas, Gercina, concedeu um depoimento a Carvalho e lembrou Dona Noca por meio da educação dada pela madrinha:

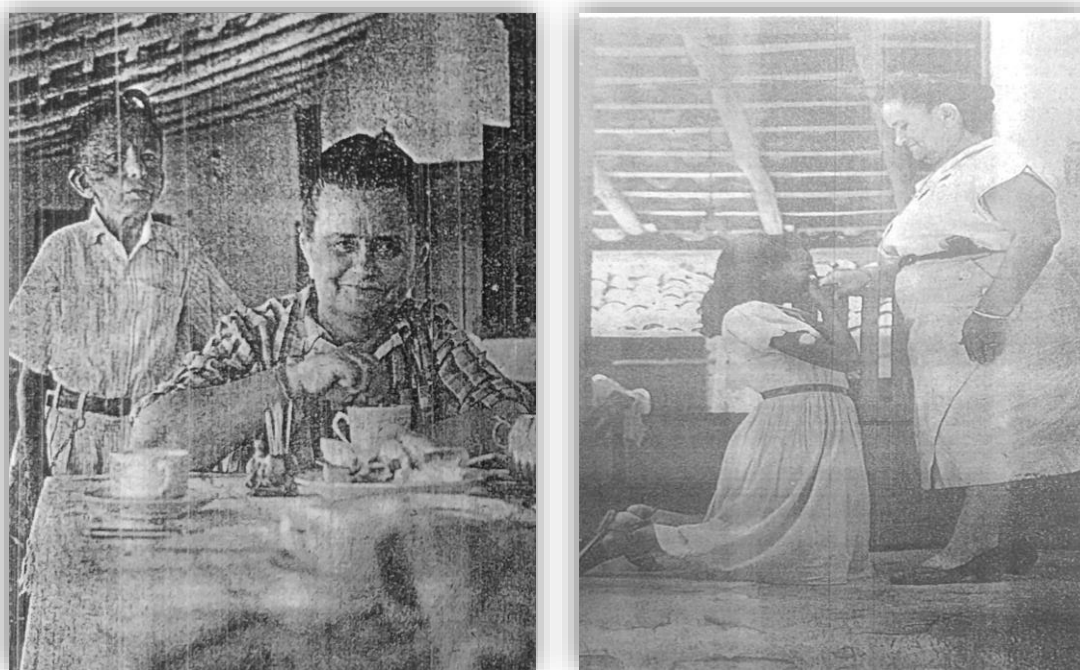
Ela me colocou no colégio, pois dava muito valor ao estudo. Ainda comecei no ginásio, mas casei e parei de estudar. Se quisesse poderia ter ido mais longe com minha instrução. [...] A disciplina era grande. Eu mesma para ir brincar na porta da rua tinha que pedir licença. Às vezes, Dona Noca deixava, outras vezes mandava eu dormir ou ir cuidar do serviço. Fui criada assim e não como o povo de hoje, solto, sem freio, sai e chega hora que quer. A gente só saía acompanhada com pessoas da confiança dela [...] ¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Imagem extraída do site: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=Joana%20da%20Rocha%20Santos&pasta=ano%201950. Acesso em: 3 dez. 2018.

¹⁶⁷ Depoimento de Gercina Alves da Silva concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *op. cit.*, p. 21-22.

Gercina citou outro afilhado de Dona Noca, conhecido como Joca, descrito como um “rapazinho pequeno e franzido que adorava ela, tanto que era mudo, mas aprendeu a dizer ‘Noca’, nem sei como”. A *Revista do Globo* expôs duas fotografias daqueles que seriam os afilhados de Dona Noca, acompanhada dos seguintes comentários: Joca, descrito como “o guarda-costas, que também faz às vezes de mascote”; já outra imagem, a representação da madrinha Dona Noca, “generosa e grande senhora que distribui favores àqueles que rogam junto a ela”.

Figura 32: A imagem da “madrinha” Dona Noca com seus afilhados, dentre eles, Joca (à esquerda).



Fonte: Revista do Globo (1951, p.21).

A imagem materna de Dona Noca compôs as lembranças de Marieta Carvalho Barros, prima da ex-prefeita e “uma de suas afilhadas mais queridas”, segundo Carvalho. Para Marieta, Dona Noca foi recordada como “maninha” que exprimia respeito, era enérgica, bondosa e “gostava de tudo na linha”:

Quando pequena, lembro dela ainda jovem, trabalhando no armazém de secos e molhados do pai, enquanto eu brincava sentada no chão. A ‘maninha’ criou muita gente, na casa não tinha empregada e essas pessoas que moravam lá faziam todo o serviço. Sempre era eu quem ficava responsável pela direção de tudo, quando ela se ausentava ou viajava. A gente devia sempre uma satisfação a ela das nossas atitudes e se ela não simpatizasse com o rapaz que quisesse nos namorar, adeus. Esse podia procurar outra moça em outro lugar [...] A maninha era inteligente, gostava das artes, da música e sabia tocar bandolim, piano e flauta¹⁶⁸.

¹⁶⁸Depoimento de Marieta Carvalho Barros concedido a Maria Michol Pinho de Carvalho, *op. cit.*, p. 20.

Ao escrever sobre os feitos de Dona Noca, Michol Carvalho constrói uma narrativa sobre sua personagem, que se assemelha a uma matriarca, ou seja, “um caso particular de mulher que ocupa um lugar tradicionalmente dos homens, uma mulher forte, vocacionada ao comando, cujas ações foram registradas por quem testemunhou ou ouviu falar sobre ela. Ancoradas nessas memórias, essas representações oferecem uma dimensão simbólica da vida e dos feitos dessa “senhora do sertão”, determinada pelo controle que exerceu e pelo poder que detém e demonstra ter (HOLANDA; QUEIROZ, 1990).

3.3.2 Uma líder sertaneja e um “exército de libertação”: Dona Noca por Neiva Moreira

Resisti, sempre, às sugestões para que prestasse este depoimento. Não sentia que a narrativa aqui feita pudesse interessar a leitores fora do ciclo de pessoas que participaram dos acontecimentos [...] Fui (e foram) assim, me convencendo de que a posição de recusa era equivocada, pois havia protagonizado e sido testemunha de fatos que, sem esse depoimento, não seriam registrados na sua expressão verdadeira e justa [...] Há ainda outro fator que me fez transigir: o sentimento de reconhecimento e justiça pelo que fizeram tantas pessoas extraordinárias, muitas vezes modestas e anônimas, que vi lutar, sacrificar-se, vencer ou morrer, na incessante batalha pela liberdade política, igualdade econômica e a justiça social.

Assim, José Guimarães Neiva Moreira¹⁶⁹, conhecido como Neiva Moreira, demonstrou suas motivações em publicar o livro *Pilão da Madrugada* (1989), ao reunir os escritos das suas vivências e dos testemunhos considerados desconhecidos pelo público. Ao

¹⁶⁹ Nascido em Nova Iorque (MA), no dia 10 de outubro de 1917. Iniciou carreira no jornalismo ainda na juventude, em São Luís; trabalhou no periódico *Pacotilha* e participou da incorporação desse jornal aos Diários Associados. Em fins dos anos de 1940, ao retornar para o Maranhão, fundou juntamente com outro familiar, o senador José Neiva, o *Jornal do Povo*, órgão jornalístico de oposição ao grupo político liderado por Vitorino Freire. No Rio de Janeiro, trabalhou nos Diários Associados, passando pelos jornais *Diário da Noite* e *O Jornal*, e pela revista *O Cruzeiro*. Foi eleito Deputado Federal nas legislaturas de 1955-1964, 1993-1994 e 1997. Devido ao golpe de 1964, Neiva Moreira teve seu mandato cassado e a proibição de suas atividades no *Jornal do Povo*. Após várias prisões, exilou-se na Bolívia e no Uruguai, onde passaria quase dez anos. Foi ainda vice-presidente nacional do PDT e presidente do diretório regional em São Luís. Publicou *Fronteiras do mundo livre*; *Brasília Hora Zero*; *O nasserismo e a revolução do terceiro mundo*; *O Exército e a crise peruana*; *O modelo peruano* e *O pilão da madrugada*. Faleceu em 10 de maio de 2012. Ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira>. Acesso em: 10 jan. 2019.

reconhecer sua condição de “protagonista e testemunha desses fatos”, os diálogos resgistrados pelo amigo, José Louzeiro¹⁷⁰, possibilitaram a Neiva Moreira construir suas narrativas acerca das tramas e das personagens que compuseram o jogo político de um tempo. O título do livro faz alusão a um desses episódios rememorados por Neiva Moreira (1989, p. 78), quando testemunhou o “batido do pilão” durante uma viagem realizada em lombo de burro pelos sertões:

Aliás, nessa viagem no comboio de burros, deparei-me pela primeira vez com a generosidade pura, a solidariedade espontânea e desinteressada. No meio da chapada desabitada, ouvi longínquo batido de pilão, varando a madrugada. Um tropeiro explicou-me o mistério. Três irmãs velhas, a intervalos curtos, faziam, noite após noite, como se pilassem arroz, para que algum viajante extraviado, ouvindo aqueles toques, soubesse que ali havia uma casa onde poderia orientar-se.

Ao relatar o episódio ao amigo Louzeiro, Neiva Moreira apropriou-se das elucidações de um tropeiro e conferiu significados às concepções de mundo que nortearam suas práticas enquanto político e jornalista. Para Louzeiro¹⁷¹, que ouviu “uma velha história sertaneja”, em Neiva Moreira um sentimento de identidade foi construído ao atribuir sentidos aos atos daquelas mulheres representados como valores desses sertanejos pautados pela generosidade e solidariedade.

Outras personagens foram representadas como protagonistas dos enredos das memórias de Neiva Moreira, ao saudar os vestígios de suas existências pelo “reconhecimento e justiça” aos seus feitos “extraordinários, modestos e anônimos”. Uma das personagens dessas lembranças foi Dona Noca:

Dona Noca ainda está à espera do seu biógrafo. Foi a mulher mais dominadora e decidida que conheci. E como mandava... Quando eu tinha 15 anos, levou-me do Barão a Patos¹⁷²– viagem de dois dias em lombo de burro, que hoje se faz em duas horas de carro – para que passasse lá a festa do padroeiro. Ela admirava minha mãe e transferira ao filho a amizade que as unia. Fui num comboio de burros que ela própria comandava. No meio da mata, tarde da noite, soou o alarme de ataque. Noca transfigurou-se. Era líder desassombrada. Em segundos, estendeu o “perímetro de defesa” e cuidou do estado de cada arma e de todos os atiradores. A mim, meteu num buraco, ultraprotégido. No silêncio da noite ninguém se mexia. Não se ouvia outro ruído que não fosse o dos bichos. Felizmente, o rebate era falso, e chegamos em paz a Patos. Na condição de hóspede, a primeira advertência que dela recebi foi acabar com o namorico que iniciara com uma caboclinha sestrosa do Largo da Matriz. Ela tomou conhecimento do romance pelo seu ativo serviço de informação e não gostou, pois já havia decidido que minha namorada seria outra garota, que eu iria conhecer

¹⁷⁰ **José Louzeiro** nasceu em São Luís, a 19 de setembro de 1932. Aos 16 anos, começou a trabalhar em jornais da capital maranhense, nas funções de revisor e repórter. Mudou-se em 1954 para o Rio de Janeiro, passando a trabalhar nos jornais *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *Luta Democrática*, *Jornal dos Sports*, *O Globo*, da *Revista PN (Publicidade & Negócios)* e *Correio da Manhã*. Viveu em São Paulo de 1972 a 1975, período em que trabalhou na *Folha de S. Paulo* e editor dos Diários Associados (*Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*). Ver: <http://www.academiamaranhense.org.br/jose-de-jesus-louzeiro/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁷¹ LOUZEIRO, J. In: MOREIRA, N. **Pilão da Madrugada**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

¹⁷²As cidades de Barão de Grajaú e São João dos Patos.

pouco antes da novena, como de fato ocorreu. As duas eram bastante atraentes, mas com dona Noca não dava para argumentar. As coisas tinham que ser ao seu gosto (MOREIRA, 1989, p.78).

Ao rememorar alguns eventos da juventude nos sertões, Neiva Moreira configurou uma imagem de Dona Noca na representação de uma mulher sertaneja, cujas ações foram interpretadas pela exibição de uma autoridade que, conseqüentemente, imprimia obediência às normas e decisões. Dos vínculos afetivos entre Neiva Moreira e Dona Noca entrelaçou-se uma imagem moldada pela liderança, coragem e proteção, como guias das ações “da líder desassombrada” frente às ameaças impostas pelas veredas de um sertão.

Todavia, antes de lembrá-la pela autoridade, coragem e liderança, o protagonismo político de Dona Noca encontrou alento nas reminiscências de Neiva Moreira sobre os acontecimentos da política maranhense que denominou a “Rebelião do Maranhão”. Também conhecida como “Greve de 51”, isto é, um desenrolar de conflitos políticos vivenciados na campanha eleitoral do Maranhão ocorrida no ano de 1950, marcada pelas disputas entre o grupo político chefiado pelo Senador Vitorino Freire e as “Oposições Coligadas”, uma aglutinação de partidos de oposição ao “vitorinismo”. De acordo com Buzar (1997, p. 9), ao citar o “vitorinismo”, Neiva Moreira referiu-se a um sistema político que, sob o controle do senador Vitorino Freire, manteve-se no poder por duas décadas, provocando fraudes eleitorais que campeavam no Estado inteiro, ausência de liberdade, desrespeito aos direitos fundamentais dos homens e manutenção dos atrasos econômicos e sociais do povo.

Conforme Cabral (2006, p. 4) esses acontecimentos tiveram como cenário as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal que converteriam os fins públicos em benefícios privados. Representou também um movimento articulado pelas Oposições Coligadas contra a posse do governador Eugênio Barros, aliado político de Vitorino Freire, cuja diplomacia foi apontada como mais uma manobra política assinada pelo vitorinismo. A greve alcançou patamares dramáticos por causa do falecimento do candidato ao governo Saturnino Belo¹⁷³, durante o processo de investigação das fraudes denunciadas apoiado pelas Oposições Coligadas.

¹⁷³**Saturnino Belo** nasceu em São Luís. Ingressou no comércio como empregado das firmas Jorge Santos e Francisco Aguiar e *Cia.*, uma das mais importantes da capital maranhense. Foi eleito deputado em 1934, participou da elaboração da nova carta estadual e exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) em 1945, elegendo-se a suplente de deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Em 1946, por indicação de Vitorino Freire, foi nomeado pelo presidente Eurico Dutra interventor no Maranhão. Rompeu com o PSD e filiou-se ao Partido Proletário do Brasil (PPB), onde foi eleito vice-governador. Em 14 de abril, tomou posse como vice-governador, ao lado de Sebastião Archer. Candidato ao governo do Maranhão nas eleições de outubro de 1950, Saturnino Belo foi derrotado por Eugênio de Barros, que concorreu na legenda do Partido Social Trabalhista (PST),

Enquanto um dos atores sociais ligados às Oposições Coligadas, Neiva Moreira formulou representações políticas constituídas por imagens, simbolismos e identidades, que moldaram os imaginários políticos sobre o Maranhão. De um lado, um Maranhão representado pelas “tradições de rebeldia” e seus atores – “soldados da Liberdade” e “autênticos maranhenses”, que protagonizavam cenas de heroísmos: “outro” foi concebido pelas práticas corruptas do que se denominou “Ocupação vitorinista”.

Dona Noca figurou como uma das personagens das narrativas de Neiva Moreira sobre aqueles que se opuseram a política vitorinista, cujas condutas de heroísmo da “líder sertaneja” foram traduzidas no apoio ao “Exército da Liberdade” que adentrou os sertões. As páginas do *Jornal do Povo*¹⁷⁴ noticiaram o contingente “rebelde” organizado nessa região sob comando de Raimundo Bastos, advogado e jornalista filiado às “Oposições Coligadas”. Contudo, o próprio Neiva Moreira indicou como umas das motivações de Dona Noca em retirar seu apoio ao referido movimento, pois ela “não via com clareza o sentido da rebelião”, além dos desentendimentos com o Raimundo Bastos devido ao tratamento que este dava a amigos seus, transformados agora em prisioneiros do “exército de libertação”, pois “Bastos prendeu-o e seus homens passaram a noite toda atirando do lado de fora da cadeia, simulando fuzilamentos. Noca achou que essa prática feria a ética do sertão” (MOREIRA, 1989, p. 77).

Figura 33: Notícia sobre o “Exército do Sertão”, também chamado de “Exército de D. Noca”.

Fonte: Diário Carioca (1951)¹⁷⁵



o que desembocou no movimento contestatório denominado “Greve de 51”. Devido à disputa pelo reconhecimento do eleito e à morte inesperada de Saturnino Belo em São Luís, no dia 16 de janeiro de 1951, o governo do estado foi entregue no dia 31 de janeiro ao desembargador Traiaú Rodrigues Moreira, presidente do Tribunal de Justiça. Eugênio de Barros só tomou posse em 28 de fevereiro de 1951. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/belo-saturnino>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁷⁴Saudamos a glória desses valentes sertanejos. *Jornal do Povo*, 21 set. 1951. In: BUZAR, Benedito. *Neiva Moreira: o jornalista do povo*. São Luís: LITHOGRARF, 1997, p. 68.

¹⁷⁵ Grave Situação em todo Maranhão. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 22 set. 1951, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&pasta=ano%201951&pesq=exercito%20do%20sertao%20C3%A3o. Acesso em: 10 out. 2018.

Tendo o nome vinculado ao “exército de libertação”, a figura de Dona Noca foi explorada pelos periódicos de diversas regiões do país, ao ponto de ser identificada como a líder do movimento rebelde dos sertões. O *Diário de Notícias* publicou um telegrama enviado por Dona Noca ao então deputado José Neiva, onde informou sobre um “levante contra a diplomação de Eugênio de Barros que ameaçava guerra civil o médio sertão”. Afirmou ainda que telegrafou à senhora Darci Vargas e ao ministro de Guerra com fins de evitar “derrame de sangue ao povo sertanejo”, bem como apontou como solução a “intervenção prevista na Carta Magna”¹⁷⁶.

Outros posicionamentos foram divulgados pela imprensa nacional que pressupunha sobre como teria ocorrido a participação de Dona Noca no levante de 1951 nos sertões maranhenses. Um desses, exibida como versão “oficial”, integrantes da base do governo de Eugênio de Barros transmitiram em outros jornais um possível telegrama enviado por Dona Noca ao gabinete do então governador:

RIO, 24 (Asp) – O chefe do gabinete do governador Eugenio de Barros, do Maranhão, sr. Arimatea Ataíde, num telegrama enviado hoje, declara: A cidade de São Luís está em completa calma. O governador Eugênio de Barros acaba de receber da senhora Noca Santos, ex-prefeita e atual líder política de São João dos Patos, um telegrama datado do dia 22, anteontem, dizendo ter chegado a noite passada naquela cidade. O telegrama de Dona Noca diz que essa senhora encontrou sua casa ocupada por um grupo armado e que a população de São João dos Patos estava grandemente alarmada. Declara ainda o telegrama de Dona Noca Santos ao governador Eugênio de Barros, que conseguiu após grande esforço fazer retirar para fora da cidade o grupo armado. Frisa que a situação do sertão maranhense é aflitiva e insegura. A seguir, o sr. Arimatea Santos desmente que a ex-prefeita Noca Santos de São João dos Patos estivesse liderando o movimento revoltoso naquele município. Finalmente, declara o chefe do gabinete do governador Eugênio de Barros que está sendo esperada a qualquer momento a prisão do advogado Raimundo Bastos que se intitula chefe do Exército Libertador Sertanejo¹⁷⁷.

Em meio às especulações, muitas dessas reforçadas pela imprensa da época, Dona Noca foi interpretada nas narrativas de Neiva Moreira como uma mulher cuja existência foi tracejada por “feitos heróicos” de um protagonismo político sertanejo. Representada como uma “líder”, os enredos de sua trajetória, de acordo com as memórias e Neiva Moreira, identificam uma autoridade, coragem, um espírito generoso e solidário, bem com a dramaticidade, atos de uma vida que “ainda está à espera do seu biógrafo”.

¹⁷⁶ Irrompeu um movimento armado no interior do Maranhão. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 21 set. 1951, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=Maranh%C3%A3o. Acesso em: 12 nov.2018.

¹⁷⁷ O telegrama de D. Noca. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 24 set. 1951, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098230&pasta=ano%20195&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 12 nov.2018.

3.3.3 Dos lugares por onde uma “Dona” trilhou: memórias sobre Joana da Rocha Santos

Ao perscrutarmos a trajetória de Joana da Rocha Santos, a documentação apreciada nos capítulos antecedentes ofereceu alguns indícios que construíram a trajetória de vida, além de explicitar as diversas imagens forjadas durante esses percursos, que delinearão representações sobre a figura de Dona Noca. Ao seguir por essas trilhas, prosseguimos em direção aos rastros deixados por Joana da Rocha Santos ancorados no tempo presente.

Conduzidos por indícios já conhecidos dessa trajetória de vida, seguimos rumo aos sertões maranhenses, atualmente denominados como “sul do Maranhão”, com o intuito de chegar a São João dos Patos. Geograficamente, o município está localizado na região no sudeste do Maranhão e, conforme as classificações criadas pelo Estado, pertence à Microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru¹⁷⁸, considerado sede da Região de Planejamento do Sertão Maranhense (MARANHÃO, 2008)¹⁷⁹, juntamente com os municípios limítrofes: Passagem Franca e São Francisco do Maranhão, ao norte; Barão do Grajaú, a leste; Paraibano, Pastos Bons e Nova Iorque; a oeste, e ao sul, com Estado do Piauí.

Considerado um município de relevância socioeconômica, geográfica e política da sua região, São João dos Patos ostenta alguns títulos. Dentre esses, “Princesa do Sertão”, “Capital do Médio Sertão Maranhense”, “Joia do Médio Sertão”, e “Namorada do Sertão”, esta que, conforme uma edição periódica referente às celebrações do aniversário da cidade, de junho de 1998, faz alusão às celebrações da emancipação do município (12 de junho de 1938) e que coincidiu com data em que se comemora o dia dos namorados. “Capital dos Bordados” é uma

¹⁷⁸De acordo com o IBGE (1990), as microrregiões apresentam especificidades quanto à organização do espaço, que se referem à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, que resultam da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares. A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos, ao expressá-la em nível micro ou local. Assim, a Microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencentes à mesorregião Leste Maranhense. Está dividida em treze municípios. Barão de Grajaú, Colinas, Jatobá, Lagoa do Mato, Mirador, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Sucupira do Norte, Sucupira do Riachão. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas: Volume I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22_69_1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁷⁹Já a Região de Planejamento do Sertão Maranhense é uma das 32 Regiões Administrativas de Planejamento a que o Estado do Maranhão está dividido. Instituída pela Lei Complementar 108/2007, que substituiu a antiga Gerência Regional de São João dos Patos. **MARANHÃO**. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão / Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008. Disponível em: http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/regionalizacao_MA_2007.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

designação recente e atribuída à cidade pelo destaque conferido à produção de artesanato, especialmente os bordados em ponto-cruz, confecção das redes e dos crochês.

O reconhecimento da importância do artesanato para a população patoense impulsionou a construção do Centro de Artesanato Dona Sula, localizado no centro da cidade e destinado à exposição e à comercialização dos bordados produzidos pelos trabalhos realizados por grupos de mulheres patoenses, além das associações Casa dos Bordados e da Associação de Mulheres Agulha Criativa (AMAC), criada no ano de 1992. Num estudo sobre as relações sociais de gênero a partir da narrativa das mulheres que se dedicam à atividade artesanal dos bordados, Segadilha (2014) investigou a construção da identidade de São João dos Patos representada como “capital dos bordados”, a partir das trajetórias das mulheres que bordam cuja atividade sustenta o referido título da cidade. Por intermédio das experiências dessas bordadeiras, suas falas expuseram recordações relacionadas à vida e ao ofício, ao permitir discussões sobre as identidades de gênero e os significados atribuídos ao ofício.

Conforme Segadilha (2014) num estudo sobre as relações sociais de gênero a partir das narrativas das mulheres que bordam na cidade e a construção da identidade de São João dos Patos representada como “capital dos bordados”, a autora investigou a trajetória dessas mulheres bordadeiras cuja atividade é o alicerce do referido título da cidade. Por intermédio da experiência das bordadeiras patoenses, suas falas expuseram recordações relacionadas à vida e ao ofício, ao permitir discussões sobre as identidades de gênero e os significados atribuídos ao ofício.

Ao ler sobre as bordadeiras de São João dos Patos, tecelãs das “lembranças feitas à mão”, segundo o olhar de Segadilha, veio o despertar das memórias. Nasci e permaneci nesses sertões até os 12 anos de idade. Por ter vivenciado essa identidade de “menina sertaneja”, vieram lembranças das primeiras lições sobre o ato de bordar a mim repassadas por outras mulheres que se dedicavam a arte do bordado ponto-cruz e do crochê.

Rememorar o ato de bordar ensinado na tenra idade foi como um auxílio para compreender o ofício que pratico neste tempo: o de historiador. A metáfora dos “fios de um tapete” remete à descrição do ofício do historiador diante da busca pelo conhecimento de um passado em suas várias formas de representação e mediado pelas fontes de pesquisa, essas vistas como vestígios deixados pelo passado. Por fios e rastros, a prática do historiador se desenrolaria nesse de labirinto de histórias, que seria percorrido graças ao auxílio dos rastros, das pistas ou dos vestígios deixados pelos indivíduos ao longo do tempo (GINZBURG, 2007, p. 7).

Nos meandros desses relatos sobre uma trajetória de vida, deveríamos seguir os vestígios de Joana da Rocha Santos orientados pelos fios da história. Assim, na região limítrofe

entre Pastos Bons e São João dos Patos, já nos era relatado o que podemos considerar como um desses vestígios de Dona Noca: o trecho por onde transitávamos, foi uma dessas estradas construídas pelos grupos de trabalhadores liderados por Noca, durante um dos períodos em ela que esteve à frente da gestão municipal.

A chegada a São João dos Patos suscitou indagações sobre como investigar esses rastros e por onde eles nos levariam. De início, nos deparamos com uma cidade que se representa envolta por morros e lagoas, vivencia o movimento do tráfego das rodovias federais que entrecortam parte do seu espaço urbano (BR-135 e BR-230), os deslocamentos dos indivíduos que transitam por seus lugares, a dinâmica do comércio, da agroindústria e dos serviços que estimulam a economia local, atividades essas que atraem pessoas dos municípios circunvizinhos a confluírem a São João dos Patos. Nos registros pretéritos da cidade, nas décadas de 1950 e 1970, a agroindústria do arroz, do algodão e do babaçu, as estradas, instalação das primeiras agências bancárias e condição de proximidade com a Usina Hidrelétrica de Castelo Branco (Boa Esperança) foram alguns dos símbolos que representaram um tempo de desenvolvimento desse município (SANTOS NETO, 2006, p. 133).

Nas primeiras caminhadas pela cidade em busca dessas pistas de um passado que nos possibilitasse conhecer as impressões conservadas sobre a personagem em questão, que alcançou uma visibilidade na imprensa de sua época pelo cargo público que ocupou, pelos valores, normas, sentimentos, opiniões e ações políticas. Ao definir o espaço como um lugar praticado, a leitura proposta por Certeau (2008, p.184) elucidou nossa caminhada por São João dos Patos ao permitir, de forma simbólica, apropriarmos desses espaços, por moldar e tecer esses lugares dotando-os de significações onde “os nomes próprios cavam reservas de significações”.

Ao caminharmos por São João dos Patos, obtivemos informações sobre alguns pontos da cidade alusivos à memória de Joana da Rocha Santos: na entrada da cidade, a Escola Municipal Eurico Santos¹⁸⁰, a Rua Santos Sobrinho¹⁸¹ (João da Rocha Santos Sobrinho), e o Hospital Regional Dr. Celso Rocha Santos¹⁸². Dessas referências aos nomes dos integrantes da família “Rocha Santos”, podemos apreender alguns dos aspectos relativos à história do

¹⁸⁰ Escola localizada na Avenida Presidente Médici, Bairro Olaria.

¹⁸¹ Oficializada pela Lei municipal n.º 528/2016, de 14 de dezembro 2016, que dispõem sobre critério da Oficialização e Denominação das Vias, Logradouros, Praças, Avenidas, Próprios Públicos já existentes e conhecidos no município e dá outras providências, a Rua Santos Sobrinho é uma homenagem pública a João da Rocha Santos Sobrinho, pai de Joana da Rocha Santos. Disponível em: http://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/01/Lei-N%C2%B0-528_2016-.pdf.

¹⁸² Localizado na Rua Joaquim Távora, bairro Cajazeiras em São João dos Patos.

município devido à importância concedida aqueles que foram considerados como “personagens ilustres”.

Ao indagarmos sobre a existência de alguma denominação de logradouro público ou homenagem à ex-prefeita Joana da Rocha Santos que reverenciasse sua memória, obtivemos a informação sobre a existência de uma instituição de ensino denominada *Colégio Patoense Joanna da Rocha Santos*. Pertencente à Fundação Educacional e Assistencial Paulo VI, instituição estabelecida nos anos de 1960¹⁸³, o nome da referida instituição sinaliza um tributo à ex-prefeita cuja memória dos tempos de sua administração foi representada pelas iniciativas em benefício da educação no município, na construção de escolas, na nomeação de professoras e por sua condição de filha de um professor público.

Outros locais de reminiscências da gestão da ex-prefeita Dona Noca rememoram algumas das ações voltadas às causas educacionais do município e ainda permanecem em funcionamento no município. Referimo-nos às instituições de ensino público: os Grupos Escolares “Paulo Ramos” e “Presidente Vargas”, hoje denominados respectivamente, “Centro de Ensino Paulo Ramos” e “Unidade Integrada Presidente Vargas”, sob a responsabilidade do governo do Estado e que oferecem a modalidade de ensino fundamental e médio.

Conquanto, ao realizarmos uma pesquisa no catálogo do acervo fotográfico relativo aos municípios brasileiros, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos deparamos com uma fotografia identificada como uma imagem da “Praça Joana da Rocha Santos”¹⁸⁴, todavia, as informações constantes na legenda não indicaram, de forma precisa, dados como autor, ano, dentre outros. Nos dias atuais, constatamos que o referido logradouro recebe o nome de “Praça Getúlio Vargas”, e sobre essa possível mudança de nomenclatura, não obtivemos referências que esclarecessem os motivos da alteração, somente uma menção ao ato de oficialização constante na Lei n.º 528/2016, de 14 de dezembro de 2016¹⁸⁵.

¹⁸³Inicialmente, “a fundação esteve voltada ao lazer, chegando a fundar o Esporte Clube Laguna. Em 1964, impulsionada em valorizar a educação da região, fundaram a Escola Joanna da Rocha Santos, que ofertava o curso de Habilitação para o Magistério em nível normal, para sanar as deficiências do ensino da cidade [...] No mesmo ano, foi criado o Ginásio Patoense, primeira escola de caráter filantrópico da região, que atendia à demanda de praticamente todos os municípios das redondezas e visava preparar o aluno para o curso normal. Na década de 1980, a escola passou a funcionar também como educação infantil e com o Ensino Fundamental das primeiras séries, mantendo essas modalidades até hoje. Houve também a fusão do nome em Colégio Patoense Joanna da Rocha Santos. Teve como primeiro presidente da Fundação, o Senhor Eurico da Rocha Santos, conforme registrado em ata de 09 de julho de 1963”. Disponível em: <http://www.colegiopatoense.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁸⁴**Praça Joana da Rocha Santos**: São João dos Patos, MA. IBGE. Local: [S. l.], Editor: [s. n.], Ano: [19--], Série: Acervo dos municípios brasileiros: Maranhão; Praças; São João dos Patos (MA) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=435543&view=detalhes>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁸⁵**Lei N.º 528/2016, de 14 de dezembro 2016**, *op. cit.*, p. 11.

Figura 34: No canto, à esquerda, fotografia da Praça Joana da Rocha Santos (s/data). Abaixo, à direita, nos dias atuais, uma imagem da “Praça Getúlio Vargas”.



Fonte: Catálogo IBGE [19--]¹⁸⁶



Fonte: Do autor
(2018)

À procura de outros sinais, encontramos um registro no trabalho de autoria de uma pesquisadora local na seção destinada aos aspectos históricos da cidade, especificamente, àqueles relacionados à trajetória de Joana da Rocha Santos. Informou que, presumivelmente, a ex-prefeita foi a inspiração para um seriado de TV, com o título *Rainha do Agreste*, de Ferreira Gullar (LIMA, 2004, p.53). Com relação ao seriado de TV, esse foi uma das peças veiculadas no programa *Aplauso*, produzido pela Rede Globo e criado com o propósito de revitalizar o

¹⁸⁶Imagem extraída do site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=435543&view=detalhes>. Acesso em: 18 fev. 2019.

teleteatro, ao adaptar peças teatrais nacionais ou estrangeiras, cujos textos deveriam obedecer aos critérios como: variedade de gêneros, apelo ao público e facilidade de montagem¹⁸⁷.

Escrita por Ferreira Gullar¹⁸⁸, *Dona Felinta, a Rainha do Agreste* foi exibida nos dias 15 e 22 de outubro de 1979, com episódios divididos em duas partes: na primeira parte, “mostra a luta travada por uma mulher, prefeita de São Pedro do Campo (MA), para manter sua liderança política na região”; já na segunda, focaliza sua campanha, enfraquecida com a morte de um dos principais cabos eleitorais, um jagunço, mas fortalecida com a revolta da população diante do assassinato e da tentativa dos soldados de impedirem o enterro¹⁸⁹.

Pressupõe-se que a inspiração de Gullar em compor o enredo de sua peça resultou das lembranças de suas experiências na região dos sertões maranhenses em sua estadia por volta dos anos de 1950, a convite do então líder político local, senador Jose Neiva. Em depoimento cedido à TV Câmara (2001)¹⁹⁰, Gullar rememorou o tempo de sua estadia nos sertões maranhenses, na condição de jornalista que acompanharia os desdobramentos da “campanha política da Oposição no Agreste Maranhense”, organizada pelos grupos políticos daquela região em apoio à eleição de Saturnino Belo, candidato ao governo do Estado apoiado pelas “Oposições Coligadas”, em disputa com Eugênio Barros, apoiado pelo grupo político liderado por Vitorino Freire.

Em nossas andanças pela cidade, foi-nos indicado como uma possibilidade de local da pesquisa o prédio onde funciona a sede da empresa Rocha Santos Agroindústria, em cuja fachada ainda permanece o antigo nome, “Rocha Santos & Filhos”. Lá fomos recepcionados e

¹⁸⁷ MEMÓRIA GLOBO. **Teleteatro**: Aplauso. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/teleteatros/apluso/formato.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019

¹⁸⁸ **José de Ribamar Ferreira** nasceu em São Luís do Maranhão, em 10 de setembro de 1930. Modificou seu nome aos 18 anos, que viria sob inspiração do “Goulart” materno. Foi locutor da *Rádio Timbira*, do Governo do Estado do Maranhão, e exerceu o ofício de jornalista no *Jornal do Povo*. Trabalhou nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, e nos jornais *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. Em 1961, assumiu a direção da Fundação Cultural de Brasília, ocasião em que construiu o Museu de Arte Popular. Já em 1962, passa a fazer parte do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e também trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo*. Filiou-se ao Partido Comunista em abril de 1964, no mesmo ano em que participou da fundação do Grupo Opinião, com Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes, Armando Costa e outros. Entretanto, após a instituição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em dezembro de 1968, Gullar foi preso. Em 1975, Gullar escreveu na capital argentina aquele que se tornaria seu livro mais famoso: *Poema sujo*. O poeta acaba retornando ao Brasil em 10 de março de 1977. De 1992 a 1995, assumiu a direção da Funarte, rebatizada assim por ele em substituição ao Instituto Brasileiro de Arte e Cultura. Sétimo ocupante da cadeira n.º 37, eleito em 9 de outubro de 2014, da Academia Brasileira de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 2016. Ver: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1042/biografia>; <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ferreiragullar>. Acesso em: 10 fev. 2019.

¹⁸⁹ **Dona Felinta, a Rainha do Agreste**. Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/teleteatros/apluso/dona-felinta-a-rainha-do-agreste-15-e-22-10-1979.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ CAMARA DOS DEPUTADOS. Biblioteca e publicações. Arquivo. Memória Política. **Depoimentos**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-epesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/ferreira-gullar/texto>. Acesso em: 18 fev. 2019.

convidados a realizar outra caminhada pelas ruas patoenses, em direção à Capela São José, local onde estão sepultados alguns membros da família “Rocha Santos”. Adentamos a edícula e ouvimos os relatos sobre a construção desse local, sua importância para a história da cidade e da preservação da memória da família. O jazigo de Joana da Rocha Santos fica localizado próximo à entrada dessa capela, adornado com flores, uma escultura religiosa e a epígrafe, onde consta a seguinte inscrição: *Um exemplo de coragem. Primeira prefeita do Brasil. Sua saudosa memória está gravada nos entes queridos e em todos os que a conheceram. Sua história se perpetuará através das gerações brasileiras.*

Figura 35: Capela São José e o túmulo de Joana da Rocha Santos.



Fonte: Do autor (2018)

Interpretada como um “exemplo”, “coragem” e o “pioneirismo”, o registro insculpido na lápide intenciona uma prática de conservação de uma memória sobre Joana da Rocha Santos, com o intuito de imortalizar seu nome, ao criar uma representação que impossibilitasse o esquecimento da importância de sua figura para a história local. Nessa relação entre história e memória, a lápide simboliza um lugar de recordação, uma representação que monumentaliza uma trajetória de vida que deve ser perpetuada.

Além da visita à capela, algumas fotografias, recortes de jornais, fontes bibliográficas, dentre outros foram indicados como materiais para esse estudo e que remeteriam à memória de Dona Noca. Na perspectiva de Le Goff (2003, p. 536), esses materiais denominados como “documentos/monumentos”, além de evocar a perpetuação de uma memória, ampliam possibilidades de decifrar os rastros da ação humana no tempo. Procuramos nesses “documentos/monumentos” alguns desses sinais que permitiriam um contato com esses enredos protagonizados pela ex-prefeita.

Lugares de memórias, segundo Nora (1993, p. 109), que tentam uma representação de forma simbólica ou material das vivências de um indivíduo.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momentos de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação.

Ao percorrermos esses “lugares de memórias”, outros vestígios puderam ser conhecidos por meio dos relatos que perpetuam lembranças dos feitos de Dona Noca. Conforme Amado (1997, p. 135), mediados pela memória, esses relatos possibilitam a compreensão dos diversos significados que os indivíduos e os grupos sociais conferem às experiências vividas.

Ao ouvirmos essas narrativas, imagens acerca de Dona Noca foram recriadas pelas memórias desses narradores¹⁹¹, ao representá-la pela liderança política e pelo cargo de prefeita de São João dos Patos que exerceu durante anos. Além disso, um tempo passado da cidade é reconstruído e reinterpretado pelas ações Dona Noca enquanto prefeita, por uma forma de gestão interpretada como “um tempo de progresso e desenvolvimento vivenciados em São João dos Patos”: abertura das estradas, construção de escolas, do mercado, incentivos às artes e ao esporte, ações de conservação da natureza, e outros.

Um dos narradores¹⁹² nos relatou aspectos referentes à trajetória de vida de Joana da Rocha Santos que estão relacionados com a construção da escrita da história do município de São João dos Patos. Uma narrativa permeada de elementos identitários, por meio da representação de uma cidade, onde a disposição de suas ruas, a constituição do espaço urbano, os acidentes geográficos, dentre outros, são alguns desses sinais que testemunham o passado do referido município. Na construção dessa narrativa, atenta-se para o protagonismo político

¹⁹¹Por motivos éticos, optamos pela identificação dos narradores por meio de siglas. Tal escolha justifica-se pelo cuidado em preservar a identidade, protegendo-os de qualquer situação que possa causar constrangimento e/ou desconforto.

¹⁹²Depoimento concedido por L.S.F.C. São João dos Patos – MA, 2019.

de Dona Noca, recordada nessas memórias por uma trajetória de vida “singular” e pela maneira como foi educada no ambiente familiar:

[...] um aspecto da formação educacional de Dona Noca que já mostra que a família dela tinha uma visão diferente dos valores entre homem e mulher. Qual era a família que incentivava uma filha a ter uma definição do que é comércio, do que é negociação, do que é venda e do que é colocação? E que ela não perca a sua essência, da feminilidade, dos afazeres e do que gosta de fazer, do bordado, da música, de alguma coisa. As mulheres de São João dos Patos, na época de 1919 até 1934, as mulheres de São João dos Patos tinham veia artística. Eram músicas, tocavam bandolim, tocavam instrumentos. [...] Dona Noca teve uma criação totalmente diferente, uma, entre aspas, uma, uma criação liberal dentro de uma constituição de um princípio familiar, ou seja, ela tem a liberdade para ela ver como funciona, para ela entender como vai ser, e ela tenha uma autoridade para intervir naquilo. Então mostra um diferencial da educação. Então o pai dela já tinha uma visão de que, o pai e a mãe já tinham uma visão de que a educação da filha não era somente para questão da casa, ela poderia ser muito mais do que aquilo ali. [...] Então, é, você vai ver que tudo tem uma tendência a direcionar a mulher a submissão, e subserviência, no caso. [...] A característica do que forjou a ideia dela, o sofrimento da perda do irmão, a perda dos pais, aquilo ali foi forjando uma moldura de que ela teria de ter a força realmente para colocar aquilo que era importante para que tudo funcionasse.

Em outro depoimento concedido a este estudo, foi possível constatar uma moldura de singularidade numa representação da trajetória política de Dona Noca, que iniciou sua participação na vida pública, na companhia do pai, considerado pela sociedade de sua época um dos grandes comerciantes e um líder político influente da região, ao “permitir que uma moça opinasse, participasse e representasse nos negócios”¹⁹³. Das imagens construídas em torno da figura de Dona Noca, como “autoritária” e “dominadora”, essas foram criadas por alguns discursos disseminados à época por opositores e por aqueles que desconheciam a história de vida de Joana da Rocha Santos.



Figura 36: Dona Noca (centro), numa aparição pública e cercada por homens, em São João dos Patos [195?] década provável.

Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)

¹⁹³ Depoimento concedido por R.S.L.M.S. São João dos Patos – MA, 2019.

Diferentemente, nessas lembranças, assim como nas memórias daqueles que conviveram com ela, Dona Noca é recordada pelas qualidades como “coragem”, “honestidade em dizer o que ela achava”, “uma mulher de posição”, “que sabia o que queria da vida”, cuja “presença que impunha respeito”:

Uma mulher que tem coragem de enfrentar os negócios, de exportar mercadorias para a Europa, de tomar decisões políticas, prender e soltar, officiar casamentos, representar o município. Então, naquela época é, isso tudo mexe com o imaginário, e ela deveria, deve ter se defendido, deveria ter quando viajava alguma arma, [...] nunca viu uma arma [...] ela era uma mulher fantástica [...] Ela tinha muitos defeitos, em razão do próprio ambiente em que viveu, na própria época em que viveu. O ambiente, a época, a cultura, a discriminação a mulher. E ela foi uma mulher que venceu.¹⁹⁴

Num dos trechos de outro relato, atentamos para a composição das lembranças de Dona Noca que foi relemburada por uma maneira particular de como imprimiu respeito, pela “força de uma presença”: “Ela não gostava de falar. Ela gostava de determinar. Ela se impunha mesmo pela presença e uma capacidade imensa de aglutinar pessoas em torno dela¹⁹⁵”. Compõem esses enredos de lembranças da ex-prefeita, as viagens realizadas por Dona Noca, dentre elas, a viagem realizada num “jipe” na década de 1950, ao partir de São João dos Patos para o Rio de Janeiro, que em seu tempo foi considerada uma atitude “ousada”. Sobre isso, na apreciação do periódico patoense *Jornal da Cidade*¹⁹⁶, numa edição dedicada aos 50 anos de emancipação do município, essas viagens de “jipe” empreendidas por Dona Noca foram consideradas na época como “uma loucura principalmente porque eram provenientes de “um corpo, uma audácia e um cérebro feminino”.



Figura 37: Dona Noca em seu “jipe”, na ocasião de sua viagem ao Rio de Janeiro.

Fonte: *O Cruzeiro* (1952, p.66)¹⁹⁷

¹⁹⁴ Depoimento concedido por R.S.L.M.S. São João dos Patos – MA, 2019.

¹⁹⁵ Depoimento concedido por B.H.H. São Luís – MA, 2019.

¹⁹⁶ **Jornal da Cidade**. São João dos Patos, 12 de junho de 1988, p.6.

¹⁹⁷ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Acervo Diários Associados**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Dona%20Noca>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Dos aspectos alusivos aos trajetos de Dona Noca que puderam ser apreendidos por essas memórias narradas foram citadas algumas obras realizadas na gestão municipal que evidenciam um “senso de justiça” que, de acordo com essas versões sobre o passado, traduziram a preocupação da ex-prefeita Noca com os setores populares. Daí, a criação da “Escola pé no chão”, “uma instituição voltada para crianças de baixa renda, sem a obrigatoriedade de uso de uniforme ou sapatos”, e a “Caixa do Pobre”, uma escola de cunho profissionalizante voltada para o ensino de marcenaria, artesanato, dentre outros. Explicitam essas ações no campo educacional, a matéria pelo jornal *O Imparcial* de 1938, que divulgou uma reportagem com o então interventor do Maranhão Paulo Ramos acerca das “Escolas para os pés descalços”. De acordo com o interventor, foram fundados três estabelecimentos na capital e foram recomendadas aos prefeitos para a instalação dessas escolas em seus respectivos municípios:

Rápida alfabetização é a legenda dessas escolas. Ler, escrever, contar e o ensino profissional também sumário. Os alunos podem assistir às aulas com qualquer roupa e até descalços. Daí a denominação. O objetivo é a redução da ignorância popular que, sobretudo no norte do país, atinge a proporções impressionantes¹⁹⁸.

Nesses depoimentos que recompõem memórias de Dona Noca, foi enfatizada a sensibilidade as causas populares, como foi o caso do apoio concedido por Dona Noca aos trabalhadores do povoado chamado de “Sucuruju”, pertencente ao município de Barão de Grajaú. O episódio “do Sucuruju” diz respeito às disputas pela posse de terras entre um latifundiário da região e pequenos agricultores de origem quilombola que residiam naquelas terras há muito tempo. Fonseca Neto (2006, p. 584) afirmou que a povoação do Sucuruju no século XX foi considerada uma referência histórica importante para os moradores negros da região, que detinham a posse imemorial de suas terras e que reagiram as ameaças dos latifundiários da região e puderam contar com o auxílio de Dona Noca.

Outro episódio que reporta a solidariedade como representativa dos atos de Dona Noca frente às causas populares foi o assentamento do “Pati”, construído por volta dos anos de 1960 e que recebeu o amparo de Dona Noca aos jovens revolucionários das ligas camponesas, que defendiam a posse da terra e lutavam por reforma agrária. O apoio de Dona Noca ao assentamento do Pati foi lembrado como uma “experiência do campo, sigilosa e prudentemente por ela protegida, dá a dimensão exata de seu engajamento e da atualidade de sua luta”¹⁹⁹.

¹⁹⁸As Escolas para os pés descalços. **O Imparcial**. São Luis, 10 mai. 1938, p.2. Disponível em: Hemeroteca da Biblioteca Nacional: Acervo DASPRESS. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pasta=ano%20193&pesq=p%C3%A9s%20descal%C3%A7os>. Acesso em 10 mar. 2019.

¹⁹⁹HELUY, Helena. Dona Noca: um testemunho para a história. **Sertão News**. São João dos Patos. Ano 1. Jun. 1998, p. 4.

O cenário onde se desenrolou a atuação política de Dona Noca foi interpretado como um espaço de outros protagonismos femininos nas tramas políticas daquele tempo. Além de Dona Noca, nesses sertões maranhenses outras mulheres também percorreram trajetórias na vida pública, como prefeitas municipais. Em seus relatos²⁰⁰, B.H.H lembrou esses sertões maranhenses como um espaço onde se presenciou protagonismos femininos na política sertaneja, em referências as mulheres que naquela época atuaram como prefeitas em alguns municípios da região. Foram mencionadas as ex-prefeitas: Alcina Rocha Santos Neiva, irmã de Dona Noca (Pastos Bons) e Antonia Martins Pires Soares (Barão de Grajaú), aproximadamente nos anos de 1940; Maria de Jesus Neiva de Santana, por volta dos anos de 1950 e 1980 (Nova Iorque). Em outras documentações, identificamos mandatos das ex-prefeitas Adélia Teixeira da Silva (Pastos Bons, anos de 1950)²⁰¹, e Maria de Lourdes Pereira (São João dos Patos, 1952-1956)²⁰².

Figura 38: Na imagem, duas mulheres que exerceram o cargo de prefeita em municípios dos sertões maranhenses: Em Nova Iorque, Maria de Jesus Neiva de Santana (esquerda), e em Pastos Bons, Alcina Rocha Santos Neiva (centro), acompanhada do esposo, José Neiva.



Fonte: HELUY (Acervo Pessoal)

Ao seguir os fios que teceram a trajetória de Dona Noca, constatamos os reveses impostos àqueles que elegem as mulheres como protagonistas de uma escrita da história ainda

²⁰⁰Depoimento concedido por B.H.H. São Luís – MA, 2019.

²⁰¹ Congratulações. **O Combate**, São Luís, 21 abr.1951, p.22.

²⁰²Anexo 08. PREFEITOS. In: LIMA, N. **Realidade ambiental, social, cultural e econômica do Município de São João Dos Patos – Ma**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão, 2004.

permeada por silêncios e lacunas. De acordo com Perrot (2005, p. 9), os desafios em construir uma escrita que evidencie o protagonismo feminino devem-se às ausências de fontes, como cartas, diários ou documentação oficial, traços deixados por essas protagonistas tanto nos espaços públicos quanto privados:

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.

Daí, as dificuldades impostas em pesquisar sobre trajetória das mulheres que atuaram na vida pública, como foi o caso de Joana da Rocha Santos, representada como uma mulher dos sertões maranhenses, que vivenciou experiências diversas nos âmbitos do particular e do público. Todavia, pelo que nos foi possível acessar em termos de artefatos de pesquisa, ao que parece, em seus trajetos, a personagem desse estudo não deixou nenhum registro de sua autoria, percepções sobre suas experiências, do seu tempo, das motivações dos seus atos e decisões, suas memórias e das veredas por onde passou. Ainda assim, se conservam alguns lugares de memórias que reportam sobre os percursos de Joana da Rocha Santos, em fotografias, em notícias dos jornais, nos monumentos e em algumas lembranças, que resistem à passagem de um tempo e tencionam conservar as representações que construíram alguma das imagens sobre Dona Noca.



Figura 39: Recorte de uma matéria jornalística sobre a trajetória da prefeita Dona Noca.

Fonte: Folha de São Paulo (1988)²⁰³

²⁰³ Noca foi a 1ª. prefeita. **Folha de São Paulo**, 21 nov. 1988, p.A-4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Concernentes às memórias de Dona Noca, colhidas no terreno da oralidade e tecidas no tempo presente, essas são algumas dessas representações criadas por esses indivíduos que, no ato de rememorar, atribuíram significações a um representante que toma o lugar daquele que é lembrado/representado. Pesavento (2006, p. 49) já se referiu a essas representações como presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento.

Ressaltamos que tais lembranças devem ser entendidas como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e organizados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (HALBWACHS, 2013, p. 91). Assim, por meio de uma capacidade evocativa num tempo presente, essas lembranças recuperam vivências dessa personagem, ao reinterpretar imagens dos episódios em que ela esteve envolvida e dos lugares por onde transitou.

Deprendemos nesses relatos de memórias, como percepções de uma realidade construídas em meio às lembranças, e não meras expressões factuais, ao atentarmos para os elementos que constituem tais representações que, segundo Pollak (1992, p.2) apontam para inquietações e as variações em conformidade com instante de sua articulação:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] a memória é constituída por pessoas, personagens [...] falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. [...] Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela.

Os possíveis silêncios e vazios que povoam esses lugares de memória possibilitaram elucidar essas representações de vida e do mundo social mediante o viés das subjetividades presente no ato de lembrar. Imbricadas nessa relação entre lembrar e esquecer, essas memórias envolvem um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, cujas escolhas e sentidos que envolvem o ato de lembrar são operadas em conformidade com as demandas de um tempo em que esses indivíduos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu sou uma folha levada pelo vento
Eu sou um átomo que cai do firmamento
Eu sou uma partícula do sentimento
Eu sou uma pequena voz do pensamento*

*Da grande estrada do destino sou esteira
Da imensa vastidão do espaço sou poeira
Da torturante tristeza sou companheira
Da meiga saudade sou amiga primeira*

*Desejo um retrato nos meus versos fazer
Gostaria de fazê-lo para você
E pintá-lo c'osmatizes do benquerer*

*O meu desejo não posso realizar
Pois meus pobres versos nada podem contar
Apenas folhas secas rolando no ar.²⁰⁴*

Luiza Monteiro Alves de Souza (1991)

De uma professora e poetisa patoense, Luiza Monteiro, recebi um livro como singelo presente, uma coleção das poesias e crônicas de sua autoria, cujas páginas registram, de forma poética, suas impressões sobre a vida, sentimentos como amor (à família, à terra natal), saudade, as recordações da infância e as homenagens àqueles que lhe são queridos. No poema *Eu...*, o indivíduo é o estro dos versos desse narrador que deseja recitar os significados de uma vida protagonizada em meio à “imensa vastidão”, um “eu” construído na minúcia de uma existência – a “pequena voz”, “o átomo”, “partícula”.

Diante desses versos, sinalizamos o momento em que se deve finalizar este estudo que escolheu como objeto de investigação as ações individuais como protagonistas dos enredos

²⁰⁴ SOUZA, Luiza Monteiro Alves. **Gotas de Saudade**: crônicas e poesias. [s/n]. São João dos Patos, 1991.

construídas sobre um passado, a partir das veredas percorridas num tempo, mediante os indícios que possibilitaram perceber os meandros dessa trajetória. A partir dos trajetos de Joana da Rocha Santos, conhecida também pelo codinome de “Dona Noca”, foi possível compreender os delineamentos da cultura política vivenciada por ela no espaço historicamente denominado de sertões maranhenses. Nas vastidões desse mundo visto como sertões, optamos por um enfoque micro, o município de São João dos Patos, nos anos de 1930 a 1960, com fins de contextualizar as experiências de Joana como uma personagem da cena política daquela época, quando atuou na gestão municipal e da influência política que exerceu naquele tempo.

Trilhamos pelo *O Sertão de Noca*, leituras de um mundo e de uma identidade entendidos como essa forma particular de exibição “de ser”. Palmilhado por fazendas, interpretado como um espaço esquecido, abandonado pelos governos, de uma sociedade disciplinada pela autoridade dos chefes locais, do valor da palavra, da reputação, do cultivo de valores como a valentia, a honra, a coragem, o apego às tradições e do amor à terra. Os traçados de São João dos Patos testemunharam os efeitos de um poder sobre esse território, de uma cartografia de múltiplas imagens – geográfica, econômica, culturais, políticas – construídas em torno das disputas por uma definição do que seriam esses “sertões”, travadas entre o poder regional e os grupos locais, mediante discursos e práticas de governo permeadas por concepções de integração, progresso e desenvolvimento.

Adentrou a esses sertões, o professor público João da Rocha Santos Sobrinho. Vivenciou esse mundo sertanejo, casou-se com uma jovem da região chamada Feliciano, com quem constituiu uma família e um sobrenome – “Rocha Santos” – que fariam conhecidos seus integrantes nas redes de sociabilidades, no ambiente dos negócios e da política. Dentre seus descendentes, fez-se notório o nome de uma das filhas, Joana. As ações de Joana da Rocha Santos, como personagem de uma trajetória e das tramas políticas de um tempo, se desenrolaram nesses sertões concebidos como um campo de possibilidades, de tensões entre os condicionamentos culturais e as singularidades individuais, espaço de formulação e implementação de projetos individuais e coletivos (SCHMIDT, 2012, p. 196).

Das trilhas percorridas por Joana da Rocha Santos, pela cultura política compartilhada nesses sertões maranhenses, escrevemos o capítulo *Quando uma vida é a grafia de uma história*. A análise ponderou sobre a relação entre história, trajetória de vida e escrita biográfica, com a finalidade de compreender as ações individuais como objeto de investigação histórica, além de examinar por intermédio desses relatos de cunho biográficos representações da trajetória de uma vida, das experiências e das tensões entre a liberdade do indivíduo e as ordenanças da sociedade.

Assim, contrariarmos uma percepção de indivíduo como “essência” ou “expressão unitária”, bem como de uma definição de escritos biográficos como “um enredo linear, coerente e orientado”, ao tomarmos o conceito de trajetória para compreender uma vida de interpretada pelas posições ocupadas por Joana – filha, cunhada, comerciante, empresária e política – numa grafia de vida forjada nos embates de uma mulher que transitou nos espaços públicos, numa época em que esses eram locais considerados “masculinos”. Ao transitar nesse mundo, Joana imprimiu suas “impressões digitais” e teceu uma trajetória no mundo da política, ao compartilhar com seus pares – homens, em sua maioria – a cultura política de uma época, interpretada pelas normas e valores, comportamentos, representações, tradições, identidades políticas e práticas de poder.

Nomeada ao cargo de prefeita, em 1934, num contexto histórico da idealização dos projetos de construção da nação brasileira, por meio dos discursos e práticas atreladas aos ideais do “novo”, “do moderno”, e da “revolução”, do “progresso” e do “desenvolvimento”. Um processo histórico interpretado pelas rupturas com um passado visto pelas imagens do “velho” e do “atraso”, no caso, o período republicano marcado pelo domínio das oligarquias políticas, substituído por um Estado centralizador e autoritário regido por um uma liderança carismática.

Como prefeita em sintonia com a cultura política do seu tempo, Joana foi inserida nessa “engrenagem estadonovista”, do controle de um Estado centralizador e autoritário e de sua burocracia administrativa. Daí, as imagens da “operosa Prefeita” e da “líder carismática”, comprometida com o desenvolvimento e o progresso de sua região, pela construção de estradas, escolas, instalação de luz elétrica, viagens para reivindicar melhorias para o município, dentre outras atitudes da prefeita de “Patos”. Entretanto, esse comprometimento da prefeita Joana com os ditames dessa engrenagem de governo aponta para “mimetismo político”, não visto como resultante de uma imposição, mas pelas formas como foram praticáveis os ajustamentos de Joana às normativas do regime instituído pelo poder central.

Dona Noca casa, prende, solta e, quando é preciso, coloca o ‘38’ na cintura! Dona Noca, o cognome utilizado no ambiente privado, foi utilizado pelos periódicos como uma maneira de exibir, publicamente, Joana da Rocha Santos, por meio da construção das diversas representações. Assim, propomos discutir tais imagens sobre Joana (*Dona Noca*) que pretendiam decifrá-la, das diferentes maneiras como foi interpretada por sua atuação política, ações, comportamentos e decisões. Dona Noca atraiu olhares da sociedade do seu tempo, dos jornais e revistas que veicularam diversos textos jornalísticos que intencionavam narrar ao público-leitor os feitos do então “prefeito de saias”, da “coronela do sertão”, “da paraíba do Maranhão”, “da matriarca e dona do sertão”, “da líder sertaneja e seu exército de libertação”.

No entrelaçar da história com a memória foi possível compreender essa trajetória e as imagens criadas sobre Dona Noca. Tempos depois, indagações foram suscitadas relativas aos vestígios de Dona Noca que permaneceram com a passagem do tempo. Ao caminharmos por São João dos Patos, município que atraiu as atenções de uma época devido aos vários relatos sobre o protagonismo da então prefeita sertaneja Dona Noca, nos orientamos pelos fios da história, em meio às possíveis veredas de Joana da Rocha Santos que ainda conservam “lugares de memória”, das lembranças dessa trajetória, dos relatos sobre o tempo de sua gestão municipal, dos monumentos erguidos em memória da ex-prefeita, vestígios esses que instigam reflexões sobre as práticas de perpetuar memórias, em representações que monumentalizam uma vida, e das tensões entre o lembrar e o esquecer.

Dessa forma, ao atentarmos para a trajetória de Joana da Rocha Santos, compreendemos os percalços com que se deparam aqueles que pretendem compreender os trajetos do protagonismo feminino na vida pública, numa escrita ainda envolta de ausências, silêncios, esquecimentos e lacunas. Tendo como objeto de investigação as ações individuais, contrariamos uma ideia corrente de que os estudos sobre história, memória e escrita biográfica suscitariam “julgamentos”, “verdades íntimas” ou “fatos não relatados” sobre a vida do personagem.

No entanto, intencionamos compreender os trajetos dessa personagem diante do campo de possibilidades do seu tempo, os dramas e as tramas que vivenciou, as representações, as incertezas, as tensões entre liberdade individual e normativas sociais, os desafios e as barreiras impostas a uma mulher que trilhou por ambientes da vida pública, considerados pela sociedade daquela época como específicos “dos homens”, em que poucas foram as atrizes cujos protagonismos foram encenados no palco da história.

REFERÊNCIAS

A) Bibliografias e Documentação Oficial

ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

ABRANTES, Alômia. **Paraíba masculina: honra e virilidade na Revolução de 1930**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_43cf5095a57749d725ad43c45f521bd6.pdf

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “bello sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. 2002. 120 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário de verbetes biográficos**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Nordestino: Uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. **São João dos Patos**. Rio de Janeiro, 1916, p. 2946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpagebn.aspx?bib=313394&pagfis=67385&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. In: História n° 14 – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, UNESP, 1995.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria Geral do Governo. **Documentos de procedências de diversos municípios para o Interventor Federal (1931-1946)**. São Luís, 2018.

_____. Secretaria do Interior, Justiça e Segurança. **Diversos Municípios (1940-1961)**. São Luís, 2018.

_____**Secretaria Geral do Governo. Gabinete do Governador. Departamento de Municipalidades.** São Luís, 2018.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A Marcha para o oeste e o Estado Novo:** a conquista dos sertões. Brasília: UnB, 2016. Artigo de conclusão de curso de graduação em História. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf.

BAKHTIN, M. [VOLOSHINOV, V. N.]. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].

BARBOSA, Marialva. **O Cruzeiro:** uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. In: Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/331/212>.

BARROS, J. **História Política:** dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histoc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropodes-dodiscuo-imaginacc81rio.pdf>.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Álbum do Maranhão (1950).** Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

_____**Exposição ao Povo Maranhense pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão, em 15 de agosto de 1938.** São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

_____**Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão.** São Luís: Imprensa Oficial, 1939.

_____**Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa pelos governadores do Estado do Maranhão (1900-1945).** Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl>.

_____**Leis e Decretos do Estado do Maranhão (1892 a 1943).** Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl>.

_____**Coleção de Decretos, Leis e Resoluções do Governo do Maranhão,** de 22 de Novembro de 1889 a 31 de Dezembro de 1892. Typo. A vapor dos Frias. Maranhão, 1893.

BITENCOURT, João Batista. Estado Novo, Cidade Velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna. 2002. 236 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

_____**& GALVES, Marcelo Cheche (Orgs.). Historiografia Maranhense:** dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café e Lápis/Editora UEMA, 2014

BLOCH, Marc. **Apologia da história** - ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTTENTUIT, Aldimar Martins. **Os discursos dos Presidentes da Província do Maranhão Império sobre a Instrução Pública Primária no período de 1870 a 1889**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Maranhão, 2016. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1707/2/AldimarBottentuit.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1. 856, de 1983 (da Câmara dos Deputados) PL N. 1856/83**. Exclui de entre os considerados de interesse da segurança nacional o município de São João dos Patos, no Estado do Maranhão. Brasília, Ago. 1983. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=354FD5DB%2026A91404516376B08D7BFD50.proposicoesWeb1?codteor=1164898&filename=Dossie+-PL+1856/1983.

_____ **Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>.

_____ **Biblioteca e publicações**. Arquivo. Memória Política. Depoimentos: Entrevista com o sr. Ferreira Gullar - realizada em 15/11/2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-epesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/ferreira-gullar/texto>.

_____ **Diário do Congresso Nacional**. Seção I. Brasília, 19 de julho de 1960. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JUL1960.pdf#page=15>.

_____ **Decreto-Lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973**. http://www.planaltop.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1272.htm.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BUZAR, B. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: LITHOGRAF, 1998.

_____ **A Mulher Maranhense na Política**. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/a-mulher-maranhense-na-politica/>.

_____ **Neiva Moreira: o jornalista do povo**. São Luís: LITHOGRAF, 1997.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: Edições SECMA, 1992.

CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. **Gênero, condição feminina e relações de poder nas revistas: Brasil Feminino e Momento Feminino (1930- 1950)**. In: Anais do encontro

Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias. Niterói: ANPUH/UFF, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=4

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: Subsídios para a História e Geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.

_____. **O Sertão**: Subsídios para a História e Geografia do Brasil. (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. de Carvalho) 3 ed. rev. E ampl. Teresina: EDUFPI: 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de História e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, Maria José Lopes de. Maria Preta, Bárbara de Alencar e Jovita Alves Feitosa: três mulheres do araripe em luta. Anais do XVII Simpósio nacional de História. Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364677835_ARQUIVO_MazeartigoANPUHNatal.pdf

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Matriarcas do Maranhão – Dona Noca**: a Senhora do Sertão. Papéis Avulsos, nº. 23. Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Escola de Comunicação / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

CASTORIADIS, C. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**: seminários 1986-1987: a criação humana I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2010.

_____. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, vol.5 n.11 São Paulo Jan./Abr. 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO NETO, Eloy. **História do sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CORALINA, Cora. **Melhores poemas**. São Paulo: Global Editora: 2017.

_____. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1984.

- COSTA, Mayjara Rêgo. **Abandonado pedaço do Maranhão: o sertão maranhense em jornais sertanejos da República Velha (1900-1920)**. 2009. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico Victorino a Sarney**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. **Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo com as escolas para crianças pobres**. Revista Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/issue/view/35/showToc.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju/ Universidade Federal de Sergipe-PROEX/CECAC/Programa editorial da UFS: Diplomata, 1987.
- DELGADO&FERREIRA, Jorge. (Orgs.) **O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral, memória, identidades. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Dossiê História Oral, 6, 2003, p. 9-25.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DONA FELINTA, A RAINHA DO AGRESTE. **Aplauso**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1979. Programa de TV. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/teleteatros/apluso/dona-felinta-a-rainha-do-agreste-15-e-22-10-1979.htm>.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERREIRA, A. C.; BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. (org.) **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- FREIRE, Vitorino. **A Laje da Raposa**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1978.
- FREITAS, M. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa e Debate. PUC, SP, v. 15, n. 2, v.26, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL PAULO VI & COLÉGIO PATOENSE JOANA DA ROCHA SANTOS. **Joana da Rocha Santos (Dona Noca): uma mulher visionária**. São João dos Patos [s/n], 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **A donzela-guerreira**: um estudo de gênero. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta**: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945) Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mito, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOMES, Ângela. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**: o legado de Vargas. Revista USP, (65), 105-119, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13414/15232>.

GUALBERTO, J. **A invenção do coronel**. Vitória: EDUFES/FCAA, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & QUEIROZ, Rachel de. **Matriarcas do Ceará**: Dona Federalina de Lavras. Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Papéis Avulsos, nº. 24, 1990. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/matriarcas-do-ceara-d-federalina-de-lavras/>. Acesso em 30 de nov. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coleção de Monografias municipais. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=7761&view=detalhes>. 1984.

_____. **Revista Brasileira dos Municípios**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Abril-Junho de 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/180/rbm_1950_v3_n10_abr_jun.pdf.

_____. **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios**: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/o_ibge_na_historia_do_municipalismo.pdf.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**: Volume I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: 1987.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LIMA, Normandia de Oliveira. **Realidade ambiental, social, cultural e econômica do Município de São João Dos Patos – Ma**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão, 2004.
- MACHADO, Andressa de Carvalho; Reis, Eliana Tavares dos. **Perfis e Itinerários de mulheres intérpretes do Maranhão**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/57152/34605>.
- MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Fotografias e Códigos Culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2374/1/382369.pdf>.
- MAIA, Cláudia de Jesus. **A Invenção da Solteirona: Conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890 1948)**. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília: Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2331?mode=full>.
- MARANHÃO. **Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.
- _____. Secretaria Geral do Estado do Maranhão. **Termo de Posse de Joana da Rocha Santos**. São Luís, 1934 (Cópia).
- MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos: narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.
- MEMÓRIA GLOBO. **Teleteatro: Aplauso**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/teleteatros/aplauso/formato.htm>.
- MOREIRA, N. **Pilão da Madrugada**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: ARGUMENTUM, 2009.

- MOURA, Ranielle Leal. **História das Revistas Brasileiras** – informação e entretenimento. Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/8o-encontro-20111/artigos/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf/view>
- NORA, P. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. p. 14-15.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos**: navegação no Vale do rio Grajaú. 2011. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2011_Alan_Kardec_Pacheco.pdf.
- PACHECO, M. **O “Segundo Eleitorado”**: voto e participação política feminina no Maranhão (1900 - 1934). Universidade Estadual do Maranhão: Monografia de conclusão do curso, 2007. Disponível em: <http://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/09/23.-maria-gloria.pdf>.
- _____ **Gênero e Política**: conquista e repercussão do voto feminino no Maranhão (1900-1934). Outros Tempos, Vol. 1 esp., 2007. p. 46-63. Disponível em: www.outrostempos.uema.
- PASSERINI, Luísa. **Mitobiografia em História Oral**. São Paulo: Projeto História: 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12102/8764>.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de outra História**: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, n. 29, 1995.
- _____ **Cultura e representações, uma trajetória**. Anos 90. Porto Alegre, 2006, jan./dez. v. 13, n. 23/24, p. 45-58.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanesi & PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____ **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS. **Lei Nº. 528/2016, de 14 de dezembro 2016.** Dispõem sobre critério da Oficialização e Denominação das Vias, Logradouros, Praças, Avenidas, Próprios Públicos já existentes e conhecidos em nosso Município e dá outras providências. Disponível em: http://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/01/Lei-N%C2%B0-528_2016-.pdf

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____ **Relatos orais:** do “indizível” ao “dizível”. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/item/001187837>, p. 6.

REIS, F. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão.** São Luís: UNIGRAF, 2007.

REMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998

RIBEIRO, F. **Memórias dos sertões maranhenses.** São Paulo: Siliciano, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

ROSA, J. **Grande Sertão:** veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SALES, Tatiane da Silva. **Educação Para O Lar:** Instrução e condição social feminina em São Luís na Primeira República. 2007. Monografia (Curso de História). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. Disponível em: <http://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/09/27.-tatiana-silva.pdf>.

SANTIAGO, Clarindo. **Estradas Maranhenses:** A excursão do presidente Magalhães de Almeida, em 1928, para inauguração das novas rodovias sertanejas. Tipografia Teixeira, Maranhão, 1929.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Nas tramas da memória:** a cronista e militante Eneida de Moraes. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília, 2008, nº. 32, p. 69-76. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4845919.pdf>.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. **O pensamento sanitaria na Primeira República:** uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em: <http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf>.

SANTOS NETO, A. F. **Memória das Passagens** (da Franca, dos Aranhis, da Manga, do Tuy, dos Picos, da Madre de Deus, dos Patos, das Queimadas, do Tremendal e dos Pastos Bons). Teresina: EDFPI, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. 1995, p.71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SCHEMES, Claudía; KUPSSINSKÛ, Cátia Silene. **Representações da Mulher Gaúcha na Revista do Globo nos anos 1940**. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Chapecó - SC – 31/05 a 02/06/2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-0736-1.pdf>.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

_____. **Grafia da vida**: reflexões sobre a narrativa biográfica. História Unisinos, v. 8, n.º. 10 jul. – dez., 2004.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

SEGADILHA, Daniele Bastos. **Lembranças feitas à mão**: mulheres que bordam em São João dos Patos – MA. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

SILVA, Cristiano de Assis. **A Constituição da rede escolar de Timon - MA**: do Grupo Escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971). 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2014.

SILVA, Régia Agostinho da. “**A Mente, essa ninguém pode escravizar**”: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0592.pdf>.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política**: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SOUSA, Helen Lopes de. **Os versos e os reversos do progresso**: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7689/1/arquivo762_1.pdf.

SOUZA, Luiza Monteiro Alves. **Gotas de Saudade**: crônicas e poesias. [s/n]. São João dos Patos, 1991.

STONE, Lawrence. **O Ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha História. Campinas: Revista de História: Dossiê História – Narrativa, 1991.

TAMARU, Angela Harumi. **A Construção Literária da Mulher Nordestina em Rachel de Queiroz**. 2004. Tese (Doutorado em Letras). Campinas, SP. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPO_SIP/269112/1/Tamaru_AngelaHarumi_D.pdf.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória**: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Revista Projeto História: São Paulo, 1997.

ZAHLUTH & FONSECA. **A era Vargas**: desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

B) Impresses periódicos

A Noite (1934-1950)

A Ordem (1948)

A Pacotilha (1910-1938)

Carapuça (1884-1886)

Careta (1948)

Correio da Manhã (1948)

Correio do Sertão (1903)

Diário Carioca (1951)

Diário de Notícias (1934-1951)

Diário de São Luiz (1948-1950)

Diário do Maranhão (1884-1920)

Folha de São Paulo (1988)

Gazeta de Notícias (1948)

Gazeta de Picos (1912)

Imparcial (1910-1930)

Jornal da Cidade (1988)

Jornal do Brasil (1957)

Jornal do Commercio (1908)

Jornal do Dia (1951)

Jornal Pequeno (1934)

Lavoura e Comércio (1934)

Momento Feminino (1948)

O Combate (1920-1950)

O Cruzeiro (1952)

O Malho (1948)

Paraná-Norte (1948)

Revista da Semana (1948)

Revista do Globo (1951)

Revista Fon-Fon (1948)

Sertão News (1998)

Tribuna (1934-1938)

C) Fontes Orais

Depoimento concedido por B.H.H. 2019. São Luís – MA, 2019.

Depoimento concedido por L.S. F. C. São João dos Patos – MA, 2019.

Depoimento concedido por R. S.L.M.S. São João dos Patos – MA, 2019.

D) Fontes Iconográficas:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Biblioteca/Catálogo.**

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>.

HELUY, Helena B. **Acervo Pessoal.** 2019.

SANTOS, Maria Silvia Lyra da R. **Acervo Pessoal.** 2019.

E) Fontes Audiovisuais

Documentário de São Joao dos Patos. Parte 1. 2011. Duração 30:12. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FIjd I2IuPr0>.